

Universidade de Lisboa
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



**A valorização comunitária através da agricultura urbana:
desafios no concelho de Lisboa**

Davide Carlo Colombo

Mestrado em Geografia Humana: Globalização, Sociedade e Território

Dissertação de Mestrado orientada pelo Doutor Luís Manuel Costa Moreno

2025

Universidade de Lisboa
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



**A valorização comunitária através da agricultura urbana:
desafios no concelho de Lisboa**

Davide Carlo Colombo

Mestrado em Geografia Humana: Globalização, Sociedade e Território

Dissertação de Mestrado orientada pelo Doutor Luís Manuel Costa Moreno

Júri:

Presidente: Doutora Alina Isabel Pereira Esteves, Professora Associada do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

Vogais:

- Doutora Ana Isabel Neto Antunes Afonso, Professora Associada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
- Doutor Jorge Manuel Frazão Cancela, Professor Auxiliar da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa
- Doutor Luís Manuel Costa Moreno, Professor Auxiliar do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

Declaração de Autoria

Eu Davide Carlo Colombo, declaro que a presente dissertação de mestrado intitulada *A valorização comunitária através da agricultura urbana: desafios no concelho de Lisboa*, é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas na bibliografia ou outras listagens de fontes documentais, tal como todas as citações diretas ou indiretas têm devida indicação ao longo do trabalho segundo as normas académicas.

Agradecimentos

Agradeço ao Prof. Doutor Luís Manuel Costa Moreno pelas suas valiosas orientações durante a redação da dissertação.

Agradeço às pessoas maravilhosas que conheci durante estes meses de trabalho de campo.

Ringrazio tutti coloro che decidono di condividere con me un po' del loro prezioso tempo.

Ringrazio la mia famiglia, che mi ispira anche da lontano. Dovunque siate, siete la mia casa.

À Jasmine, por me lembrar que tudo é possível.

Aos Filhos de Angola, viva a vida.

Nota 1: a realização deste trabalho contou com apoio do orientador no âmbito do Projeto ACCTING - *AdvanCing behavioural Change Through an INclusive Green deal*, projeto europeu “Horizonte 2020” para 2022-2025 (grant agreement No 101036504, <https://accting.eu/>)

Nota 2: a escrita do presente trabalho não segue o “Acordo Ortográfico de 1990”, mas sim o anterior, ao abrigo do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos (n.º 1 do Art.º 56.º).

Resumo

Mais da metade da população mundial vive em cidades. O impacto do abastecimento alimentar urbano causa externalidades negativas relacionadas com os processos de produção, transformação, armazenamento e transporte de alimentos, razão pela qual a FAO e vários governos procuram promover modelos de consumo local sustentável. A agricultura urbana é uma ferramenta para implementar modelos de abastecimento local que complementam os modelos de abastecimento mais clássicos. Ter uma compreensão mais profunda de alguns aspectos da agricultura urbana, tais como as motivações para aderir a estas atividades, pode ser útil no planeamento de estratégias de desenvolvimento comunitário baseadas nas hortas urbanas. No contexto de Lisboa, a agricultura urbana é historicamente muito presente e importante. Diferentes formas de agricultura urbana estão presentes na capital portuguesa, o que a torna um universo parcialmente representativo das várias formas que esta atividade pode assumir. Esta dissertação procura apresentar uma análise do impacto que a agricultura urbana tem na vida de pessoas em condição de vulnerabilidade, tanto do ponto de vista simbólico-emocional quanto material. Os dados foram recolhidos através de entrevistas semi-estruturadas realizadas numa horta urbana, o Parque Agrícola da Alta de Lisboa. Os dados mostram que a agricultura urbana é uma atividade multifuncional que, para além de produzir alimentos, pode mudar a paisagem, contribuir para a gestão sustentável dos recursos, conservar a biodiversidade e promover a vitalidade económica e social das áreas em que opera. As pessoas entrevistadas relataram os benefícios da agricultura urbana na melhoria da qualidade das suas vidas, a nível material, emocional, relacional, social e ambiental, envolvendo também as várias dimensões da saúde.

Palavras-Chave: Agricultura urbana; Valorização comunitária; Vulnerabilidade; Capital Social

Abstract

More than half of the world's population lives in cities. The impact of urban food supply causes negative externalities related to the processes of producing, processing, storing and transporting food, which is why the FAO and various governments are seeking to promote sustainable local consumption models. Urban agriculture is a tool for implementing local supply models that complement more classic supply models. Having a deeper understanding of some aspects of urban agriculture, such as the motivations for engaging in these activities, can be useful in planning community development strategies based on urban gardens. In the context of Lisbon, urban agriculture is historically very present and important. Different forms of urban agriculture are present in the Portuguese capital, which makes it a partially representative universe of the various forms this activity can take. This dissertation seeks to analyse the impact that urban agriculture has on the lives of people in vulnerable conditions, from both a symbolic-emotional and material point of view. The data was collected through semi-structured interviews carried out in an urban garden, the *Parque Agrícola da Alta de Lisboa*. The data shows that urban agriculture is a multifunctional activity which, as well as producing food, can change the landscape, contribute to sustainable resource management, conserve biodiversity and promote the economic and social vitality of the areas in which it operates. The people interviewed reported the benefits of urban agriculture in improving the quality of their lives, materially, emotionally, relationally, socially and environmentally, also involving the different dimensions of health.

Keywords: Urban agriculture; Community valorisation; Vulnerability; Social Capital

Índice

	Pág.
Introdução	1
Parte I – O valor da agricultura urbana para a comunidade: um estado da arte	3
Capítulo 1. Desafios nas cidades contemporâneas: o sistema alimentar	3
Capítulo 2. A agricultura urbana: definição e conceitos	6
2.1 As principais definições da agricultura urbana	6
2.2 Enquadramento teórico e conceitual	8
Capítulo 3. A agricultura urbana: análise do fenómeno	13
3.1 A agricultura urbana espontânea e a agricultura urbana planificada	13
3.2 Tipologias de hortas urbanas	15
3.3 Benefícios das hortas urbanas	19
3.4 Lugares de aplicação	20
3.5 As técnicas agrícolas e os alimentos produzidos	21
Capítulo 4. História e contextualização da agricultura urbana, entre Norte e Sul Global	25
4.1 Breve história da agricultura urbana: introdução	25
4.2 As origens	25
4.3 As hortas para as populações em risco	26
4.4 As hortas de guerra	27
4.5 O renascimento da agricultura urbana	28
4.6 Diferenças entre Norte e Sul Global	30
Capítulo 5. Contextualização da agricultura urbana em Portugal e em Lisboa	31
5.1 Os aspectos gerais	31
5.2 Hortas urbanas em Lisboa: <i>a contextualidade de um percurso de afirmação</i>	33
5.3 Alguns contributos académicos relevantes sobre as hortas de Lisboa	36

	Pág.
Parte II - Agricultura urbana e valorização comunitária: um estudo de caso	41
Capítulo 1. Discussão do percurso metodológico	41
Capítulo 2. Metodologia: do racional à operacionalização	45
Capítulo 3. O estudo de caso: contextualização e estado da arte	50
3.1 Uma Síntese da Ocupação da Alta de Lisboa	50
3.2 O PUAL a requalificação da Alta de Lisboa: uma parceria Público-Privada	51
3.3 O papel da AVAAL e o projeto da Parque Agrícola da Alta de Lisboa	52
3.4 O que já sabemos sobre o Parque Agrícola da Alta de Lisboa	54
Capítulo 4. Análise e resultados	61
Conclusão	74
Referências Bibliográficas	77

Eu fui no pé da Jurema

Peguei a semente de lá

Trouxe ela comigo

Plantei em outro lugar

Introdução

Esta dissertação analisa o papel da agricultura urbana no processo de valorização pessoal e comunitária de pessoas em situação de vulnerabilidade. Para enquadrar esta ligação, recorreremos a um modelo analítico utilizado pelos profissionais do desenvolvimento comunitário, o Quadro das Economias Diversas. No Quadro das Economias Diversas, as ideias sobre o crescimento abrangem uma variedade de tópicos, incluindo, por exemplo, o capital social, o bem-estar, a nutrição e a economia. O que nos interessa particularmente no Quadro das Economias Diversas é o seu enfoque nas formas como os cidadãos renegociam os significados de “valor”. Dewey, um dos maiores autores da teoria do valor, associa o valor à decisão e à ação. Para ele, a valorização é um conceito que se refere, de uma forma geral, a todas as atividades que se esforçam por provocar qualquer mudança positiva. A valorização é a atividade que faz com que aquilo que é valorizado se torne realidade e perdure. Valorizar é, antes de mais, agir sob a forma de apreciar, estimar e cuidar (Foster, 1981; Andrade, 2018).

A questão de partida da presente dissertação é: “de que forma a agricultura urbana contribui para a valorização de pessoas em situação de vulnerabilidade?”. O objetivo geral da dissertação é: “compreender o papel da agricultura urbana no processo de melhoria das condições de vida de pessoas em situação de vulnerabilidade, através de trabalho de campo e do uso de métodos etnográficos, para descobrir até que ponto essa agricultura é instrumento de superação de dificuldades e de valorização pessoal e comunitária”.

O caso de estudo que se apresenta, o Parque Agrícola da Alta de Lisboa (PAAL), enquadra-se geograficamente na cidade e concelho de Lisboa, em particular na área conhecida como Alta de Lisboa, uma zona de requalificação urbana. Os edifícios de realojamento da Alta de Lisboa localizam-se num território que, no final dos anos 90, constituía a maior concentração de barracas e habitações precárias da cidade de Lisboa. Aqui, para cumprir o objetivo geral, foi realizado um estudo etnográfico qualitativo, utilizando em parte as técnicas de observação participante de base etnográfica e de entrevistas semi-estruturadas. As entrevistas realizadas tiveram um carácter biográfico, com o objetivo de explorar as histórias de vida das pessoas que frequentam o PAAL, para compreender como a agricultura urbana mudou certos aspectos das suas vidas e que efeitos essas mudanças tiveram na sua qualidade de vida e, portanto, nas suas condições sociais, culturais, económicas e ambientais.

Outros objectivos da dissertação, de carácter instrumental, consistiram em definir os conceitos teóricos utilizados para: enquadrar a análise do conteúdo das entrevistas realizadas e para interpretar a experiência do trabalho de campo; analisar os aspectos materiais destas iniciativas, com enfoque na questão da poupança nas despesas alimentares, para compreender o peso das hortas urbanas como recursos económicos para pessoas sujeitas a uma certa pressão financeira; demonstrar a importância de criar locais que reforcem os processos de participação comunitária – o caso do Parque Agrícola é relevante neste sentido porque mostra como uma iniciativa nascida no seio da comunidade se transformou em objecto de intervenção de política pública – e; enfim,

produzir resultados empíricos que possam ser úteis aos urbanistas interessados em usar a criatividade local para remodelar bairros onde há situações de vulnerabilidade.

Na primeira parte da dissertação, intitulada “O valor da agricultura urbana para a comunidade: um estado da arte”, é apresentada uma análise do conhecimento mais relevante da agricultura urbana, através da revisão da literatura e dos estudos académicos. Para contextualizar o tema da dissertação, o primeiro capítulo analisa brevemente o sistema alimentar contemporâneo. Aí se conclui que os alimentos são essencialmente identificados como uma mercadoria e que os meios para os produzir estão progressivamente concentrados nas mãos de um número cada vez menor de empresas multinacionais. Estas são facilitadas por acordos económicos internacionais que visam desmantelar o papel do Estado em nome do mercado livre. Isto conduz a consequências dramáticas em termos de acesso aos alimentos e de segurança alimentar. No segundo capítulo, apresentamos algumas definições de agricultura urbana e os conceitos-chave que utilizamos para analisar os dados obtidos das entrevistas realizadas. Estes são os conceitos de valorização, capital social, *place-making*, ação social prefigurativa e ecologia cívica. No terceiro capítulo, apresentamos diferentes formas e modos de agricultura urbana, prestando especial atenção à distinção entre fenómenos espontâneos, pensados de baixo para cima, e fenómenos institucionais, que têm uma perspectiva top-down. O quarto e quinto capítulos apresentam uma análise histórica do fenómeno, enquadrada primeiro em termos gerais e depois no contexto de Portugal e da cidade de Lisboa.

A primeira parte da dissertação fornece, portanto, o quadro teórico através do qual foi possível analisar os dados obtidos no trabalho de campo. A segunda parte da dissertação, intitulada “Agricultura urbana e valorização comunitária: um estudo de caso”, refere-se ao aspeto prático da investigação efectuada. Os dois primeiros capítulos tratam da metodologia escolhida e das razões que a motivaram. O terceiro capítulo apresenta o campo de estudo, o PAAL, e o contexto social no qual se localiza, a Alta de Lisboa. No quarto e último capítulo, são analisadas as entrevistas efectuadas. Trata-se de uma análise discursiva, em que as reflexões do autor e as citações das entrevistas se fundem numa descrição global do parque, dos seus aspectos simbólicos e materiais, bem como dos seus problemas e recursos. A dissertação conclui com algumas reflexões pessoais, mas com fundamento no estudo realizado, sobre o impacto da agricultura urbana na qualidade de vida das pessoas encontradas.

Parte I – O valor da agricultura urbana para a comunidade: um estado da arte

Capítulo 1. Desafios nas cidades contemporâneas: o sistema alimentar

As cidades enfrentam desafios que envolvem o sistema alimentar. As práticas de produção agrícola desempenham um papel importante na construção da sociedade contemporânea. O sistema alimentar, ou seja, o conjunto de estruturas que organizam a produção, a transformação e a distribuição de alimentos, é o resultado de processos económicos e políticos de grande escala. O atual sistema alimentar reflecte fielmente a ideologia económica neoliberal dominante. Grande parte das cadeias de abastecimento alimentar está inserida numa rede de ligações transnacionais que é frequentemente ignorada; o cenário globalizado daí resultante tem corroído a possibilidade de manter uma perspectiva local para o estudo geográfico e antropológico da produção alimentar. Desde o final do século XX, muitos estudiosos adoptaram, de facto, uma perspectiva diferente, mais atenta às relações entre Estado e Mercado e fortemente mais crítica em relação aos vários acordos de comércio livre da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O sistema alimentar contemporâneo é o resultado de um longo processo de industrialização e de abertura dos mercados que centralizou os meios de produção nas mãos de algumas multinacionais. A liberalização do comércio está ligada ao surgimento de associações internacionais para a remoção de barreiras à transferência de bens e serviços (Grainer et al., 2016). A primeira dessas organizações é o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), fundado em 1948. O objetivo era reduzir os impostos sobre o comércio, mas ainda não se aplicava aos produtos agrícolas. Na década de 1990, o GATT deu origem à Organização Mundial do Comércio (OMC), que incluiu a agricultura no processo de liberalização do comércio, a fim de reduzir as taxas aduaneiras e permitir que as empresas estrangeiras investissem livremente no país.

Neste quadro, a agricultura foi transformada num qualquer sector económico e os alimentos são identificados como uma qualquer mercadoria, o que teve consequências desastrosas em termos de acesso aos alimentos e de segurança alimentar. A atividade agrícola se estabeleceu em dois modos distintos de produção e consumo: o circuito curto e o circuito longo. O primeiro caracteriza-se por um número reduzido de etapas entre o nascimento do produto e o seu consumo. Os produtores e os consumidores estão em contacto direto ou próximo, pelo que estes últimos podem conhecer o processo de produção e abastecimento dos produtos que compram. O circuito curto caracteriza-se, frequentemente, por uma produção local que visa a autossuficiência, oferece uma grande variedade de géneros alimentares e reforça a biodiversidade agroalimentar. O circuito longo, por outro lado, caracteriza-se pelas grandes distâncias geográficas que os alimentos percorrem e pela distância cultural entre produtor e consumidor, pelos numerosos agentes económicos envolvidos na cadeia de abastecimento e pelo complexo processo de transformação industrial. A industrialização dos alimentos representa o elemento central do chamado circuito longo, uma vez que "permite desligar

definitivamente a produção e/o consumo de alimentos das características (e dos limites) do espaço e do tempo. Os locais de produção e consumo (entendidos como locais específicos), bem como a sua interação, deixam de ser relevantes" (Van Der Ploeg, 2009, p. 17). Paradoxalmente, o circuito longo acaba por ser mais competitivo em termos de preços do que o circuito curto, porque tem muitas vantagens, como a disponibilidade de uma boa logística, o acesso ao crédito e à terra e, sobretudo, beneficia de enormes subsídios e subvenções públicas, que fazem de um pequeno número de grandes produtores do Norte global os autênticos actores do mercado alimentar mundial.

Um dos principais indicadores da insustentabilidade do sistema alimentar e, consequentemente, do seu impacto ambiental são as *food miles*. Trata-se da distância percorrida pelos alimentos, tanto frescos como transformados, tanto a nível nacional como entre distribuidores ou países. Na agricultura comercial, ou de mercado, os agricultores não são os principais consumidores dos produtos agrícolas, que se destinam à transformação industrial. As interligações entre os agricultores que produzem, as indústrias que transformam os produtos agrícolas e a sua distribuição comercial constituem o sistema agroindustrial. Este sector caracteriza-se pelo controlo da fase de produção por empresas individuais, que se concentram nos produtos alimentares mais rentáveis, conduzindo a uma redução da diversidade agrobiológica de regiões inteiras (Grainer et al., 2016).

Atualmente, a agricultura é chamada a resistir à concorrência económica do mercado globalizado de produtos agrícolas. Para vencer a concorrência, as indústrias alimentares estão constantemente à procura não só de matérias-primas baratas, mas também de mão de obra barata, pelo que deslocalizam parte da sua atividade de produção em países onde os custos da força de trabalho são mais baixos. Por exemplo, a *Dole Food Company*, o maior produtor de fruta do mundo, tem sede na Califórnia, possui plantações de fruta tropical nas Filipinas e na Costa Rica, tem fábricas de transformação na Tailândia e fábricas de conservação no Chile (Grainer et al., 2016).

Uma das formas mais eficazes de avaliar o impacto ambiental de um processo ou produto é compreender a quantidade de energia não renovável necessária para o produzir, designada por *embodied energy*. O consumo de energia incorporada resulta na emissão de gases com efeito de estufa, que provocam o aquecimento global e as alterações climáticas. De acordo com Kulaka et al. (2013), através da agricultura urbana no Reino Unido, as emissões de CO₂ poderiam ser reduzidas em 40 milhões de toneladas por ano. As maiores reduções podem ser alcançadas selecionando as culturas certas, aquelas que proporcionam os maiores rendimentos em condições locais, em vez de se concentrar em produtos não sazonais que exigem estufas que consomem muita energia ou transporte de países distantes.

Nos projectos para melhorar os sistemas alimentares que abastecem as cidades, a agricultura urbana é frequentemente promovida como um meio capaz de reduzir a distância entre o produtor e o consumidor. Muitos projetos têm como objetivo repensar os sistemas de distribuição através de novas redes de consumo que preencham a lacuna entre a cidade e o ambiente rural circundante, usando a agricultura urbana como uma fonte adicional de produção, tanto para o mercado como para o autoconsumo. Os produtores locais são assim envolvidos na produção de alimentos de grande consumo na

cidade, o que pode aumentar o seu rendimento e reduzir a distância que normalmente existe entre quem produz e quem consome.

A agricultura urbana deve ser encorajada através da elaboração de leis que facilitem a sua formação, disponibilizando terrenos municipais para parcelas agrícolas e fornecendo incentivos económicos para a criação de jardins ou canteiros sempre que possível. Um sistema de produção alimentar bem planeado visa, em última análise, atingir uma elevada percentagem de autossuficiência alimentar, que indica quanto uma cidade produz nas suas próprias terras e quanto stress o sistema pode suportar devido a crises imprevisíveis (Bugnone, 2021).

A acumulação de recursos alimentares é necessária para ultrapassar ou, pelo menos, atenuar crises alimentares imprevistas, provocadas por causas naturais, epidemias, crises económicas ou guerras. Todos os anos, grandes quantidades de alimentos são transformadas por métodos que prolongam o seu prazo de validade. Não é o caso dos alimentos frescos, que são armazenados por curtos períodos de tempo e, se não forem consumidos, são descartados. O desperdício alimentar não afeta apenas os utilizadores finais, mas é um problema que envolve todo o sistema da grande distribuição. A perda de alimentos refere-se ao desperdício durante a colheita, o transporte e a armazenagem pós-colheita. Na origem da perda de alimentos estão vários factores, entre os quais a seleção dos produtos durante a fase de colheita, que leva à devolução dos produtos que não satisfazem os padrões estéticos satisfatórios; após a colheita, muitos produtos podem ficar presos em contentores e máquinas ou cair; podem ocorrer vários problemas durante o armazenamento; erros humanos ou técnicos podem causar a deterioração dos produtos; e a criação pecuária intensiva apresenta, com demasiada frequência, condições insalubres que favorecem a propagação de epidemias e a morte prematura dos animais. Os desperdícios alimentares, por outro lado, dizem respeito ao desperdício de alimentos comestíveis durante a transformação, a distribuição e o consumo. As causas do desperdício incluem, por exemplo, o mau armazenamento nos supermercados e mercados, que promove a rápida deterioração dos produtos comestíveis, e uma grande quantidade de produtos é deitada fora pelos consumidores depois de expirada ou mal armazenada (Bugnone, 2021). A agricultura urbana pode ser uma ferramenta útil para limitar o desperdício de alimentos. A possibilidade de produção a 0 km nas grandes cidades permite produzir apenas o estritamente necessário, evitando assim a perda de alimentos.

Capítulo 2. A agricultura urbana: definição e conceitos

2.1 As principais definições da agricultura urbana

A investigação científica tem gerado um frutuoso debate em torno da definição de agricultura urbana. O termo tornou-se popular nos anos 1970 graças ao urbanista anglo-americano Jac Smit (Bellows & Nasr, 2010), um dos mais conhecidos divulgadores e estudiosos do assunto. No final da década de 1990, o termo foi adotado por várias agências das Nações Unidas (Mougeot, 2000), como a FAO e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que encomendaram a Smit uma investigação aprofundada sobre o estado da agricultura urbana nas cidades do Sul global. A pesquisa foi realizada entre 1991 e 1992 e gerou um dos textos mais influentes sobre o assunto na época: *Food, Jobs and Sustainable Cities* (Alimentos, Empregos e Cidades Sustentáveis), publicado em 1996. O relatório ofereceu uma definição de agricultura urbana que formou a base de muita pesquisa nos anos 90, como Quon (1999, p.59) relata:

A agricultura urbana pode ser definida como uma atividade que produz, transforma e comercializa alimentos, combustíveis e outros produtos, em grande parte como resposta à procura diária dos habitantes de uma cidade ou metrópole, em muitos tipos de terrenos e margens de rios, de propriedade pública ou privada, em áreas intra ou periurbanas.

Muitos dos elementos dessa definição foram problematizados por serem abrangentes ou por não corresponderem às novas manifestações da agricultura urbana que surgiram desde então, no que diz respeito a dois aspectos em particular: localização e produção. Em primeiro lugar, a questão do local, ou seja, a cidade. Inevitavelmente, qualquer definição de agricultura urbana está intimamente ligada ao conceito de cidade. A definição proposta por Smit refere-se a "zonas intra-urbanas e peri-urbanas", tomando como certa a distinção entre cidades, zonas rurais e as zonas de transição entre elas. No entanto, a demarcação física destes três tipos de áreas apresenta, em muitos casos, algumas dificuldades, como, por exemplo, nos casos em que o desenvolvimento urbano tem lugar na chamada "cidade difusa", ou seja, em áreas urbanas com um tecido edificado disperso e de baixa densidade que preenche os interstícios entre áreas mais densamente construídas e se expande ao longo das estradas principais, em torno de povoações rurais e até em áreas de elevado valor paisagístico e ambiental (Davico & Mela, 2002).

O geógrafo canadiano Luc Mougeot, numa revisão de 2000 das definições de agricultura urbana que existiam na altura, incluindo assim a de Smit, indica que todas elas baseiam a distinção entre agricultura urbana e rural na "localização", embora existam outros aspectos que as diferenciam, relacionados, por exemplo, com os conhecimentos técnicos e as políticas de gestão específicas de cada uma. De acordo com Mougeot, "a principal característica da agricultura urbana que a diferencia da agricultura rural é a sua integração no sistema económico e ecológico urbano" (Mougeot, 2000, p. 9). Por outras palavras, "a agricultura urbana utiliza recursos urbanos (terra, água, trabalho, resíduos orgânicos), produz para os habitantes das cidades, é fortemente condicionada por fatores puramente urbanos (políticas urbanas, mercados e preços) e os seus impactos recaem sobre o sistema urbano (segurança alimentar, pobreza, saúde, ambiente)" (Van Veenhuizen, 2006, p. 2). Esta definição identifica a cidade com um "sistema económico e ecológico", o que nos

leva a considerar, para além dos aspectos físicos do espaço urbano, as relações sociais que nele se desenvolvem.

Voltando ao exemplo da 'cidade difusa', outro dos efeitos que este modelo de desenvolvimento urbano produz é "uma forma de mistura entre grupos sociais com estilos de vida puramente urbanos e populações rurais, originárias do lugar" (Davico & Mela, 2002, p. 82). Entre as características que diferenciam a agricultura urbana da rural, é essencial considerar o tipo de relações e representações sociais que se estabelecem em torno das hortas urbanas e das atividades com elas relacionadas. Estas considerações conduzem-nos ao segundo elemento da definição de Smit que pretendemos analisar: a produção. A definição acima refere-se à produção de "alimentos, combustíveis e outros produtos". Tendo em conta a recente diversificação do fenómeno, o grupo de investigação do *Council on Agriculture, Science and Technology*, no Iowa, elaborou uma definição que inclui produtos "intangíveis" resultantes desta atividade: "a agricultura urbana é um sistema complexo que abrange uma série de interesses, desde o conjunto tradicional de atividades relacionadas com a produção, o processamento, a comercialização e a distribuição de alimentos e outros produtos de origem agrícola, até uma multiplicidade de benefícios e serviços que não são tão amplamente reconhecidos ou documentados. Estes incluem a recreação e a ociosidade, a vitalidade económica e a atividade empresarial, a saúde e o bem-estar individual e coletivo, a paisagem e a recuperação ambiental" (Butler & Maronek, 2002, p.6). Essa definição, que enfatiza a importância dos resultados sociais, sugere que as iniciativas de agricultura urbana fazem parte de uma ampla "ecologia" de processos, integrados em múltiplas escalas. Embora não seja mencionado nessa definição, o conceito de ecologia cívica pode ser útil. As práticas de ecologia cívica referem-se a ações de gestão ambiental local desenvolvidas para melhorar a infraestrutura verde e o bem-estar da comunidade nos sistemas urbanos e noutros sistemas dominados pelo homem. Trata-se de um domínio de estudo interdisciplinar que aborda os resultados sociais e ambientais das práticas de gestão ambiental baseadas na comunidade. Como as práticas de ecologia cívica surgem frequentemente em bairros urbanos, elas refletem o facto de que a deslocação demográfica para as cidades oferece desafios e oportunidades de gestão sem precedentes (Krasny & Tidball, 2012).

De acordo com dados da FAO, existem cerca de 800 milhões de agricultores urbanos em todo o mundo, que produzem 11% dos alimentos consumidos nas cidades (FAO, 2019). De acordo com a publicação do PNUD, *Urban Agriculture, Food Jobs and Sustainable Cities*, algumas das características que identificam a agricultura urbana são: seu surgimento em espaços não utilizados, seu papel relevante na economia local e a criação de empresas e oportunidades de emprego relacionadas (Smit e Nasr, 1992). Nos interstícios das cidades desenvolve-se, assim, a agricultura urbana, de que há outra boa definição dada por Marc Lavergne: "uma manta de retalhos de lugares e actividades entrelaçados com os edifícios da cidade, dentro das malhas e interstícios poupados, muitas vezes apenas pelos urbanizados" (Dezio, 2016). Neste contexto, a agricultura urbana representa um mosaico inserido no tecido construído de forma aleatória e fragmentada, mas, ao mesmo tempo, constitui uma peça estruturante de potencial infraestrutura verde para o sistema territorial urbano e periurbano (Cavallo et al. 2016).

Nos últimos anos, tem havido um rápido aumento na quantidade e na qualidade da pesquisa sobre os impactos da agricultura urbana. Uma explicação para o forte e

duradouro interesse nas hortas comunitárias é o facto de elas colocarem em primeiro plano algumas das tensões que caracterizam o nosso tempo e as cidades contemporâneas, tais como a forma como a terra e a propriedade são valorizadas, bem como a forma como os bens comuns e o espaço público são vivenciados (Barron, 2017). Consequentemente, geógrafos, antropólogos, intelectuais e activistas de vários tipos têm refletido intensamente sobre o tema, muitos deles identificando as hortas comunitárias como locais chave de contestação social em relação aos interesses neoliberais e a dinâmicas estruturais como, por exemplo, o acesso aos alimentos, a marginalização espacial, a especulação sobre terrenos não utilizados ou a cidadania. Por esta razão, a análise das experiências de agricultura urbana pode ser um filtro interessante para interpretar a sociedade e o sistema económico contemporâneos.

Mais recentemente, a literatura também adotou uma abordagem socioespacial para definir e discutir a agricultura urbana, identificada como ferramenta de apropriação do espaço público e como forma de expressão política, particularmente nos ambientes urbanos do norte global. Nestas abordagens, o fenómeno da agricultura urbana é definido como um prisma analítico útil para observar a fronteira móvel entre os ambientes urbanos e a agricultura, entre as pessoas e o ambiente e entre as tradições e os novos valores ou identidades, a agricultura urbana pode ser experimentada individual e/ou coletivamente como um direito de produzir ou transformar o espaço urbano em lugar, fenómeno denominado *place-making* (Audate et al., 2022). O espaço é definido como um ambiente físico ou social e o lugar é o espaço que tem um significado. As duas noções estão incorporadas, uma vez que o espaço enquadra política e socialmente a experiência vivida que o lugar constitui. O espaço é antes uma localização, enquanto o lugar está geralmente associado a um contexto. O tema da produção - construção do espaço será abordado posteriormente, na segunda parte, no quadro teórico de referência para a interpretação do estudo de caso.

2.2 Enquadramento teórico e conceitual

2.2.1 Valor e capital social

Subjacente à discussão teórica e conceitual do trabalho está a articulação de um conjunto de conceitos-chave, que apoiarão os nossos argumentos no decurso da análise e tratamento dos dados. Como vimos, a questão de partida centra-se em como a agricultura urbana contribui para a valorização de pessoas em situação de vulnerabilidade. Neste sentido, a produção de valor diz respeito não só ao capital financeiro, que é mais visível e quantificável através de indicadores e cálculos próprios da economia formal, mas também a outras formas de capital imaterial que valorizam as pessoas e as comunidades de uma forma menos tangível, mas igualmente importante. As pessoas em situação de vulnerabilidade podem valorizar as coisas de forma diferente, por exemplo dando prioridade aos fenómenos ligados ao desenvolvimento de capital comunitário, da construção – ou "espiral ascendente" (Emery & Flora, 2006) – de relações sociais, participação política, voluntariado, identidade comunitária e afins.

Para enquadrar o papel da agricultura urbana (AU) na valorização pessoal e comunitária, podemos referir-nos a um modelo analítico usado por profissionais de desenvolvimento comunitário, o *Diverse Economies Framework* / Quadro de Economias Diversas (por

exemplo, em Gibson-Graham, 2008; Gibson-Graham et al., 2013), bem conhecido nos círculos do feminismo pós-estrutural e dos ativistas comunitários. No quadro de economias diversas, as ideias sobre o crescimento abrangem uma variedade de tópicos, incluindo, por exemplo, o capital social, o bem-estar, a nutrição e a economia. Este indicador propõe uma distinção analítica útil para quem trabalha e reflete sobre o desenvolvimento comunitário: o crescimento acima do solo e o crescimento abaixo do solo. Quando procuramos melhorar uma comunidade, ou quando procuramos medir o impacto dos projectos de valorização comunitária, seria bom concentrarmo-nos no crescimento que ocorre tanto acima como abaixo do solo. Nem todos os que trabalham para melhorar as comunidades concordam com o que deve ser melhorado e, com demasiada frequência, o capital económico é privilegiado em relação a outros tipo de capital. Os académicos do Diverse Economies Framework sublinham a necessidade de envolver a comunidade na co-criação dos significados do capital e na escolha dos indicadores para analisá-los, e quanto mais inclusivo for este envolvimento, melhor será o resultado (Corlan & Hale, 2016). É aqui que é importante prestar atenção ao crescimento “subterrâneo”, ou seja, aos valores expressos pelas pessoas e no seio das comunidades: às práticas, os hábitos e às inter-relações. O Quadro das Economias Diversificadas pode ajudar-nos a integrar estas avaliações na nossa análise. Dadas as suas associações com a economia política pós-estrutural, esta abordagem olha para a economia não como uma força monolítica, mas como uma série de relações fluidas, que variam no espaço e no tempo. O que nos interessa especificamente no Quadro das Economias Diversas é a sua atenção às formas como os cidadãos renegociam os sentidos de "valor". Considerando as economias como performances fortemente situadas, enraizadas em redes sociomateriais, o Quadro das Economias Diversas ajuda-nos a compreender como e porquê as comunidades valorizam as coisas que fazem (Carolan & Hale, 2016).

Para compreender os processos de valorização de pessoas e comunidades, é essencial, em primeiro lugar, familiarizarmo-nos com o conceito de capital social. Os programas de hortas comunitárias e os bairros que proporcionam um maior acesso a atividades em espaços verdes são instrumentos privilegiados para o desenvolvimento do capital social, através da construção de relações sociais alternativas, que melhoram o sentimento de pertença dos participantes e estabelecem redes de apoio e confiança. O capital social tem sido descrito como a capacidade de desenvolver redes no seio das comunidades, é o conjunto de elementos que favorecem a criação e a manutenção de relações humanas, incluindo a confiança, a comunicação, a reciprocidade, a segurança e a cooperação (Guerlain & Campbell, 2016).

A revisão da literatura encontrou vários estudos que relacionam a prática da agricultura urbana e o desenvolvimento do capital social. No seu estudo qualitativo sobre hortas comunitárias em Melbourne, na Austrália, Kingsley e Townsend (2006) descrevem o capital social como um benefício primordial da experiência da horta comunitária, embora tenham constatado que esses benefícios são muitas vezes limitados aos recintos da horta e não conseguem enraizar-se no resto da comunidade. Alaimo et al. (2010) referiram que a participação das famílias em actividades de jardinagem comunitária teve um impacto positivo em termos de confiança e reciprocidade, conhecimento dos vizinhos, sentido de responsabilidade pelo bairro e satisfação com o bairro. Goralnik et al. (2013) sublinham que o capital social é particularmente importante para os imigrantes e refugiados, especialmente se forem novos residentes em bairros que não conhecem, o que pode ser

uma experiência de isolamento. Neste caso, a rede social permite combater a solidão e oferecer apoio em momentos de dificuldade. Firth et al. (2011) descrevem quatro formas pelas quais as hortas comunitárias facilitam o capital social: (1) reúnem as pessoas com um objetivo partilhado em torno de uma atividade comum, criando assim uma responsabilidade colectiva; (2) proporcionam um local de encontro onde as pessoas podem interagir e criar uma comunidade; (3) criam oportunidades para interações sociais informais, tais como cultivar, preparar e comer alimentos, o que pode criar laços entre a comunidade; e (4) proporcionam oportunidades para criar ligações com instituições e autoridades. Um indivíduo não pode deter capital social. Pelo contrário, o capital social surge entre indivíduos: é outra forma de descrever as relações entre os membros de uma comunidade. Quanto mais frequentes e variadas forem as interações sociais, mais capital social é acumulado. Quanto maior for o capital social detido na comunidade, maior será a interdependência da comunidade. Dois aspectos importantes desta interdependência são a confiança e as normas.

2.2.2 Mudança social

Além de enquadrar as hortas comunitárias como locais ideais para a produção de capital social, alguns estudos foram mais longe, enquadrando-as explicitamente como espaços de mudança social. O trabalho de Baker (2004) sobre as hortas comunitárias em Toronto concluiu que estas ofereciam um espaço de prática democrática em que as pessoas afirmavam a sua identidade social ao reivindicarem um pedaço de terra. Noutro exemplo, Glover (2003) considera que a horta era um “símbolo tangível” da eficácia colectiva dos participantes, utilizado para criar uma contra-narrativa do bairro como desfavorecido e em declínio.

Com base no trabalho de Glover, a investigação de Nettle (2014) sobre as hortas comunitárias australianas demonstra que as hortas comunitárias constituem uma ‘ação social pré-figurativa’. Nettle define as práticas pré-figurativas como atividades que incorporam e representam a forma como alguém imagina um mundo futuro (melhor). Fazem-no através do estabelecimento de uma produção alimentar alternativa à agricultura industrial, da organização colectiva e da manutenção de espaços partilhados e da criação de um sentido de comunidade através de eventos, contrariando as tendências de consumismo e alienação.

Em vez de se opor ou resistir às relações sociais dominantes e excludentes, a mudança social prefigurativa busca superar o status quo construindo relações sociais alternativas em pequena escala. Isso ocorre por meio de formas específicas de participação social positiva, nas quais as pessoas em situação de vulnerabilidade participam em atividades que valorizam, em condições de relativa igualdade. Focando nas hortas comunitárias cultivadas por pessoas que não são ativistas, mas que promovem uma mudança social sutil através de ações cotidianas, buscamos demonstrar que a intenção política não é necessariamente um pré-requisito para a ‘ação social prefigurativa’. Esse conceito mais amplo de ação social reconhece as lutas diárias e as práticas coletivas de pessoas que podem influenciar a mudança social, mesmo sem uma motivação política explícita ou um compromisso formal com o ativismo (Guerlain & Campbell, 2016).

Um conceito semelhante ao de ‘ação social pré-figurativa’ é apresentado nos estudos de Simon Springer (2019). O autor utiliza o termo ‘geografias insurgentes do cotidiano’ para se referir a experiências que promovem um certo tipo de transformação social matizada e continuamente renegociada. O autor centra-se em práticas que não têm a pretensão e a ambição de definir um novo modelo político de sociedade, mas que propõem mudanças concretas na vida quotidiana, importantes mesmo que sejam necessariamente incompletas e frágeis. Um dos contributos mais importantes para a discussão sobre o capital social e sua influência positiva no desenvolvimento e na capacitação comunitária é a obra de referência de Robert Putnam (2001), *Bowling Alone*. Nesta obra, o autor identifica a importância e o valor da criação (e manutenção) de relações fundamentais na sociedade. Não se trata apenas de estabelecer relações com pessoas com valores e sistemas de crenças que partilhamos, mas também, e talvez mais importante, de identificar e estabelecer relações com indivíduos que têm formas diferentes de organizar e interpretar a sociedade.

De acordo com Putnam (2001), com o aumento da diversidade étnica e da inclusão nas comunidades, é essencial reconhecer a importância do capital social para manter relações sociais fortes, reduzir a violência derivada de percepções erróneas e estereótipos negativos e formar laços que tornam as comunidades mais tolerantes e dinâmicas. Nesse contexto, os programas de hortas comunitárias são especialmente valiosos: proporcionam aos residentes de diferentes contextos socioculturais e de idades diferentes a oportunidade de interagir diretamente, encontrando pontos de contato físicos e simbólicos, promovendo um maior vínculo emocional com a comunidade.

2.2.3 Espaço

As hortas comunitárias podem favorecer um sentimento positivo de lugar e de vizinhança entre os participantes, especialmente para aqueles que foram deslocados ou que são novos na cidade. Assim, a agricultura urbana está sendo, tanto de forma individual quanto coletiva, um meio para transformar o espaço urbano em um lugar significativo (*place-making*), em países do Norte e do Sul Global (Audate et al., 2022). Esses projetos promovem um sentido de lugar e de pertença à comunidade, conceitos essenciais na perspectiva da geografia humana. Esta abordagem baseia-se na ideia de que o espaço das hortas comunitárias é um produto social. O marxista francês Henri Lefebvre (1991 [1974]) foi pioneiro na teoria do espaço como resultado da relação dialética com as forças sociais. Argumentou que o espaço é socialmente produzido e, por sua vez, desempenha um papel na formação das relações sociais. Assim, o espaço é simultaneamente um produto e um produtor de novas relações sociais, funcionando de uma forma análoga ao *habitus* de Bourdieu (Bourdieu, 1977, 1986): simultaneamente estruturante e estruturado. Na sua obra seminal, *A Produção do Espaço* (Lefebvre, 1974), o autor propõe uma multiplicidade surpreendente de espaços, organizados em uma tríade conceitual que inclui o espaço percebido, o espaço concebido e o espaço vivido.

O espaço percebido de Lefebvre refere-se à dimensão tangível e material do espaço - a sua forma e objectos - e às práticas espaciais diárias em que as pessoas se envolvem. O espaço concebido refere-se à compreensão abstrata, teórica e cognitiva do espaço e às suas representações nos campos e discursos dos profissionais do espaço (como arquitectos e engenheiros). O espaço vivido refere-se às experiências emocionais do

espaço, estamos no domínio da memória, da imaginação e da história pessoal, também designados por espaços de representação. Estas diferentes dimensões do espaço interagem e, por vezes, entram em conflito: em primeiro lugar, porque os diferentes actores tendem a privilegiar uma ou outra dimensão e, em segundo lugar, porque as práticas espaciais (espaço percebido) podem ser utilizadas para perturbar as representações abstractas hegemônicas do espaço (espaço concebido), a fim de afirmar espaços de representação alternativos (espaço vivido) (Barron, 2017).

Nas hortas urbanas, ocorre a criação de um tipo particular de espaço, o espaço comunitário. O espaço comunitário é essencial para satisfazer as necessidades de uma comunidade e realizar os seus direitos: “os grupos... não podem constituir-se, ou reconhecer-se, como 'sujeitos' a não ser que gerem (ou produzam) um espaço” (Lefebvre, 1991 [1974], p. 416). Os espaços comunitários podem ser entendidos como espaços socialmente produzidos, marcados por altos níveis de participação, expressão e apropriação psicológica por um grupo mais ou menos definido. Essa visão sugere que os espaços comunitários se encaixam na definição de *place-making*, ou seja, são lugares carregados de significado. Segundo Friedland, “o lugar é a fusão do espaço e da experiência, um espaço repleto de significado e uma fonte de identidade” (Friedland, 1992, p. 14). Essa perspectiva também sublinha a importância da autonomia na definição de quão autenticamente um espaço pode ser considerado comunitário. No contexto das hortas comunitárias, a autonomia é influenciada pelo grau de autogestão concedido aos participantes, pela ação social prefigurativa e pelas diversas redes de capital social envolvidas.

2.2.4 *Ecologia cívica*

Outro conceito relevante, amplamente abordado em vários estudos, é o de ecologia cívica, que é útil para descrever ações sociais e ambientais como parte de uma 'ecologia' mais ampla de processos, interagindo em múltiplas escalas (Krasny & Tidball, 2009). A ecologia cívica é um campo interdisciplinar que examina os impactos individuais e comunitários das práticas de gestão ambiental, bem como as suas interações com as pessoas, os organismos, as comunidades e as instituições de *governance*. As práticas de ecologia cívica incluem ações de gestão ambiental local destinadas a melhorar a infraestrutura verde e o bem-estar comunitário em sistemas urbanos e outros ambientes antropizados (Krasny & Tidball, 2012). Embora haja sobreposição entre agricultura urbana e ecologia cívica, a ecologia cívica abrange um espectro mais amplo de práticas de gestão, que vão desde projetos de ecologização e requalificação urbana até iniciativas como, por exemplo, a educação alimentar.

Capítulo 3. A agricultura urbana: análise do fenómeno

3.1 Análise do fenómeno: agricultura urbana espontânea e agricultura urbana planificada

No final dos anos 90 e no início dos anos 2000, o fenómeno da produção alimentar urbana estava tão generalizado, especialmente no Sul Global, que a FAO começou a preocupar-se com a segurança das matérias-primas utilizadas pelos cidadãos e decidiu lançar vários projectos para os ajudar a produzir produtos saudáveis. Em 1996, a organização lançou o *Special Programme for Food Security*, um programa destinado a aumentar a segurança alimentar nos bairros mais afetados pela pobreza e pela fome.

Entre as várias soluções encontradas para combater este problema, foi considerada a utilização da agricultura urbana e periurbana, com o objetivo de melhorar o acesso a alimentos frescos e saudáveis e promover os meios de subsistência das pessoas que vivem num ambiente urbano difícil (Bugnone, 2021). Até então, a agricultura urbana tinha sido sobretudo um fenómeno espontâneo, organizado a partir de baixo. Nos últimos anos do século XX, de facto, o movimento de grandes massas de pessoas do campo para as cidades em busca de trabalho fez com que as cidades aumentassem de tamanho e se expandissem até ocuparem áreas rurais vizinhas que até então viviam da produção agrícola e do comércio. As novas zonas suburbanas sofreram com a ausência de uma rede de distribuição alimentar organizada, com poucos mercados de agricultores e pouca seleção de produtos. Nestas condições, as famílias, muitas vezes provenientes do campo e com uma cultura agrícola enraizada, começaram a produzir alimentos para a sua auto-subsistência nos terrenos disponíveis e explorando espaços subutilizados, como telhados e varandas.

Esta forma rudimentar de agricultura urbana nasceu da necessidade, com o único objetivo de produzir alimentos para autoconsumo e, nos casos em que havia um excedente de produtos, vender alguns deles para obter um pequeno lucro. Embora seja uma atividade necessária para a sobrevivência de um grande número de pessoas, especialmente nos países do Sul global, não está isenta de problemas e riscos. A terra onde se cultiva e o solo com que se enchem as caixas e recipientes podem ser poluídos por substâncias ou detritos. A falta de planeamento urbano faz com que muitas casas não disponham de sistemas de esgotos adequados e as águas cinzentas das casas tendem a infiltrar-se nas camadas superficiais do solo. O risco é que as plantas e os animais possam absorver vários produtos químicos e passá-los aos seres humanos durante o consumo. Se forem devidamente organizadas e controladas, estas práticas podem ser uma solução direta muito simples para alguns dos problemas de segurança alimentar nas grandes cidades.

A agricultura urbana contribui também, nas cidades onde é praticada, para o desenvolvimento de muitas zonas e bairros e para a redescoberta de muitas áreas abandonadas e em desuso. A necessidade de encontrar espaços planos, no exterior e no interior, fez com que muitos espaços industriais e habitacionais abandonados fossem recuperados pelos seus habitantes. Os telhados planos, os antigos armazéns e as zonas de parque não cultivadas renasceram como espaços de cultivo, graças à sua morfologia e à sua posição na malha urbana.

A possibilidade de poder produzir em contextos urbanos leva a um aumento do consumo de produtos frescos nas periferias das cidades, preenchendo as lacunas da grande distribuição organizada. De facto, as cadeias de distribuição tendem a abastecer sobretudo os centros das grandes cidades, deixando o consumo de alimentos de longa duração, não frescos e mais processados, para os subúrbios (Haskell, 2021). Além disso, os sistemas de distribuição alimentar revelaram-se muito frágeis em períodos de crises sociais, económicas ou sanitárias imprevistas. Uma pesquisa realizada pela Universidade de Leeds (UK) mostrou que, após o Brexit e, especialmente, durante a pandemia de Covid-19, os subúrbios foram os primeiros a sentir uma escassez problemática de alimentos frescos (Sakai et al., 2020). Embora a presença de supermercados nas zonas centrais seja elevada, nos subúrbios há sobretudo *convenience store* e minimercados que vendem alimentos embalados e altamente transformados. Esta é uma das principais causas do excesso de peso e da obesidade, doenças que afetam mais os habitantes dos subúrbios do que os dos centros urbanos.

Nos EUA, foi criado o termo *Food Deserts* (desertos alimentares) para designar as comunidades onde não estão disponíveis produtos alimentares frescos e não transformados. Nestes locais, a falta de mercados e supermercados que vendem produtos frescos é causada por uma fraca eficiência da cadeia de distribuição, que favorece os centros urbanos mais ricos e abastados, e por uma falta de interesse dos consumidores associada a uma falta de educação nutricional. Nestas zonas, além dos *convenience store*, proliferam as cadeias de *fast food*, que vendem alimentos processados e serializados, fáceis de transportar e vender pelos fabricantes, mas muito nocivos em termos de segurança alimentar e de doenças relacionadas com a alimentação.

Tal como em Leeds, durante a pandemia de Covid-19 nos Estados Unidos, os desertos alimentares aumentaram nas zonas mais pobres e marginalizadas, devido ao encerramento de empresas, à redução do transporte de produtos alimentares frescos e às medidas sanitárias que limitaram as deslocações da população e, por conseguinte, a sua capacidade de chegar aos poucos supermercados mais próximos (Haskell, 2021). Os governos locais, nacionais e internacionais tendem a lançar atividades educativas nestas áreas sobre a importância do consumo de produtos frescos. As hortas urbanas são muitas vezes o teatro onde esses projectos educativos são realizados. Isto acontece quando a agricultura urbana não se desenvolve espontaneamente, por exemplo, quando os cidadãos dos subúrbios são operários empregados em atividades de produção industrial e não provêm de famílias de agricultores. Assim, são organizados encontros que envolvem diretamente a população. São fornecidos instrumentos e sementes adaptados ao contexto para incentivar a produção através de demonstrações no terreno dos benefícios que ela traz.

Por planeadas e espontâneas, entendem-se, portanto, dois tipos fundamentais de intervenções: *top-down* e *bottom-up*. A primeira é originada por instituições que pretendem melhorar a qualidade de vida da população em determinadas zonas da cidade. A fragilidade desta primeira abordagem reside precisamente no facto de não haver uma mesa de discussão com as pessoas que vivem efetivamente nos locais envolvidos, o que, na maioria das vezes, gera insatisfação no resultado final de um projeto. Dependendo de cada caso e projeto, as experiências planeadas podem ter uma ampla margem de autodeterminação e de iniciativa dos próprios cidadãos. A segunda abordagem, ao

contrário da primeira, tem como objetivo realizar intervenções com ideias “de baixo para cima”, ou seja, que começam a partir dos cidadãos. As escolhas feitas pelos utilizadores modificam e regeneram o espaço de acordo com as suas próprias necessidades, com o objetivo preciso de realizar um projeto comum. Uma das principais actividades que surgem é a auto-organização de economias à escala local que geram benefícios sociais numa determinada comunidade. Existe uma grande variedade de *stakeholders* com os quais a agricultura urbana pode interagir: políticos, autoridades locais, associações, agricultores, empresas, académicos, etc.

3.2 Tipologias de hortas urbanas

Falando de agricultura urbana, para além da distinção de abordagem/gestão *top-down* vs. *bottom-up*, é possível definir outra distinção, que se refere às tipologias de projectos analisados. O "tipo" não é mais do que um esquema ideal; é possível classificar o tipo de agricultura urbana a partir de características comuns, mas deve-se ter sempre em consideração que a agricultura urbana tem um carácter multifuncional, portanto não é sempre correto nem possível falar de tipologias em termos demasiado rígidos.

As tipologias que apresentaremos dependem de vários aspectos, como por exemplo a localização da horta: é útil perceber se o projeto tem origem em terrenos públicos ou privados; o objetivo da horta: neste caso significa perceber se o objetivo é lucrativo (ex. criação de empresas e empregos locais), se é simplesmente produtivo, se a horta tem objetivos sociais (ex. integração de imigrantes), se tem um fim educativo ou se tem em vista o bem-estar coletivo; os atores envolvidos: é sempre útil perceber se as atividades desenvolvidas são reconhecidas e apoiadas pelas administrações e instituições públicas e estabelecer o grau de participação). A agricultura urbana pode assumir muitas formas, dependendo da combinação das características acima mencionadas. Abaixo são apresentadas algumas tipologias, identificadas pela análise do estado da arte e da literatura científica.

3.2.1 O parque agrícola

A maior escala de intervenção é representada pelo parque agrícola, ou seja, áreas verdes urbanas cuja valorização, utilização e fruição se caracteriza por um uso agrícola de carácter multifuncional. O parque agrícola pode acolher a produção em hortas ou estufas, pode disponibilizar espaços agrícolas para aluguer aos cidadãos, apresentar projectos educativos, receber mercados locais, etc., tornando-se um pólo de produção local e de sociabilidade. Obviamente, isto compreende as hortas urbanas, áreas subdivididas em parcelas, que são atribuídas aos cidadãos para cultivarem produtos para o consumo doméstico. O termo horta urbana designa genericamente os vários tipos de hortas que se desenvolvem na cidade, como as hortas sociais e comunitárias, por exemplo, que podem coexistir num mesmo parque agrícola.

3.2.2 Hortas sociais

As hortas urbanas destinadas a grupos específicos da população em risco, como por exemplo imigrantes, refugiados, cidadãos com baixos rendimentos, pessoas com

deficiências ou idosos, são definidas como hortas sociais. Bastante difundidas na Europa, localizam-se em terrenos agrícolas (públicos ou privados) ou em terrenos destinados a esse fim pelas autarquias, associações ou organismos que as gerem, os quais também estabelecem as listas de concessão das parcelas. Em alguns casos, podem também estar localizadas em zonas não verdes, ultrapassando a dificuldade da ausência de terreno com a utilização de canteiros elevados ou outras tecnologias de cultivo acima do solo. Os terrenos são normalmente propriedade das próprias autarquias e são atribuídos aos diferentes cidadãos a título de empréstimo gratuito ou mediante uma renda modesta.

O objetivo das hortas sociais é procurar novas soluções para problemas comuns nas grandes cidades, como por exemplo a marginalização social, o isolamento, a pobreza e a doença dos cidadãos, envolvendo-os em atividades motoras e ao ar livre, facilitando a ocupação do tempo livre em atividades produtivas e cooperativas, de modo a promover a integração no tecido social e atividades benéficas do ponto de vista da saúde. As áreas são geralmente divididas em parcelas e os cidadãos dispõem de sistemas comuns para a prática da agricultura, tais como ferramentas e sistemas de irrigação.

3.2.3 Horta Comunitária / *Community garden*

Uma Horta Comunitária / *Community garden* é um local onde um grupo de pessoas, geralmente do mesmo bairro ou edifício, cultiva em conjunto um espaço verde. Pode ser um espaço comunitário onde todos partilham a horta, bem como a prática agrícola e os produtos obtidos, ou uma horta comunitária dividida em parcelas individuais. O valor da sociabilidade e da autogestão distingue a horta comunitária, uma vez que aqui os proprietários, reunidos numa associação de bairro ou de condomínio, decidem como gerir o espaço. O termo horta comunitária designa os jardins e hortas criados no sistema urbano pelos habitantes, muitas vezes situados em locais em desuso ou abandonados que são regenerados graças à vontade e à união dos cidadãos. São jardins onde os cidadãos partilham a terra e os recursos (água, solo, sol). A maioria das hortas comunitárias está aberta ao público para desfrutar de espaços verdes em áreas urbanas e oferece diversas oportunidades de relações sociais, recreação, educação, simples relaxamento e, claro, a produção de legumes e outras culturas diretamente produzidas pelos membros.

Os seus objetivos, estrutura e organização são bastante variáveis. As hortas comunitárias vão desde áreas onde são cultivadas pequenas parcelas de legumes para uso doméstico, passando pela arborização de cantos de ruas, até projectos de maior dimensão destinados a preservar, áreas naturais e parques ou a requalificar zonas industriais abandonadas em ambientes urbanos degradados. Embora as hortas comunitárias estejam espalhadas pelo mundo inteiro, o fenómeno está mais difundido nos países com maior desenvolvimento económico. A horta comunitária caracteriza-se pelo facto de promover objectivos especialmente sociais, como a educação da população para a produção de alimentos, a sensibilização ambiental e as oportunidades de interação social. Os princípios de partilha, autogestão e sociabilidade são os requisitos básicos para que as hortas fortaleçam o sentimento de pertença à comunidade. A organização de uma horta comunitária é colectiva e cada membro é responsável pela área que lhe é atribuída, no caso de subdivisão da horta em partes (talhões), ou por cuidar de todo o jardim.

3.2.4 Hortas domésticas

As hortas domésticas são as hortas criadas em espaços privados, nos jardins, varandas ou telhados da própria residência. Podem estar localizadas no terreno do proprietário ou em espaços comuns e condominiais partilhados (jardim ou pátio do condomínio, cobertura plana do condomínio). As hortas domésticas são um elemento essencial para a saúde psico-física dos seus utilizadores e melhoram a qualidade de vida daqueles que decidem dedicar-se à sua prática. Os produtos hortícolas cultivados na própria horta permitem uma alimentação variada e o contacto com a natureza, podem ser uma fonte de poupança financeira, proporcionam a utilização do tempo livre de forma ativa e criativa e estimulam os sentidos, as relações pessoais e o convívio no seio do agregado familiar. As hortas nos condomínios são criadas com base em projetos que privilegiam a integração, a construção de comunidades, a sociabilidade e a ecologia cívica.

É muito importante sublinhar a ação doméstica, muitas vezes invisível, de cidadãos individuais envolvidos em práticas ecológicas. Porque, independentemente da sua escala, a agricultura urbana torna-se uma estratégia de regeneração urbana, dotando a cidade de espaços verdes e de novas actividades que contribuem para aumentar o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos.

3.2.5 Hortas pedagógicas

As hortas pedagógicas e as quintas pedagógicas representam um tipo de projeto cujo principal objetivo é criar um local onde possam ser explicadas, demonstradas e ativamente implementadas as fases que caracterizam os sistemas alimentares: a produção, o cuidado, a colheita e o consumo de alimentos. A função educativa das hortas pedagógicas pode também abranger os temas da reciclagem, da poluição, dos impactos ambientais das nossas práticas, das alterações climáticas, etc. São normalmente destinadas a crianças e jovens.

O interesse pela introdução de hortas no espaço escolar decorre da constatação da importância da educação alimentar, da origem dos alimentos e de uma alimentação saudável, dos benefícios do consumo de produtos frescos e locais, para além da educação em termos de ambiente e biodiversidade. Para além das razões didáticas, a ideia de cultivar uma horta na escola é também acompanhada pela ideia de beleza, de melhoria e de valorização do ambiente escolar, implica o compromisso de cuidar de um lugar e das suas plantas, de ver crescer, saborear e produzir alimentos e, finalmente, de trabalhar em conjunto ao ar livre e partilhar experiências.

Em algumas escolas, a experiência da horta parte do desejo de recuperar espaços escolares degradados e não utilizados, em outras, a experiência começa com projectos escolares para promover a integração cultural ou a inclusão de alunos com dificuldades cognitivas. A colaboração com os avós das crianças é, nalguns casos, um requisito importante, ajudando a manter e a transmitir conhecimentos sobre as plantas tradicionais locais.

3.2.6 Green rooftop

As hortas nos telhados planos dos edifícios são cada vez mais populares como formas inovadoras de atividade agrícola e caracterizam a estreita relação funcional e simbiótica

entre o ambiente urbano e o rural. Estas formas de agricultura fundem-se cada vez mais com a atual trajetória "construtivista" e oferecem a possibilidade de explorar criativamente o espaço na cidade. Um estudo experimental da Faculdade de Agricultura da Universidade de Bolonha, realizado entre 2012 e 2016 a partir de uma série de hortas hidropónicas acima do solo no telhado de um edifício municipal, estimou como um desenvolvimento sistemático e generalizado da horticultura deste tipo nos mais de 80 hectares de telhados planos dos edifícios de Bolonha poderia satisfazer quase 77% das necessidades vegetais de toda a área urbana (Spillare, 2019).

Para além dos vários benefícios para os utilizadores, as coberturas planas cultivadas desempenham várias funções úteis para os edifícios, como a absorção da água da chuva, o isolamento térmico, a criação de uma paisagem esteticamente mais agradável, a redução da temperatura do ar urbano e a atenuação do efeito de ilha de calor.

3.2.7 *Vertical farm*

Outra solução para as necessidades alimentares poderá vir da tecnologia, com o desenvolvimento da chamada agricultura vertical, que poderá representar uma revolução social e o futuro do conceito moderno de agricultura urbana. Este modelo tem como objetivo reinserir nas cidades a parte produtiva que o desenho urbano parece ter progressivamente apagado.

O termo "quinta vertical" refere-se a edifícios utilizados para a produção de alimentos hortícolas (mas também para a transformação, embalagem e venda) situados em zonas urbanas. O conceito foi desenvolvido pelo Vertical Farm Project, iniciado em 2001 pelos alunos do professor da Universidade de Columbia, Dickson Despommier, como um exercício para responder aos problemas da produção agrícola insustentável dos EUA, das alterações climáticas, dos desertos alimentares e dos custos de transporte, armazenamento e refrigeração (Despommier, 2010). De acordo com o conceito de Despommier, a quinta vertical é um verdadeiro arranha-céus cujos andares são utilizados para a produção de alimentos utilizando tecnologias hidropónicas, luz artificial e controle microclimático. Seriam quintas high-tech situadas no centro das cidades. A quinta vertical, nesta conceção, representa um ponto focal para as futuras infraestruturas, mas, de momento, é muito dispendiosa: teria de ser construído um edifício especial envidraçado, como uma espécie de estufa gigante de vários andares. Atualmente, a agricultura vertical requer espaço, custos de construção muito elevados e altos níveis de gestão e controle internos.

3.2.8 *Guerrilla gardening*

Por último, existem os movimentos de *guerrilla gardening*, formados por cidadãos que pretendem tornar mais verdes os espaços públicos degradados através de plantações não autorizadas, consideradas como ações ambientais não violentas e anárquicas. O fenómeno do *guerrilla gardening* será aprofundado no próximo capítulo.

3.3 Benefícios das hortas urbanas

Vimos que as hortas urbanas se caracterizam pela sua multifuncionalidade, uma qualidade que pode levar a vários benefícios no imediato e a longo prazo.

A atividade mais óbvia das hortas urbanas é a produtiva, e os benefícios deste tipo de agricultura são múltiplos. Em primeiro lugar, os produtos cultivados têm características qualitativas superiores às dos produtos normalmente encontrados nos supermercados, o que se deve à ausência de utilização de pesticidas e produtos químicos e à biodiversidade das hortas. De facto, muitas hortas comerciais, devido à competitividade do mercado, são obrigadas a utilizar sementes modificadas e fertilizantes que aumentam o rendimento dos produtos e são frequentemente caracterizadas por monoculturas intensivas, elementos que tornam o solo cada vez menos fértil.

A agricultura urbana permite que as pessoas ganhem mais confiança nos produtos que consomem, fornece-lhes alimentos saudáveis e a possibilidade de adotar uma dieta variável. O benefício produtivista diz, portanto, respeito à segurança alimentar dos cidadãos, tanto em termos de acesso à produção como em termos de qualidade e quantidade dos produtos.

Se a quantidade de produtos obtidos for superior às necessidades do agregado familiar, e se as regras do parque agrícola o permitirem, os agricultores urbanos podem também obter uma fonte de rendimento suplementar com a venda dos produtos. As hortas urbanas podem, portanto, ser consideradas como uma atividade económica. Para além da venda de produtos, que é rara na realidade, as hortas urbanas são sem dúvida uma fonte de poupança de rendimentos, uma vez que os agricultores não precisam de comprar no supermercado os produtos que cultivam. Ao contrário de muitos outros esforços de desenvolvimento, que criam um sentimento de dependência, através do envolvimento dos membros da comunidade na produção de coisas de valor, a ecologização comunitária pode criar independência e autossuficiência (Gutman, 1987). A sensação de autonomia económica, na medida em que os indivíduos forneciam alimentos saudáveis para as suas famílias, representa um valor social extremamente importante, que contribui para um maior sentido de realização e autoestima.

As hortas urbanas têm também vários benefícios terapêuticos para quem as cultiva. A utilização de espaços verdes e a sociabilidade contribuem para o bem-estar psicofísico dos utilizadores das hortas, sobretudo das pessoas vulneráveis, como os idosos. Os participantes na gestão das hortas podem manifestar um tipo de atração biofílica e, assim, experimentar os benefícios psicológicos, emocionais e cognitivos inerentes ao contacto com a natureza e à participação na recuperação ambiental. Numerosos estudos demonstraram que a possibilidade de ver ou experimentar espaços verdes pode reduzir a violência doméstica, acelerar os tempos de cura e reduzir o *stress* (Tidball & Krasny, 2007). A socialização entre horticultores é um dos aspectos que mais influencia o bem-estar psicofísico dos utilizadores. É comum verificar que os locais onde a atividade agrícola está presente têm geralmente níveis mais elevados de interação social. Talvez um dos benefícios mais importantes da jardinagem comunitária seja a sua natureza inerentemente inclusiva e colaborativa. É uma atividade que pode ser partilhada e experimentada por praticamente todos os grupos de pessoas, de diferentes origens socioeconómicas, culturas e idades. A agricultura contribui assim para a construção da

coesão social, reforçando o sentimento de segurança do bairro e o sentimento de pertença à comunidade.

Em cidades densamente populosas, a ecologia comunitária contribui para a heterogeneidade da paisagem. As hortas comunitárias urbanas são locais de diversidade biológica que refletem geralmente a diversidade cultural e étnica da comunidade envolvente (Tidball & Krasny, 2007). Para além dos vários aspectos sociais, as hortas urbanas são uma atividade importante do ponto de vista ambiental, enriquecendo a biodiversidade e o equilíbrio ecológico da cidade. A agricultura urbana tem a capacidade de regular o microclima da zona onde é praticada: regula a temperatura e a humidade do ar, melhorando a qualidade da atmosfera, fornece maiores níveis de oxigénio e diminui os níveis de dióxido de carbono, essenciais para a redução do efeito de estufa. O cultivo do solo, uma vez rico em raízes sólidas, reduz o escoamento superficial, diminuindo assim os níveis de erosão e o risco de deslizamento de terras. As hortas também servem como locais de polinização, tornando-se assim num verdadeiro serviço ecossistémico (Krasny & Tidball, 2012).

3.4 Lugares de aplicação

A capacidade da agricultura urbana de assumir formas mutáveis para se adaptar a vários contextos significa que podemos encontrar projectos a diferentes escalas: a cidade inteira, o bairro, os espaços verdes públicos, os espaços verdes privados e, por fim, o edifício individual. Há muitas ideias ambiciosas, sonhos ou projetos reais, que visam desenvolver uma rede - ou cadeia - de espaços verdes produtivos que atravessam toda a cidade até às zonas rurais, desenhando um gradiente que torna quase imperceptível o afastamento da cidade em direção ao campo. Estes projetos são apenas teóricos, uma vez que, até agora, não foram aplicados diretamente no planeamento das cidades. No entanto, há alguns exemplos em que a agricultura urbana tem sido usada como um pilar para orientar os processos de transformação das cidades para caminhos sustentáveis e inclusivos. Montpellier, por exemplo, através dos *Schémas de la Cohérence Territoriale* (Scot), um instrumento francês de governo territorial à escala metropolitana, atribuiu um papel estratégico à agricultura urbana desde 2006. A Scot olha para as áreas naturais e agrícolas não só como um instrumento para reequilibrar o desenvolvimento urbano, mas como a espinha dorsal da cidade metropolitana. O programa da Agenda 21, em 2010, introduziu o instrumento do parque agrícola, definindo-o como a interface entre a agricultura e os limites urbanos (Bugnone, 2021). Outro exemplo internacional é Todmorden, uma pequena cidade inglesa de 16 000 habitantes em West Yorkshire, apelidada há alguns anos de *Todmorden incredible edible*. A população local, a partir de 2016, apoiada pelas instituições, iniciou um projeto de cultivo partilhado em terrenos públicos de todos os tipos de legumes. Todos os cidadãos foram convidados a cultivar a terra e a colher livremente os frutos. O sucesso do projeto foi tal que o governo local disponibilizou todos os terrenos em nome da sustentabilidade e da agregação social, estabelecendo o objetivo de se tornar autossuficiente em termos alimentares (Dezio, 2016).

Se a agricultura urbana, com uma abordagem multifuncional, fosse aplicada à escala do bairro, geraria efeitos positivos como a redução dos gases com efeito de estufa, o aumento da inclusão social, a criação de condições de trabalho e o combate às alterações climáticas, cumprindo assim plenamente os princípios de sustentabilidade enunciados

pela UE. Na maioria dos bairros urbanos existem espaços verdes públicos ou comunitários que oferecem uma grande oportunidade para estabelecer a agricultura urbana como parte da infraestrutura verde da cidade (Lovell & Johnston, 2009). Pequenas mudanças como a substituição de árvores de rua por espécies frutíferas, a criação de um pequeno pomar num parque, a incorporação de ervas e legumes em vasos ou a criação de hortas educativas numa escola podem ter um grande impacto e sensibilizar as pessoas para a ligação entre os alimentos que são consumidos e a paisagem em que são produzidos. As áreas verdes de propriedade privada dentro dos limites da cidade também podem apoiar uma série de atividades agrícolas diferentes, desde pequenas quintas a jardins de quintal. Por último, a agricultura urbana oferece oportunidades únicas para incorporar os seus benefícios nas estruturas urbanas, tais como edifícios, telhados e varandas.

3.5 As técnicas agrícolas e os alimentos produzidos

Tal como acontece com a agricultura rural, a agricultura urbana assume inúmeras formas e objectivos diferentes, de acordo com os contextos em que é praticada. As motivações que levam à formação de atividades de produção alimentar em contextos urbanos são extremamente numerosas, assim como as técnicas agrícolas utilizadas e a variedade de produtos cultivados. A técnica utilizada para um projeto agrícola depende de uma série de fatores, tais como a escolha dos produtos a obter e em que quantidades, o objetivo para o qual o projeto é concebido, a disponibilidade de espaço, a variedade de terrenos e os recursos disponíveis para implementar o projeto.

A agricultura subterrânea é o tipo de produção alimentar mais utilizado no mundo. Os produtos são cultivados no interior da terra, que é trabalhada para acomodar e cultivar plantas para a alimentação. Qualquer tipo de planta pode ser cultivada no solo, mas os métodos utilizados devem variar consoante a espécie. A composição dos solos pode ser diferente e, de acordo com o tipo de solo presente, certas plantas são favorecidas comparativamente a outras. Todo o trabalho necessário para a produção, desde a lavoura até à colheita, pode ser efectuado manualmente ou através da utilização de maquinaria pesada para cobrir parcelas de maiores dimensões. Consoante a dimensão da parcela, existem numerosos métodos de irrigação: canais que aproximam a água da terra, enchendo o lençol freático onde as raízes retiram água diretamente, tubos que levam a água aos campos através da utilização de sistemas de bombeamento, máquinas de irrigação ou a rega manual. Este tipo de agricultura é o mais difundido no mundo porque pode ser praticado em qualquer lugar onde haja terra fértil e água doce. Não são necessários instrumentos tecnológicos complexos e todas as operações podem ser efectuadas à mão.

A agricultura em caixotes é um tipo de produção alimentar que utiliza grandes caixotes que contêm terra cultivável. Este tipo de técnica é utilizado quando não é possível cultivar diretamente no terreno porque está construído ou contaminado. Para poder realizar este tipo de atividade de produção, é necessário construir uma estrutura na qual colocar a terra. Os caixotes podem ser construídos com diversos materiais, desde que sejam impermeáveis e não permitam a passagem de elementos exteriores. O solo deve ser estratificado como um solo agrícola, com camadas alternadas e bem divididas de cascalho, argila e terra. A estratificação permite que a água seja corretamente distribuída

pelos grãos do solo. Os caixotes são geralmente de pequenas dimensões, pelo que os produtos cultivados devem ocupar espaços reduzidos. As plantas de fruto com troncos lenhosos e as plantas com raízes muito profundas não podem ser cultivadas. Devido ao espaço limitado, o cultivo não pode ser mecanizado, pelo que é necessário utilizar ferramentas manuais para lavrar e regar as plantas.

A agricultura em recipientes é um tipo de produção própria do meio urbano. É a forma reduzida da agricultura em caixotes e utiliza diferentes tipos de recipientes para conter o solo no qual o produto será cultivado. Este tipo de produção surgiu nas zonas urbanas na ausência de grandes espaços para cultivar através dos métodos acima apresentados. Nos subúrbios urbanos sobrepovoados do Sul global, a agricultura de subsistência é praticada na grande maioria dos terraços e varandas, e a gestão dos reduzidos espaços disponíveis apenas permite a utilização de contentores para o cultivo de pequenas plantas. Os recipientes podem ser de diferentes formas e tamanhos, mas devem ser fáceis de deslocar e gerir. Podem ser vasos de jardinagem, potes, baldes etc. Nos países ocidentais, este tipo de agricultura tem sido utilizado em pequena escala, por exemplo para o cultivo de especiarias para cozinhar nos parapeitos das janelas e de tomateiros nas varandas.

A agricultura hidropónica é uma técnica em que as plantas são cultivadas sem a utilização de terra. As plantas são cultivadas acima do solo, utilizando tecnologias mais ou menos complexas, consoante o sistema de produção. As raízes assentam num substrato de material inerte, como argila, lã de rocha ou fibra de coco, que suporta a planta e retém a humidade. Os substratos repousam em tanques nos quais é possível deixar correr a água. O sistema de irrigação banha diretamente às raízes com água na qual se dissolvem os fertilizantes e os nutrientes necessários ao crescimento da planta. Os nutrientes podem ser de origem natural ou química. Um sistema hidropónico consome relativamente pouca água, recuperando-a e colocando-a de novo em circulação. Isto não acontece no caso da agricultura em pleno solo, onde são utilizadas enormes quantidades de água para irrigação, uma vez que grande parte é absorvida pelo solo e drenada para as camadas inferiores, tornando-se inacessível às raízes das plantas. O tipo de produtos que podem ser cultivados varia em função do tipo de sistema hidropónico, mas produzem-se principalmente legumes com crescimento vegetativo reduzido, como os legumes de folha, os legumes de fruto e as frutas vermelhas. As vantagens da hidroponia são a possibilidade de ser realizada no interior de edifícios, a recriação da iluminação solar através de sistemas de iluminação LED, a possibilidade de estratificação das plantas através da colocação de vários tanques uns sobre os outros em estruturas verticais e a redução do consumo de espaço e de água, dada por uma melhor gestão dos recursos disponíveis. As instalações têm elevados custos de criação e gestão e exigem um elevado nível de conhecimentos técnicos por parte dos operadores que as controlam. (FAO, 2014).

A aquaponia é uma técnica mista de produção de alimentos, nascida da combinação da agricultura hidropónica com a aquacultura, a criação de peixes para consumo alimentar. As plantas e os produtos que podem ser cultivados são os mesmos que na agricultura hidropónica, o que muda é a fertilização da água utilizada na rega. Os nutrientes dissolvidos na água são de origem natural e são produzidos por peixes criados em grandes tanques. A água em que os peixes vivem é rica em minerais provenientes das substâncias residuais dos peixes, é bombeada para o sistema hidropónico e mineraliza as plantas. O excesso de água é reutilizado, filtrado e devolvido novamente aos tanques. Para além dos

benefícios da tecnologia hidropónica, a aquaponia permite também a produção de proteínas animais a partir de peixes, diversificando a produção em contextos em que a criação de animais de carne seria impossível de gerir devido ao espaço e aos recursos. A aquaponia proporciona uma fonte segura de alimentos, mas é muito mais complexa do que a hidropónica: os peixes utilizados devem ser de espécies muito específicas, como a carpa e a truta, e devem ser criados com extremo cuidado, uma vez que cada espécie necessita de temperaturas de água e taxas de oxigenação específicas. Os peixes utilizados na aquaponia são sensíveis às mudanças de temperatura da água e às substâncias dissolvidas na água, o que torna este tipo de técnica de produção altamente complexa (FAO, 2014).

Assim, através da agricultura urbana, é possível cultivar a maioria dos produtos que são tradicionalmente cultivados no campo em terrenos abertos. Poucos produtos não podem ser cultivados em contextos urbanos, por exemplo, o trigo, o milho, a soja, que requerem grandes espaços e longos períodos de crescimento, e que caracterizam o cultivo rural, muitas vezes sob a forma de monoculturas intensivas. As culturas distribuem-se na cidade em função de três fatores principais: os recursos necessários para o cultivo, o espaço necessário e o tempo de crescimento. Nos centros das grandes cidades, existem projectos de agricultura urbana, mas muitas vezes só produzem verduras de folha, devido ao custo dos recursos e do espaço utilizado. Quanto mais se desloca para os subúrbios, onde o custo por metro quadrado diminui, mais se pode encontrar produtos diferentes, que têm tempos de crescimento mais longos e necessitam de mais água ou de mais espaço.

As principais verduras cultivadas em ambientes urbanos são aquelas com tempo vegetativo muito curto, ou seja, o período que vai da sementeira à colheita. Isso ocorre para permitir uma maior quantidade de colheita durante o ano, reduzindo os custos de produção e proporcionando uma maior quantidade de produtos consumíveis. A alface é a hortaliça mais cultivada em meio urbano e a melhor em termos de recursos, tempo e espaço necessários para produzi-la. Pode ser cultivada com todos os tipos de métodos agrícolas, desde a agricultura no solo até aos sistemas hidropónicos. Os legumes de folha, como os espinafres, e as diferentes variedades de ervas aromáticas podem ser cultivados da mesma forma que a alface. Os legumes de fruto, como o tomate, a beringela e a courgete, são comuns tanto no solo como em sistemas hidropónicos.

Todas estas plantas são muito fáceis de cultivar e dão frutos rapidamente, o que as torna entre as mais populares. A limitação de espaço nos meios urbanos não permite a existência de grandes pomares, mas apenas o cultivo de bagas e pequenos frutos, como frutos vermelhos e morangos. Em algumas cidades, especialmente na América do Norte, as árvores de fruto são utilizadas como solução de planeamento urbano em parques e avenidas com uma dupla função: atenuar as alterações climáticas e melhorar o bem-estar dos cidadãos através da absorção do dióxido de carbono produzido pela habitação e pelos transportes; fornecer frutos aos cidadãos que os podem colher gratuitamente durante os meses de colheita. Ao contrário das árvores habitualmente utilizadas na Europa, como as tílias, os choupos e os plátanos, as árvores de fruto produzem flores, úteis para o crescimento de colónias de insectos polinizadores em meio urbano, e frutos úteis para consumo humano. A plantação das árvores é efectuada pelas autoridades municipais, enquanto que a colheita dos frutos pode ser feita livremente ou através de organizações de cidadãos que gerem a sua distribuição equitativa por segmentos da população em risco

(Bugnone, 2021). Os cereais requerem grandes espaços de cultivo e só podem ser cultivados no solo. As grandes dimensões da produção, que requerem máquinas específicas, tornam a produção de cereais difícil num contexto urbano. Os campos estão localizados nas zonas suburbanas das cidades, mas as operações agrícolas continuam a ser efectuadas de acordo com as técnicas tradicionais.

Ainda não foram desenvolvidas técnicas e tecnologias que permitam um cultivo fácil em casa, o que desencoraja a produção amadora dos cidadãos. A necessidade de produzir alimentos ricos em hidratos de carbono em meio urbano é satisfeita pelos tubérculos, raízes comestíveis que pertencem à categoria dos vegetais, mas que constituem uma fonte alternativa aos cereais. Em contextos urbanos, as fontes de proteínas provêm de diferentes tipos de espécies vegetais e animais. As proteínas de origem vegetal são derivadas de ervilhas e feijões, plantas que podem ser cultivadas em pleno solo ou cultivadas em sistemas hidropónicos. No entanto, as leguminosas não fornecem todos os aminoácidos essenciais necessários, o que leva o ser humano a ter de consumir outros tipos de produtos vegetais para obter uma dieta que os inclua a todos. Nos países do Sul global, a criação de animais é praticada utilizando resíduos alimentares como ração. As galinhas, por exemplo, fornecem ovos durante longos períodos de tempo e a carne pode ser consumida facilmente, as ovelhas e as cabras fornecem leite, carne e subprodutos não alimentares, como a lã e o couro. Na Ásia, a produção urbana e rural de insetos para consumo humano está amplamente difundida. São produtos ricos em proteínas e a sua criação exige muito menos recursos do que a criação de animais.

Capítulo 4. História e contextualização da agricultura urbana, entre Norte e Sul global

4.1 Breve história da agricultura urbana: introdução

Compreender o papel atual da agricultura urbana (AU) requer uma revisão histórica das suas funções e características, estudando as razões da sua implementação, o seu significado, a sua evolução e o seu potencial, tanto nas cidades ocidentais como no sul global. A agricultura urbana apresenta-se como uma atividade muito versátil, caracterizada pela facilidade com que se adapta e muda de acordo com as condições ambientais, sociais, económicas e políticas locais. Embora seja frequentemente associada ao período atual, a prática da agricultura urbana é tão antiga como as próprias cidades, tendo acompanhado a formação dos centros urbanos, em particular para enfrentar períodos de crise económica ou de guerra. O seu renascimento a partir da década de 1970 e a sua rápida expansão a partir de 2000 não são uma exceção.

As primeiras experiências deste período ocorreram sobretudo nas cidades do Sul Global, como resposta a crises económicas e ambientais: o aumento dos preços dos alimentos, por sua vez ligado à volatilidade dos preços do petróleo e às crises energéticas, e a perda progressiva da fertilidade dos solos devido aos efeitos secundários da mecanização excessiva provocada pela Revolução Verde. Em menor escala, a proliferação de hortas urbanas nos países ocidentais nos últimos anos está ligada às dificuldades económicas e às crises provocadas pela atual crise financeira global, de que são exemplos a Grécia (Petropoulou, 2013) e a Espanha (Ballesteros, 2012). No entanto, há diferenças essenciais que caracterizam a atual evolução desta atividade. Em primeiro lugar, a velocidade sem precedentes com que esta expansão está a ocorrer. Em segundo lugar, à função original, primordialmente produtiva, foram acrescentados, sobretudo na Europa e na América do Norte, novos significados e motivações, como a sustentabilidade ambiental, a procura de novos modelos alimentares, a reivindicação de diferentes necessidades económicas e sociais ou a realização de actividades de lazer alternativas ao modelo consumista.

4.2 As origens

Como foi referido na secção anterior, a prática da agricultura urbana remonta à própria formação dos aglomerados urbanos. Na sua origem, os primeiros assentamentos humanos sedentários no período Neolítico estão ligados ao desenvolvimento da tecnologia agrícola. Nas cidades medievais, o cultivo localizava-se basicamente em três tipos diferentes de espaço urbano. O primeiro espaço é o dos conventos, cujas áreas verdes cumpriam diferentes funções: a função produtiva destinada à subsistência da comunidade clerical, a função produtiva destinada ao estudo científico e médico e a função simbólica, cultural e religiosa, como o jardim do claustro, que simbolizava a cidade de Deus, em oposição à cidade do homem, fora da cerca do convento (Guidoni, 1992, in Izquierdo, 2014). Um segundo espaço agro-urbano é o lote gótico, a habitação medieval, que desfrutava de um espaço verde por detrás, no qual as famílias da cidade cultivavam legumes e criavam animais de quinta para alimentação. Além disso, as obras de ampliação do perímetro urbano entre os séculos X e XV incluíram, em muitos casos, vastas áreas agrícolas para cultivos, hortas e pomares que serviam à subsistência da população. A

presença de áreas produtivas no interior das muralhas assumiu também uma importância estratégica durante os períodos de cerco (Benevolo, 1996, in Izquierdo, 2014).

4.3 As hortas para as populações em risco

Na segunda metade do século XIV, em várias cidades dos Países Baixos, incluindo Utrecht e Amesterdão, as autoridades locais arrendaram terrenos públicos sob a forma de pequenas parcelas. Estas iniciativas são consideradas como as primeiras experiências do chamado *allotment movement*, que se desenvolveu em muitos países europeus e na América do Norte a partir do século XIX. A origem destas concessões de terras remonta ao processo de cercamento no Reino Unido, onde uma série de leis conhecidas como *Enclosure Acts*, a partir do século XVIII, privatizaram grandes extensões de terras comunais. Entre 1700 e 1860, foram cercados cerca de 2 milhões de hectares de terra (Morán & Aja, 2011), o que provocou um aumento da pobreza e obrigou ao desenvolvimento de subsídios e subvenções.

A situação económica de muitas famílias, que anteriormente utilizavam essas terras para a agricultura ou para a recolha de madeira, deteriorou-se de tal forma que alguns membros da igreja e proprietários de terras começaram a ceder voluntariamente terras às famílias mais vulneráveis. A concessão de terras estava geralmente sujeita a condições morais, incluindo a frequência regular da igreja e a educação da família "na decência e nos bons costumes", e a expulsão dos arrendatários era possível se estes manifestassem comportamentos ou "crenças" que o proprietário considerasse "imorais" (Morán & Aja, 2011). Durante a revolução industrial, as cidades cresceram para acolher a migração de trabalhadores das zonas rurais, atraídos pelas perspectivas económicas oferecidas pelas novas fábricas. Os antigos agricultores, tornados violentamente em mão de obra barata, trouxeram para os subúrbios das cidades um resquício da vida no campo, nomeadamente o hábito de cultivar alimentos para o autoconsumo.

As hortas urbanas revelaram-se rapidamente um instrumento adequado para fornecer recursos às famílias em situação de risco, pelo que várias associações de beneficência, sobretudo a Igreja, mas também higienistas, humanistas e urbanistas, começaram a incentivar a sua implementação, começando, no entanto, a exercer um controlo alargado sobre estes espaços. A visão humanitária das associações para os núcleos familiares pobres foi acompanhada por uma tentativa de controlo dos seus hábitos de vida e da sua moral, para os afastar do incipiente movimento operário ou das práticas de autonomia. Assim, foram estabelecidas várias medidas para evitar que as hortas se tornassem uma alternativa ao trabalho assalariado, controlando o seu tamanho, estabelecendo planos de cultivo e rotações e proibindo a venda de produtos, que só poderiam ser utilizados para autoconsumo (Izquierdo, 2014).

A *Select Vestries Act* de 1819 foi a primeira lei do Reino Unido a conferir aos párocos e aos supervisores das *Poor Laws* a autoridade para conceder terras aos desempregados e a famílias em situação de risco. Mais tarde, as *Allotments Acts* de 1887 e 1908 impuseram às autarquias locais e aos proprietários de fábricas e de terrenos a obrigação de conceder parcelas de terreno para cultivo aos trabalhadores. No final do século XIX, este tipo de concessões estendeu-se a outros países europeus, assim como os regulamentos que definiam as condições dos loteamentos, as rendas e os direitos e obrigações da

administração pública e dos arrendatários. A partir de então, o número de loteamentos rurais diminuiu e tornou-se um fenómeno predominantemente urbano. Ao longo do século XX, proliferaram as “hortas industriais”, construídas no interior das *Company Towns*, onde as grandes indústrias alojaram os trabalhadores e as suas famílias (Morán e Aja, 2011). Também nos Estados Unidos, o nascimento das hortas urbanas está ligado à situação de precariedade social vivida nos subúrbios operários. Com a depressão económica de 1893, o presidente da câmara de Detroit, H.S. Pingree, lançou um programa de cultivo dos terrenos baldios da cidade que deu a cerca de 1000 famílias a oportunidade de cultivar os seus próprios alimentos, principalmente batatas. Estas parcelas ficaram conhecidas como *Pingree Potato Patches* e a iniciativa foi replicada nos anos seguintes noutras cidades. Esta medida voltou a ser utilizada durante a Grande Depressão (1929-1935), altura em que passaram a chamar-se *Relief Gardens*.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, nasceu uma corrente de estudos urbanos que reconsiderou a relação cidade-campo, imaginando a utilização dos terrenos agrícolas como parte integrante da cidade. O *Garden City Movement* nasceu das reflexões de Ebenezer Howard, que pretendia identificar um modelo urbano capaz de captar as principais vantagens do campo e da cidade e evitar as desvantagens de ambos. Howard publicou a obra *Garden Cities of To-morrow* em 1902. A sua proposta baseava-se na criação de novas cidades, as *Garden Cities*, com crescimento limitado e rodeadas por um anel de comunidades agrícolas, para que todo o sistema agroalimentar, produção, distribuição, consumo e reciclagem de resíduos, fizesse parte do sistema urbano.

Algumas cidades foram criadas de acordo com este modelo, como Letchworth e Welwyn em Inglaterra e a ideia do anel agrícola influenciou o Plano da Grande Londres de 1944 (Izquierdo, 2014). Dois grandes expoentes do pensamento arquitetónico e urbanístico do século XX, como Le Corbusier e Frank Lloyd Wright, também contribuíram para o debate sobre a integração da agricultura no meio urbano. O primeiro no volume *Urbanisme* publicado em Paris em 1925, no qual apresenta a habitação suburbana com um grande jardim para a produção de legumes e frutas (Le Corbusier, 1925). Wright, por seu lado, no seu projeto teórico *Broadacre City*, apresentado pela primeira vez em 1932, retomou algumas das ideias de Howard, incluindo a importância da autossuficiência alimentar das cidades, questão que resolveu atribuindo quase meio hectare de terra a cada família para a produção agrícola (Wright, 1991 [1958]). Nas décadas de 1960 e 1970, o urbanista Jac Smit reanimou o debate em torno da relação entre o ambiente rural e o urbano, introduzindo o conceito de “paisagem urbana produtiva”, em que os espaços para a produção agrícola se integram no tecido das áreas urbanizadas (Izquierdo, 2014).

4.4 Hortas de guerra

Na primeira metade do século XX, a história das hortas urbanas relacionou-se com as guerras mundiais. Os governos dos Estados envolvidos nos conflitos incentivaram o cultivo nas cidades para fornecer alimentos frescos aos habitantes e assim ultrapassar os problemas de transporte. A dificuldade de importar alimentos devido à insegurança do transporte de longa distância tornou o cultivo dentro das cidades e seus arredores essencial para a subsistência urbana e para fornecer alimentos às tropas na frente de batalha. Durante este período, a agricultura urbana não era apenas um meio de subsistência, mas tornou-se uma prática patriótica, através da qual toda a sociedade era chamada a manter

a dispendiosa economia de guerra. Durante a Primeira Guerra Mundial, essas experiências começaram a ser utilizadas no Reino Unido, onde o número de hortas urbanas aumentou de 600.000 em 1913 para um milhão e meio em 1918 (Morán e Aja, 2011). As hortas urbanas também foram utilizadas na Alemanha e nos Estados Unidos durante o período de guerra. Os resultados positivos dessas experiências levaram à sua repetição durante a Segunda Guerra Mundial. Durante a Segunda Guerra Mundial, foram feitos novos esforços para implementar a agricultura urbana, com a criação de comissões específicas que desenvolveram campanhas como *Dig for Victory*, lançada pelo *Food Planning Department* em 1940 no Reino Unido, e *Victory Gardens*, iniciada pela *War Food Administration* nos Estados Unidos. Para sensibilizar e educar os cidadãos para o cultivo das hortas de guerra, foram produzidos boletins educativos, programas de rádio e filmes didáticos que explicavam como preparar o solo e cultivá-lo. Na Alemanha, os jardins tornaram-se mesmo um símbolo ideológico, "através dos jardins urbanos, o cidadão alemão racialmente puro pode entrar em contacto com a terra em que nasceu, com a boa terra que forjou a sua raça" (Morán e Aja, 2011). Também em Itália, onde o programa *Battaglia del Grano* visava alcançar a autossuficiência na produção de trigo, os programas de agricultura urbana foram proclamados com grande ênfase nacionalista. Em Londres, todos os espaços livres da cidade foram utilizados para a plantação: jardins privados, campos desportivos, parques etc. Durante a guerra, foram cultivadas 1.750.000 parcelas no Reino Unido, praticamente todas as terras que podiam ser utilizadas para este fim foram ocupadas e os esforços foram concentrados na sua melhor utilização e no aumento da produção, acabando por fornecer metade do consumo total de alimentos, mais de 1 milhão de toneladas.

A partir dos anos 50 do século XX, com o crescimento económico e os novos regimes de mercado global, a necessidade imediata de produção alimentar urbana diminuiu e muitas hortas foram abandonadas ou engolidas pelo avanço da urbanização e pela reconstrução do pós-guerra. As cidades ocidentais, em vez de valorizarem estas experiências que tinham sido fundamentais para a sua subsistência em momento de crise, preferiram voltar a depender do transporte de alimentos a longa distância. A agricultura urbana foi reduzida a um fenómeno marginal até aos anos 70, quando se deu uma nova fase de expansão, um verdadeiro renascimento da agricultura urbana.

4.5 O renascimento da agricultura urbana

Desde a década de 1970, as práticas de agricultura urbana têm-se espalhado e crescido a um ritmo cada vez maior, tanto nos países do Norte como nos do Sul. De acordo com estimativas da FAO, cerca de 200 milhões de pessoas estão agora diretamente envolvidas na agricultura urbana e periurbana ou em actividades relacionadas (40% da população urbana em África e 50% na América Latina) e fornecem alimentos a mais de 800 milhões de habitantes urbanos (FAO, 2012). Nos países do Sul Global, a agricultura urbana surge e se espalha fundamentalmente como uma ferramenta para combater e responder às condições de pobreza de grupos em risco, especialmente nas megacidades, e representa um grande componente da economia informal. Nas economias capitalistas do Norte Global, a maioria das hortas urbanas foi revitalizada através de políticas municipais que têm como objetivo a sustentabilidade ambiental e social, ou através de ações espontâneas de *place-making* por grupos não institucionais.

A introdução da agricultura como ferramenta de planeamento de espaços verdes em muitas cidades contemporâneas, especialmente na América do Norte e na Europa, faz parte das estratégias destinadas a reduzir a pegada ecológica das cidades (Izquierdo, 2014). De facto, a prática da agricultura em áreas urbanas permite reduzir a dependência das cidades em relação à produção rural de alimentos e as emissões provenientes do transporte de alimentos e da produção agrícola industrializada. Além disso, quando integrada com um sistema de reciclagem adequado, permite a recuperação de resíduos orgânicos, reduzindo assim o impacto dos aterros externos (Arosamena, 2012). No entanto, a percentagem de terra urbana geralmente dedicada à agricultura raramente é suficiente para ter um efeito significativo no problema da dependência do sistema agroindustrial global.

Por outro lado, uma das estratégias mais eficazes que tem sido posta em prática em algumas grandes cidades europeias e norte-americanas é a criação de parques agrícolas em áreas periurbanas, verdadeiras cinturas verdes produtivas que, em alguns casos, fornecem grande parte dos produtos hortícolas consumidos na cidade. Outro fator importante que leva os municípios e as administrações locais a promover as hortas urbanas é de natureza social. Uma grande parte das hortas municipais está reservada a determinadas categorias sociais, como por exemplo os idosos, os desempregados, os deficientes ou os imigrantes, constituindo um dos instrumentos das políticas de integração das camadas mais vulneráveis da sociedade.

Apesar do papel crucial das políticas institucionais deste tipo, os principais protagonistas do renascimento da agricultura urbana, desde o início dos anos 70 até ao presente, foram actores não institucionais, muitas vezes sem o conhecimento das autoridades ou mesmo em oposição a estas. As iniciativas de disseminação de práticas agrícolas na cidade foram geralmente induzidas por factores como a crescente atenção dos consumidores à qualidade dos alimentos, a existência de economias de pequena escala e a progressiva libertação de grandes espaços dentro das cidades como consequência do processo de desindustrialização (Izquierdo, 2014).

Uma das iniciativas mais poderosas nesse sentido surgiu em 1973, em Nova Iorque, quando um movimento de cidadãos criou o *Liz Christy Garden*. As primeiras ações do grupo foram o "bombardeamento" de terrenos abandonados, com bolas de argila e sementes atiradas por cima das vedações, com o objetivo de chamar a atenção para esses espaços e embelezá-los. O passo seguinte foi a ocupação de terrenos para cultivá-los. O sucesso deste movimento foi tal que a Câmara Municipal de Manattham chegou ao ponto de criar uma agência municipal (*Green Thomb*) para gerir a disponibilização de terrenos públicos para jardins comunitários e hortas.

A ação foi denominada *Guerrilla Gardening* e, desde então, numerosas iniciativas se desenvolveram sob este nome em todo o mundo. Trata-se, em geral, da ocupação de espaços intersticiais como bermas de estradas, canteiros não cultivados, terrenos abandonados e ilhas de tráfego por grupos de cidadãos que os utilizam para cultivo. As motivações são muito variadas, assim como as formas de apropriação e escolha dos espaços, a gestão das atividades e a relação com as instituições. O próprio conceito de *guerrilla gardening* constitui um elemento de discussão entre as diferentes coletividades que pretendem praticá-la. Neste sentido, o debate entre David Tracey e Richard Reynolds, considerados hoje como os principais organizadores e divulgadores destas ações, é muito

significativo. Para o primeiro, o facto de ter ou não ter autorização das autoridades é indiferente para considerar uma ação de jardinagem em terreno público como *guerrilha*, para o segundo, a *guerrilha* só é tal quando é ilegal (Zanetti, 2007).

Nas cidades ocidentais contemporâneas, a agricultura urbana desempenha principalmente funções de educação ambiental e nutricional, terapêuticas, recreativas, de construção de comunidades e, em alguns casos, de criação de emprego. Para além do acesso a alimentos saudáveis, cultivados localmente, uma das outras funções principais que as hortas podem desempenhar atualmente é a construção de comunidades e a melhoria da paisagem urbana e da habitabilidade. Na Alemanha, em particular, um aspeto da coesão social e da construção da comunidade são as hortas multiculturais, que começaram no final da década de 1990 e rapidamente se espalharam por várias cidades.

4.6 Diferenças entre Norte e Sul Global

No panorama académico do Norte Global, bem como do Sul Global, tem havido um interesse crescente em examinar o papel da agricultura urbana. Poucos tópicos têm sido abordados através de uma gama tão ampla de perspectivas e interesses, mas a literatura tem sido vagamente caracterizada por uma divergência e desconexão entre a investigação realizada no Hemisfério Norte e a do Hemisfério Sul. Esta divergência é por vezes criticada. Nas cidades do Sul Global, a AU é largamente analisada através de uma lente produtivista, centrada na produção de alimentos e nas contribuições individuais ou familiares da agricultura urbana para a segurança alimentar, o rendimento familiar e os meios de subsistência (Badami & Ramankutty, 2015; Crush et al., 2011).

Entretanto, nas cidades do Norte Global, os textos sobre a AU são muitas vezes enquadrados por literatura que demonstra a capacidade da AU para curar uma "fratura metabólica" que surgiu entre os habitantes urbanos e os seus sistemas alimentares, reconectando as pessoas tanto às suas comunidades como aos seus ambientes, ao mesmo tempo que melhora as cidades socialmente, capacitando as comunidades marginalizadas e abordando questões de justiça social. Defendemos aqui que a agricultura urbana, e a forma como é entendida e escrita, é influenciada por processos transnacionais de grande escala, como a migração, a descolonização e o comércio global, pelo que seria útil analisá-la numa perspetiva comparativa, que pode realçar pontos de contacto e contextualizar diferenças.

Uma visão dicotomizada da agricultura urbana corre o risco de recriar, por um lado, uma visão estereotipada de um mundo impermeável às influências contínuas e recíprocas das várias culturas. Por outro lado, pode reproduzir uma visão imperialista que identifica os processos culturais do norte global, neste caso a agricultura, como a evolução qualitativamente melhor dos processos culturais do sul global, que representam um estágio evolutivo inferior. Uma compreensão mais matizada da UA global, contextualizada mas comparativa, como uma manifestação de processos sociais, políticos e económicos de grande escala, pode, em vez disso, criar um relato politizado e historicizado mais preciso dos vários significados que assume, sem formular juízos de valor relativamente aos elementos que os próprios participantes escolhem valorizar.

Capítulo 5. Contextualização da agricultura urbana em Portugal e em Lisboa

5.1 Os Aspectos Gerais

Nas últimas décadas, as hortas tornaram-se parte integrante da paisagem urbana portuguesa, de norte a sul, incluindo as ilhas. A presença das hortas, como vimos anteriormente, explodiu a partir dos anos '70, mas tem raízes profundas que remontam aos primeiros assentamentos humanos e que se fortaleceram na época medieval. As cidades portuguesas, tal como as de outros países europeus, eram rodeadas por muralhas defensivas e os campos agrícolas que abasteciam as cidades localizavam-se nas suas proximidades imediatas.

O processo de industrialização conduziu, a partir dos anos '60, ao fenómeno da emigração das zonas rurais para as zonas urbanas. A chegada de massas de camponeses aos centros urbanos levou também ao desenvolvimento da agricultura urbana como meio de subsistência. A agricultura urbana praticada durante este período tinha um carácter informal e só recentemente foi reconhecida a sua importância, ao contrário de outros países europeus onde, como vimos, o seu prestígio é reconhecido desde o final do século XVIII (Marat-Mendes & D'Almeida, 2021).

As hortas sempre fizeram parte da cidade de Lisboa, integrando-se no tecido urbano à medida que a cidade crescia. Nas zonas mais antigas da cidade, como Alfama, Castelo e Graça, era possível encontrar muitas pequenas hortas. Nos subúrbios, a cidade era animada por quintas, hortas, olivais e campos de milho. No entanto, a cidade foi-se transformando e o seu desenvolvimento fez com que, gradualmente, o espaço urbano ganhasse cada vez mais prestígio e relevância em relação ao espaço rural envolvente, tornando os espaços agrícolas cada vez mais escassos.

As primeiras hortas urbanas institucionalizadas datam de 2003, no distrito do Porto. Desde então, o número tem vindo a aumentar neste distrito, sobretudo graças à iniciativa *Horta à Porta* desenvolvida pela LIPOR em 2003. No resto do país, o fenómeno das hortas urbanas estendeu-se a todos os distritos, com destaque para Lisboa e Funchal (Gonçalves, 2014).

O projeto dos parques agrícolas de Lisboa teve início em 2007. Fazia parte de um projeto mais vasto que visava atrair pessoas para os espaços verdes. Esta iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa visava não só a requalificação dos espaços verdes existentes, mas também a criação de novos, de forma a procurar uma alternativa mais sustentável e esteticamente melhor ao fenómeno de construção excessiva da cidade. Esta ideia de desenvolvimento teve início com o *Plano Verde de Lisboa* do arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles (1997), que mencionava as hortas urbanas como uma opção a ser integrada nos espaços verdes de Lisboa (Marat-Mendes & D'Almeida, 2021).

A fase inicial do Projeto Parques Hortícolas consistiu no levantamento de todos os espaços verdes do município. Desta forma, foi possível elaborar uma carta topográfica com a localização dos mesmos e foram identificados os sítios com maior potencial agrícola, quer em termos de qualidade do solo, quer em termos sociais e urbanísticos, com o objetivo de integrá-los em espaços verdes. Lisboa tem atualmente vários parques

hortícolas geridos pelas instituições, de diferentes tipologias. O primeiro parque hortícola inaugurado foi a Quinta da Granja em 2011, seguido dos Jardins de Campolide, também inaugurados no mesmo ano, sendo o primeiro constituído por jardins sociais e o segundo por jardins recreativos. O regulamento da Câmara Municipal de Lisboa distingue três tipos de horta, de acordo com o seu objetivo. A primeira categoria é a das hortas sociais, que destinam-se a ser utilizadas por indivíduos e famílias em risco e a sua produção serve de suporte ao rendimento familiar. As hortas sociais promovem a interação social, o desenvolvimento do sentido de comunidade e a partilha de experiências. A segunda categoria é a das hortas recreativas, que são utilizadas maioritariamente para fins recreativos, representando uma nova forma de ocupação dos espaços verdes de Lisboa. Contribuem para o aumento do bem-estar físico e psicológico através do contacto com as práticas agrícolas e a natureza. A última categoria é a das hortas pedagógicas, que se destinam a sensibilizar para a educação ambiental e para o ensino das ciências naturais; estão frequentemente localizadas no interior de escolas públicas ou universidades (CML, 2012).

Enquanto nas hortas de recreio e nas hortas pedagógicas os produtos cultivados poderão ser utilizados apenas para consumo próprio, os bens obtidos nas hortas sociais, além de servirem os hortelãos, poderão ser integrados em esquemas cooperativos de produção e escoamento, desde que aprovados e fiscalizados pela Câmara Municipal de Lisboa. O processo de atribuição, os direitos e as obrigações aplicam-se a ambos os tipos. Normalmente a horta é atribuída em função da proximidade da residência ao Parque Hortícola e é limitada a uma por agregado familiar. Os jardineiros comprometem-se a respeitar o parcelamento do terreno, a manter o seu espaço cultivado e a assegurar a sua limpeza, devem garantir uma boa gestão da água e depositar os resíduos da horta nos locais apropriados (Gonçalves, 2014).

A participação das câmaras municipais é importante para promover a agricultura urbana, para incentivar a participação dos cidadãos e outras formas de sociedade organizada. As escolas públicas também têm contribuído muito para o crescimento das iniciativas neste domínio. Por exemplo, as duas primeiras hortas inauguradas em 2004 no Porto, resultaram de um projeto da LIPOR em colaboração com a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa e várias câmaras municipais da área metropolitana do Porto.

Existem também várias hortas urbanas no concelho do Funchal, todas elas apoiadas pela autarquia no âmbito do projeto *Hortas Urbanas Municipais*. Este projeto foi criado em 2005 e todas as hortas estão localizadas em zonas de elevada densidade urbana, de forma a prestar um apoio direto aos residentes. Tal como na maioria das hortas do país, as Hortas Municipais proporcionam aos jardineiros o acesso à água, abrigos para armazenamento de materiais agrícolas e caixotes de compostagem. A cidade de Lisboa, por seu lado, tem contribuído para a expansão deste tipo de iniciativas. Em 2007, teve início o *Projeto dos Parques Hortícolas* da Câmara Municipal de Lisboa e o primeiro Parque Hortícola foi inaugurado em 2011. Desde esse ano, muitas hortas urbanas foram abertas ao público (Gonçalves, 2014).

Para além das hortas urbanas institucionalmente reguladas, nas grandes cidades existem hortas não autorizadas, ou espontâneas, instaladas em terrenos baldios. A evolução da construção destes espaços reflecte o êxodo agrícola e rural, bem como o subsequente

crescimento populacional da cidade e a expansão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), onde estas hortas desempenharam um papel crucial na sobrevivência de muitas famílias. As hortas espontâneas multiplicaram-se em Lisboa a partir das décadas de 1950 e 1970, respectivamente com a imigração para Lisboa de trabalhadores rurais e de retornados das ex-colónias. Para estes imigrantes, as hortas eram locais de socialização, de subsistência, de geração de rendimentos e representavam uma referência simbólica aos "quintais" das suas origens. Ocupadas ilegalmente, dispersas, autónomas e espontâneas, estas hortas podem ser entendidas como movimentos de resistência que transgridem o poder instituído e o planeamento formal (Da Costa, 2021). São também interpretadas como reivindicações do 'direito à cidade' (Varela, 2015; Lefebvre, 2011) e constituem-se como lugares à margem dos padrões socioespaciais, expressando novas subjetividades (Cavaco et al., 2019; Barata-Salgueiro, 2019).

Portugal tem uma história de radicalismo rural em relação à reforma agrária, mas os movimentos alimentares urbanos só surgiram recentemente. Em Portugal, as redes alimentares alternativas são menos amplas do que noutras partes da Europa. De acordo com a bibliografia analisada, relativamente poucas pessoas em Portugal se identificam como ativistas de um “movimento alimentar alternativo”, mas os hortelões urbanos produzem alimentos informalmente em terrenos municipais. Nestes “projetos alimentares” informais, os participantes descrevem a agricultura como um passatempo que também é produtivo (Harper & Afonso, 2019).

5.2 Hortas urbanas em Lisboa: a contextualidade de um percurso de afirmação

A agricultura sempre desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da economia e da sociedade portuguesa. A tradição agrícola esteve ligada tanto às zonas rurais como às cidades. Embora durante muitos séculos tenha existido um contraste entre a cidade medieval e o campo, segundo Telles (1996, p. 8) havia "uma diferença de imagem, mas não de essência". Apesar de estarem muitas vezes separados na narrativa comum, a ligação entre a cidade medieval e o campo sempre foi profunda: na prática, um não podia sobreviver sem o outro, pois eram as hortas localizadas perto ou mesmo dentro das cidades que sustentavam o seu crescimento (Telles, 1996).

A partir do século XVIII, Lisboa começou a expandir seu núcleo agrícola com a criação de diversos espaços verdes e arborizados, como o Passeio Público (1764), o Jardim Botânico da Ajuda (1768) e o Passeio do Campo Grande (1807) (Telles, 1987).

Portugal tem um processo de desenvolvimento urbano particular em comparação com outros países europeus. Devido ao seu processo de urbanização e desenvolvimento industrial tardio – no início do século XX, em contraste com o século XIX dos outros países europeus ocidentais – o crescimento urbano significativo de Lisboa começa apenas na década de 1950. Até essa época, as áreas periféricas do centro urbano, assim como algumas das cidades que compõem a atual Grande Lisboa, eram predominantemente rurais (De Sousa, 2014). Pomares, quintas e hortas eram características da paisagem urbana, refletindo a forte conexão entre a ruralidade e a urbanidade. Naquela época, áreas como Benfica, Xabregas, Telheiras e Campo Grande eram essencialmente rurais e era comum que as classes altas se retirassem para suas quintas e pomares, frequentados como locais de lazer e descanso. Lisboa, portanto, estava rodeada por uma paisagem dominada

por quintas de recreio, hortas, olivais e campos de milho. Essa integração entre o espaço rural e o urbano era crucial para a autossuficiência regional, pois a cidade dependia desses espaços naturais para se manter ecologicamente equilibrada (Telles, 1996). Contudo, com o desenvolvimento urbano e industrial, esse hábito foi desaparecendo, e muitas quintas dos arredores de Lisboa foram perdidas. Esses terrenos passaram a ser utilizados para o crescimento urbano.

No final da década de 1950, foi instituído o primeiro plano urbano para a região de Lisboa, no qual se destacam ações de grande envergadura para uma metrópole: a travessia rodoviária do Tejo; a regularização e a ordenação das ocupações de finalidade económica; a promoção da diversidade de formas de ocupação socioespaciais, entre outras (De Sousa, 2014). Por sua vez, toda a zona periférica ao centro passou a sofrer duplamente um processo de suburbanização do seu território. As áreas anteriormente ocupadas por quintas e pela atividade agrícola foram alvo de intensa construção habitacional, cuja principal motivação era o baixo custo, tanto de arrendamento quanto de compra, em comparação com as zonas centrais.

A entrada de Portugal na então Comunidade Económica Europeia, que proporcionou à capital maior mobilidade de pessoas, comércio e serviços, somada ao fim das colónias portuguesas em África, resultando no retorno de colonos e imigrantes desses países, contribuiu para acelerar este processo de urbanização (e também de suburbanização). O processo de industrialização e a construção de infraestruturas básicas provocaram uma concentração demográfica na faixa litoral de Portugal. Neste contexto, Lisboa sofreu uma expansão acelerada desordenada, com a presença de aglomerados de edifícios sem uma integração adequada na malha urbana, destruiu importantes patrimônios paisagísticos (Telles, 1996). Hoje, os principais proprietários das quintas são o Estado, o Exército, a Câmara Municipal de Lisboa, embaixadas e algumas instituições de ensino privado. Infelizmente, muitas dessas quintas foram abandonadas e encontram-se em avançado estado de degradação. Algumas das quintas remanescentes funcionam como "enclaves rurais no meio urbano" (Silva, 1992, segundo Adagói, 2015, p. 33), preservando-se quase intactas ao longo da evolução urbana. Hoje, muitos habitantes da capital ocupam seu tempo livre cultivando terras que pertenciam a essas antigas quintas. Apesar da expansão urbana, da especulação fundiária e das mudanças nos recursos naturais, os valores rurais da cidade conseguiram se manter, evidenciando a simbiose histórica entre campo e cidade.

Após a queda do regime, a cidade cresceu ainda mais, surgindo inevitavelmente os "vazios urbanos". Terrenos na periferia da capital, como Olivais e Chelas, foram ocupados por barracas, construções clandestinas e hortas, que se espalharam por terrenos baldios adjacentes às habitações (Adagói, 2015). No final da década de 1980, Telles (1996) observou que 3.000 famílias lisboetas dependiam da produção das suas hortas para garantir alimentação e algum rendimento, especialmente com a venda de cravos e manjericos durante o mês dos santos populares. Na mesma época, os terrenos públicos, antes destinados à construção, começaram a ser cultivados, e as hortas das novas áreas de urbanização da periferia passaram a ser legalizadas pela CML. Esse aumento populacional, somado à ausência de políticas de ordenamento do território, levou à ocupação desordenada do solo, especialmente nas zonas periurbanas. Como resultado,

surgiram bairros de lata e áreas degradadas, afetando a qualidade ambiental e urbana (Telles, 1997).

Embora o Parque Florestal de Monsanto tenha sido reflorestado em 1934 por camponeses e prisioneiros (Telles, 1996), a construção de espaços verdes na cidade de Lisboa e na Área Metropolitana esteve ausente das políticas municipais até recentemente. A falta de áreas verdes foi em parte compensada pelo cultivo espontâneo de hortas urbanas. Atualmente, as hortas urbanas são reconhecidas por seu potencial socioeconómico e benefícios ambientais, tornando-se uma prioridade nas agendas políticas municipais.

Diversas iniciativas de promoção da agricultura urbana têm surgido, sendo difícil catalogá-las de forma exaustiva, dada a rapidez com que se espalham pela área metropolitana de Lisboa. Em 2006, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) iniciou o "Plano Verde", que levantou áreas com hortas ou potencial para elas, estimando uma área de 77,4 ha, com 43,9 ha classificadas como "Espaços Verdes de Recreio e Produção", sendo 33,5 ha de outras classificações de uso do solo. Em 2007, o Plano Verde foi aprovado, com o objetivo de consolidar e criar espaços públicos urbanos, promovendo a biodiversidade, garantindo a continuidade ecológica e incentivando a participação da população, inclusive com a formação de hortelãos (Tedesco, 2013).

No contexto do crescimento das hortas urbanas, o PDM atual integra a agricultura urbana no Plano Verde e na Estrutura Ecológica Municipal, reconhecendo esses espaços como corredores verdes, essenciais para a continuidade ecológica e para a promoção de uma paisagem dinâmica e sustentável (Da Silva & Monte, 2014). As hortas urbanas estão presentes em várias áreas de Lisboa, com diferentes objetivos e especificidades. Por exemplo, no Alto da Cova da Moura, hortas sociais e comunitárias ajudam famílias carentes a garantir sua alimentação diária, enquanto, na Quinta da Granja, hortas de recreio são cultivadas por aposentados. Já em Telheiras, as hortas têm fins recreativos e são cultivadas por uma população qualificada e economicamente ativa. Em Chelas, as hortas têm como objetivo complementar o rendimento familiar, embora o uso de água imprópria para irrigação possa resultar em alimentos contaminados (Da Silva & Monte, 2014).

Até recentemente, a criação e manutenção das hortas eram responsabilidades dos próprios usuários, mas essa dinâmica começou a mudar com a inclusão das hortas urbanas nas políticas públicas. A CML passou a organizar e regulamentar essas áreas, criando projetos como o de reordenar 40 hectares de hortas, incluindo o parque hortícola de Chelas, as hortas da Quinta da Granja, o Jardim da Graça, e os parques hortícolas no Vale do Rio Seco, na Ajuda e na Ameixoeira (Da Silva & Monte, 2014). Em 2007, a CML lançou o Projeto dos Parques Hortícolas de Lisboa, com o objetivo de consolidar espaços existentes e criar novos, promovendo a sustentabilidade ecológica e a biodiversidade. Atualmente, existem 22 parques hortícolas municipais, com 888 talhões, cobrindo 9,9 hectares (CML, 2011).

Em muitas zonas de Lisboa, as hortas espontâneas foram institucionalizadas em parques hortícolas, de acordo com o discurso de "melhoramento e embelezamento". Neste contexto existe uma competição interurbana global que, com vista a atrair investimento e turismo, procura promover uma "imagem" positiva das cidades através de grandes projectos de regeneração urbana e de grandes eventos internacionais (Harvey, 1992).

Alguns dos projectos que emergem desta “cultura de embelezamento” têm sido acusados de conduzir à estetização e espetacularização dos espaços envolvidos, com efeitos colaterais como os processos de gentrificação e a consequente constituição de movimentos sociais de contestação das acções em curso. Este cenário de conflito verifica-se em várias zonas de Lisboa, nomeadamente nos parques hortícolas. Os parques recentes, por um lado, podem capitalizar os investimentos necessários às hortas espontâneas, como infraestruturas, segurança e regularização dos terrenos; por outro lado, ao ignorar o saber-fazer das comunidades, tais intervenções correm o risco de as descaracterizar social e fisicamente (Sousa, 2018; Mélice & Marat-Mendes, 2018). Como em outros espaços, os movimentos de contestação acabam por ser incorporados pelo sistema de consumo dominante, que, no entanto, só se apropria dos elementos que considera mais apreciáveis e vendáveis. Assim, ao excluir os sujeitos que poderiam se beneficiar de suas atividades, os parques assumem a inevitável condição de geradores de conflitos. (Da Costa, 2021).

5.3 Alguns contributos académicos relevantes sobre as hortas de Lisboa

O reconhecimento do que se sabe, de modo atualizado, sobre um assunto – conhecimento atual ou estado da arte – como elemento essencial de qualquer investigação, procura responder a algumas questões básicas, como por exemplo: O que é que já se sabe sobre o assunto? Quais os marcos da investigação sobre o mesmo? Quais as grandes questões atuais sobre o assunto? Como se chegou a essas mesmas questões? Quais as questões que já têm resposta satisfatória? (Cancela, 2014).

Para responder a estas questões, foram pesquisadas várias fontes e arquivos de obras publicadas; as que foram consideradas mais relevantes, em torno das hortas urbanas de Lisboa, são apresentadas a seguir, por ordem cronológica.

A investigação de Matos (2011) decorre de um estágio de 11 meses na Iniciativa de Transição de Telheiras (ITT). Este foi um projeto pioneiro em Portugal, inspirado no Movimento de Transição. O movimento de Transição surgiu em meados dos anos 2000 como um movimento “pós-ambientalista” que questiona os pressupostos sobre os quais construímos os nossos estilos de vida, desafiando as estruturas sociais e económicas estabelecidas. Por um lado, é uma resposta reactiva da sociedade civil às crises iminentes que começam a moldar o nosso futuro, como o fim dos combustíveis fósseis baratos e o impacto devastador das alterações climáticas. Por outro lado, é também um movimento pró-activo, que busca não só mitigar esses problemas, mas transformar a forma como pensamos o futuro.

Neste cenário, o movimento de transição se inspira fortemente em práticas como a permacultura, que priorizam a sustentabilidade, a cooperação e a utilização responsável dos recursos. O autor teve uma experiência em primeira mão de como a mobilização local pode ser uma força motriz para uma mudança significativa, com a criação de espaços de encontro, convivência, partilha de ideias e experiências. Estes momentos contribuíram não só para a troca de conhecimentos, mas também para o reforço dos laços de vizinhança, um dos pilares do movimento de transição.

Um dos exemplos práticos dessa transformação foi o projeto de criação de uma horta comunitária em um terreno baldio de cerca de 75 m², situado no centro de Telheiras. Este terreno, que por muitos anos esteve abandonado e se tornou um local de acúmulo de lixo,

foi revitalizado por um morador que preparou o solo e iniciou o cultivo. Motivado pela crescente participação da comunidade nas atividades da ITT, este morador convidou o grupo de participantes regulares para transformar o espaço numa horta comunitária. A ideia foi aproveitada, e o terreno, já preparado, passou a ser utilizado de forma coletiva.

A horta comunitária tornou-se, assim, não apenas um espaço de cultivo, mas também um ponto de encontro para a comunidade, onde as pessoas podem praticar uma forma de agricultura mais sustentável, partilhar conhecimentos e fortalecer os laços sociais. Este tipo de iniciativa, inserido no movimento de transição, demonstra como, a partir de ações locais e colaborativas, é possível criar alternativas reais e práticas para os desafios globais que enfrentamos.

O principal objetivo do trabalho de Tedesco (2013), foi estudar a problemática dos nitratos de origem agrícola nas hortas urbanas de Lisboa, com recurso a uma metodologia integrada de experimentação e modelação numérica, escolhendo para o efeito três áreas de estudo. A primeira é o Parque Hortícola da Quinta da Granja, localizado na freguesia de Benfica. O Parque é submetido às regras da CML que proíbem a utilização de pesticidas químicos, de veículos motorizados, a existência de abrigos móveis ou estufas. As regras promovem a agricultura biológica, a utilização prudente e racional da água e a reciclagem dos resíduos.

O segundo caso de estudo deste trabalho foi a Horta Comunitária do Monte (Graça). Foi uma horta biológica gerida de forma comunitária. A produtividade não era muito elevada especialmente devido ao roubo, pois o terreno não era vedado, mas também por limitações hídricas e às dificuldades em assegurar uma eficiente proteção das plantas. A baixa produtividade não afetava a Horta do Monte, pois a principal motivação relacionava-se com a coletividade e os aspectos sociais. O terceiro caso de estudo é representado por um conjunto de hortas em Ajuda, numa área compreendida entre o Polo Universitário da Ajuda e a calçada de Boa Hora. No período de inquérito, as hortas em Ajuda não se encontravam em situação regulamentada, apresentando os hortelãos um elevado grau de autonomia na gestão das suas hortas. A zona de Ajuda diferencia-se também por haver integração dos sistemas hortícola e de produção animal (pombos, patos, aves, cabras e cavalos) o que se mostra relevante para a prática de fertilização dada a grande disponibilidade de estrume animal. As hortas escolhidas são interessantes por apresentarem duas tipologias diferentes frequentemente encontradas na cidade de Lisboa.

Para as Hortas da Granja e da Ajuda o modelo foi aplicado com o objetivo de estudar os processos relacionados com o movimento de água no perfil e sua utilização pelas culturas (ETa) e dos processos relacionados com o transporte convectivo de N e a sua absorção pelas plantas. Estes processos são fortemente influenciados pelas práticas de rega e fertilização/estrumeação, pelo que estas foram caracterizadas com base em inquéritos realizados a uma amostra de hortas urbanas.

Uma constante em todas as hortas visitadas, e uma das características associadas às hortas urbanas, é a presença de um grande número de depósitos para recolha da água no período de precipitações. A maioria dos hortelãos pratica a fertilização biológica e nos casos em que a gestão é convencional nunca é feita apenas com produtos químicos.

Os resultados obtidos neste trabalho a que temos dado atenção (Tedesco, 2013), no que diz respeito ao risco de poluição ambiental, revelam que as características do solo e a

gestão da rega e da fertilização têm influência significativa na quantificação e na distribuição das perdas de azoto. À luz da experiência obtida conclui-se que a implementação de técnicas para a redução da lixiviação tem especial importância no contexto urbano de Lisboa.

A pesquisa de Adagói (2015), realizada no bairro de Marvila, em Lisboa, revela uma paisagem urbana dinâmica, onde o passado agrícola da região se entrelaça com formas contemporâneas de apropriação do espaço. Até à década de 1960, o território de Marvila era maioritariamente ocupado por quintas, parcelas agrícolas e fábricas. Com o tempo, no entanto, estas áreas deram lugar a uma urbanização crescente.

O vazio deixado por essas transformações, especialmente nos terrenos expectantes, tem sido cada vez mais preenchido por práticas culturais espontâneas, como as hortas urbanas. Os terrenos expectantes são um fenómeno urbano amplamente presente na cidade de Lisboa, sobretudo nas suas periferias. Como espaços que perderam o seu objetivo original e ainda não têm um novo uso definido, são comparados a "feridas" que, mesmo quando preenchidas, muitas vezes não cicatrizam bem no tecido urbano (Adagói, 2015).

Face a um território cada vez mais denso e já completamente ocupado por construções, os vazios urbanos, espaços sem usos definidos, surgem como potenciais valorizadores da paisagem. As hortas urbanas dispersas representam uma manifestação clara da participação da população na transformação da cidade. Esses espaços começam a ser revalorizados pela própria população, que os vê como uma oportunidade de produção e resistência, especialmente em tempos de crise económica.

É curioso notar como, tal como nas palavras de Carlos Rebêlo Marques de Almeida, de 1942 (em Adagói, 2015), quando dizia que, em momentos difíceis, «produzir e poupar» era essencial, as hortas urbanas atuais representam um reflexo dessa necessidade de autossuficiência. Marvila, com a sua história marcada pela transição do campo para a cidade, torna-se um excelente exemplo de como o espaço urbano pode ser reinventado através da ação coletiva, transformando os vazios urbanos em locais de produção alimentar e de resiliência social. Portanto, ao olhar para Marvila, é possível perceber que a cidade não é apenas um espaço de concentração de edifícios, mas também um campo de possibilidades para uma relação mais próxima com a terra, mais orgânica, mais humana.

A pesquisa de Morgado (2016), tem como objetivos mapear as hortas domiciliares existentes no eixo turístico Ajuda-Belém, entender os significados que seus proprietários atribuem a essas hortas e identificar propostas de intervenção social e pública que os hortelãos e aspirantes consideram necessárias. A pesquisa é de carácter qualitativo e foi realizada por meio de entrevistas diretas com os participantes da amostra. Para a recolha de dados, a autora percorreu, de porta em porta, toda a área previamente delimitada.

Em relação aos significados sociais das hortas domiciliares, os proprietários evidenciaram várias dimensões, como sociabilidade, consumo, pertencimento (seja a um grupo ou à terra), memória do campo, segurança alimentar, lazer e recreação, além de redes de apoio, como vizinhança e laços comunitários.

Quanto às propostas de intervenção social e pública, foram identificadas algumas ideias que vinculam as hortas ao turismo, como a venda de sucos, saladas, legumes e frutas, visitas às hortas (sejam domiciliares, pessoais ou comunitárias) e a implementação de

hortas verticais ou suspensas. Morgado conseguiu verificar que as hortas domiciliares, assim como outras tipologias de hortas urbanas, desempenham um papel importante na promoção das relações sociais, na ocupação saudável do tempo livre e na criação ou fortalecimento de redes de vizinhança e laços no bairro.

Varela (2020), analisa a agricultura urbana como forma de resistência e inclusão social em contextos urbanos de exclusão, com foco em dois bairros da Área Metropolitana de Lisboa: Cova da Moura e Reboleira. Várias particularidades unem os dois bairros: ambos são habitados por uma população maioritariamente negra, com destaque para a presença dos cabo-verdianos. A segregação, o preconceito, a pobreza, a violência policial e o racismo afetam profundamente estas comunidades.

No cruzamento entre duas das grandes vias da AML, o IC19 e a CRIA, resiste um conjunto de hortas urbanas “não reguladas”. Este lugar, que se avista da autoestrada e parece quase inacessível, eleva-se da terra que o asfalto e o betão não ocuparam.

Essas hortas são descritas como locais de "resistência quotidiana", onde se praticam a apropriação do solo urbano, a criação de espaços sociais autônomos e o fortalecimento dos laços comunitários. Através de formas quotidianas de insubordinação, como a utilização de terrenos públicos, a agricultura urbana não regulamentada representa uma das muitas formas que a luta pelo “direito à cidade” pode assumir. A análise de Varela sublinha a importância das hortas não só como meios de subsistência mas sobretudo como espaços de sociabilidade e de entreajuda, locais onde se contestam processos de segregação, racismo e desigualdade económica.

Da Costa (2021), ao participar de uma prática artística vinculada a uma horta espontânea em Chelas, levantou questões importantes sobre os projetos dos parques hortícolas em Lisboa. A autora propôs uma reflexão que busca transformar as experiências estéticas em aprendizagens éticas, questionando o impacto desses projetos na vida das comunidades locais.

Chelas, uma área que se estende entre o centro de Lisboa, o Parque das Nações e as margens do Tejo, caracteriza-se por uma configuração geográfica complexa e fragmentada. O território é predominantemente ocupado por conjuntos habitacionais sociais e áreas economicamente improdutivas, como terrenos baldios, ruínas de conventos e palácios, e complexos pós-industriais. Essa diversidade espacial revela um contexto fértil para intervenções urbanísticas, mas também para tensões sociais.

Neste cenário, as hortas espontâneas, comuns em várias zonas de Lisboa, começaram a ser transformadas em parques hortícolas sob o discurso de "melhoramento e embelezamento" urbano. A criação desses parques faz parte do Plano Verde de Lisboa (PVL), elaborado em 1993 por Gonçalo Ribeiro Telles, que visava estabelecer um corredor verde na cidade. Da Costa levanta uma série de críticas sobre a transformação de espaços autênticos e espontâneos para espaços padronizados. Muitos projetos dessa natureza têm sido acusados de levar à estetização excessiva e à espetacularização do território, ao moldar as áreas urbanas para agradar a uma "imagem" idealizada, sem considerar as necessidades reais das comunidades locais. Em vez de promover uma integração verdadeira, esses projetos frequentemente transformam os espaços em mercadorias habitáveis ou rentáveis, afastando as populações que antes os ocupavam.

Na investigação da autora, a estetização forçada das hortas urbanas de Chelas é contraposta à prática artística, que engloba o idealizado e o real, as certezas e as contradições do espaço urbano. Essa tensionada relação entre o processo de estetização e a preservação das dinâmicas locais levanta questões importantes sobre a verdadeira função desses espaços. O esforço por criar uma imagem positiva de Lisboa, com foco na ampliação das áreas verdes, pode ser interpretado como uma estratégia para atrair investimentos e aumentar a competitividade da cidade no cenário global. A recente premiação de Lisboa como a Capital Verde Europeia 2020, é um exemplo dessa busca por um capital simbólico associado à sustentabilidade e à qualidade ambiental. No entanto, a multiplicação da oferta de jardins e parques temáticos, não só constrói a imagem de uma cidade ecologicamente responsável, como também transforma estes espaços em “bens de consumo”.

Como salienta Da Costa (2021), para os turistas, estes parques tornam-se mercadorias a explorar, sendo cada vez mais comum andar a pé e de bicicleta, enquanto para os residentes, especialmente os ambientalistas da classe média, estes espaços são vistos como produtos que podem ser comprados e consumidos. Este processo de transformação tem consequências sociais importantes. A chegada de novos “forasteiros” – turistas e habitantes da classe média – pode desestabilizar as relações comunitárias pré-existentes, alterando a dinâmica social local. Em muitos casos, as novas parcelas não satisfazem as necessidades das pessoas anteriormente envolvidas no cultivo, por não poderem pagar impostos ou por falta de motivação social. Os sinais da especulação imobiliária são já visíveis nos bairros onde estes parques foram construídos, com áreas anteriormente desvalorizadas a serem agora alvo de reabilitação, o que pode gerar um processo de gentrificação. Ao procurar “embelezar” os espaços, este processo acaba por mascarar os conflitos sociais e consolidar novas formas de dominação, que favorecem uma elite em detrimento das comunidades locais.

Parte II - Agricultura urbana e valorização comunitária: um estudo de caso

Capítulo 1. Discussão do percurso metodológico

No início do desenvolvimento da dissertação, o objetivo inicialmente proposto era: “compreender o papel da agricultura urbana no processo de valorização comunitária de grupos vulneráveis, para descobrir como esta prática promove o desenvolvimento pessoal, social e económico”.

O projeto foi concebido como uma investigação qualitativa que pretendia utilizar as técnicas etnográficas de observação participante e entrevistas semi-estruturadas. Para cumprir o objetivo geral da dissertação, tivemos primeiro de identificar uma comunidade vulnerável. Isto foi complexo por três razões. As duas primeiras referem-se à dificuldade em definir os conceitos de comunidade e de valorização, que podem abranger vários significados, e a terceira diz respeito à dificuldade em identificar um grupo adequado.

Em primeiro lugar, “comunidade” é um conceito complexo. Cada um dos três sociólogos mais influentes do século XIX (Marx, Durkheim e Weber) analisou a transformação social da comunidade face às mudanças industriais e à urbanização. Com base nas suas reflexões, a comunidade tem sido uma protagonista constante da investigação sociológica. Comunidade é uma palavra frequentemente utilizada na literatura social, mas o seu significado varia consoante o autor que a descreve e as circunstâncias em que é descrita. Para alguns, é simplesmente um grupo de pessoas, para outros uma área de residência e para outros ainda, o significado de comunidade pode ser muito mais pessoal. Na verdade, a literatura apenas parece concordar com o facto de não existir uma definição universal de comunidade. Este problema também foi acentuado pelo apego nostálgico e idealizado à ideia de que comunidade tem a ver com a aldeia ou pequena cidade, onde as relações humanas são íntimas, solidárias e altruístas. Devido a este pressuposto conservador, uma grande variedade de relações que podem ser definidas comunitárias têm sido subvalorizadas, apenas porque são alimentadas por valores humanamente menos nobres, como os interesses económicos.

A perspetiva clássica sobre comunidade, que ganhou forma a partir das reflexões de Carl Zimmerman, reflete esta idealização, uma vez que as quatro características fundamentais defendidas pelo autor para definir a comunidade (facto social, especificação, associação e área limitada) requerem um contexto territorial. Outros (por exemplo, McMillan e Chavis, 1986) defendem que a comunidade pode ser estabelecida independentemente do contexto territorial, quando as redes sociais incentivam suficientemente a interação e a associação mútua. De acordo com este ponto de vista, o território não é uma condição necessária nem suficiente para definir a existência de uma comunidade (Shannon et al., 2021). Porém, foi preciso tempo para se chegar a contestar a importância das fronteiras geográficas.

Assim, em termos gerais, podemos dizer que existem dois tipos principais de comunidades: as comunidades de interesse e as comunidades geográficas. As

comunidades de interesse não têm normalmente uma base espacial, mas estão ligadas por um interesse comum. Uma comunidade geográfica, por outro lado, é definida pelo seu espaço geográfico. No entanto, mesmo neste tipo de definição, é normalmente considerado algum tipo de interação social ou laço comum (Poplin, 1979). Wellman e Leighton (1979) definiram três perspectivas essenciais sobre a trajetória da comunidade na sociedade contemporânea: a comunidade “perdida”, a comunidade “salva” e a comunidade “libertada”. O argumento da comunidade “perdida” descreve as mudanças que surgiram durante a Revolução Industrial, quando os modos de produção comunitários tradicionais foram substituídos por fontes de produção centralizadas e industrializadas. De acordo com esta reflexão, as associações humanas íntimas e mutuamente interdependentes, baseadas num destino partilhado e numa consciência comum, observadas na sociedade comunitária tradicional, foram superadas pelas relações casuais, impessoais, transitórias e baseadas em interesses próprios, características da sociedade industrial. A teoria da comunidade “perdida” é frequentemente reforçada pelo argumento que, numa sociedade altamente móvel, os laços comunitários tendem a basear-se mais no racionalismo do que no sentimento e, à medida que o estatuto social muda, o mesmo acontece com o nível de participação comunitária (Shannon et al., 2021). Em contrapartida, a perspectiva da comunidade “salva” defende que as relações comunitárias continuam a existir nas sociedades urbanas industrializadas ocidentais. O seu aparecimento é mesmo motivado pelo facto de as pessoas procurarem refúgios comunitários seguros, em contraste com o liberalismo excessivo. O argumento da comunidade “libertada” admite a presença de ambas as perspectivas acima referidas. Embora reconheça que os laços comunitários ao nível da vizinhança se enfraqueceram face à urbanização, defende que estes mesmos laços e as tradições populares continuam a existir, embora sob formas alternativas que frequentemente transcendem o espaço geográfico, favorecidas pela facilidade de mobilidade e comunicação para além das fronteiras da distância geográfica e social. Embora a visão do declínio da comunidade continue a atrair muita atenção, as provas empíricas do declínio real da comunidade estão longe de serem conclusivas. Os laços comunitários espaciais “com o bairro” e os laços comunitários não espaciais continuam a ser importantes para um grande segmento da população (Shannon et al., 2021).

O conceito de “valorização” também é complexo. Os valores são tão importantes que orientam atitudes e comportamentos específicos e, de acordo com a sua definição em psicologia, referem-se a crenças abstractas carregadas de emoções e significados simbólicos. Os valores não podem ser observados diretamente e não existe um valor objetivo. Pelo contrário, manifestam-se em ações que exprimem as preferências das pessoas num determinado contexto sociocultural e temporal (Foster, 1981). Dewey, um dos maiores autores da teoria do valor, associa o valor à ação. Para ele, a valorização é um conceito que se refere, de uma forma geral, a todas as atividades que se esforçam por provocar qualquer mudança positiva. A valorização é a atividade que faz com que aquilo que é valorizado se torne realidade e perdure. Valorizar é, antes de mais, agir sob a forma de apreciar, estimar e cuidar. Na sua teoria do valor, Dewey define os valores como imanentes à experiência humana, ou seja, insiste que os valores estão em todas as coisas e em todas as experiências. Nenhuma classe tem o monopólio; se assim for, a principal tarefa da humanidade seria pôr fim a esse monopólio, tornar os valores comuns a todos os indivíduos, aprofundá-los e garanti-los (Foster, 1981).

Várias disciplinas abordaram o tema com orientações únicas. Na antropologia, a discussão sobre a natureza das características dos valores foi introduzida por Kluckhohn & Strodtbeck (1961). De acordo com a sua concepção, mais tarde adoptada pela maioria dos antropólogos modernos, os valores respondem a questões existenciais fundamentais, ajudando a dar sentido à vida das pessoas. Por seu lado, a tradição sociológica sublinhou uma característica específica dos valores. Estes estudos centraram-se na forma como os valores contribuem para atenuar o conflito entre os interesses individuais e colectivos. Valores como a responsabilidade social, a preocupação com os outros e a educação encorajam as pessoas a pôr os seus próprios interesses em segundo plano e a empenharem-se na tarefa mais difícil da cooperação social (Foster, 1981).

O terceiro e último problema dizia respeito à identificação de um grupo vulnerável. Por um lado, como vimos, a comunidade é um conceito complicado, ainda mais complicado é definir uma comunidade vulnerável. Por outro lado, dada a natureza qualitativa da investigação, uma vez identificada, teria de ganhar a confiança da comunidade antes de a poder frequentar regularmente para a observação participante. Isto, como será explicado mais pormenorizadamente no capítulo sobre a metodologia, exige um tempo muito longo que uma dissertação de mestrado dificilmente pode suportar. Além disso, uma vez estabelecido o campo de estudo, o Parque Agrícola da Alta de Lisboa (PAAL), concluímos que poderia ser um local ideal em termos de estudo da valorização da comunidade, mas não tanto em termos de análise de um grupo vulnerável. Nos recintos do PAAL, reúnem-se pessoas que partilham interesses comuns e muitas vivem no mesmo bairro, pelo que podem ser consideradas uma comunidade de interesse. No entanto, não representam um grupo vulnerável. De facto, nem todas as pessoas que frequentam o parque partilham o mesmo sistema cultural, nem podem ser enquadradas numa categoria social semelhante, principalmente no que diz respeito à diferença de rendimento. Quase todos os entrevistados são pessoas em situação de vulnerabilidade, uns por causa da sua situação económica precária, outros por causa da saúde ou da idade, mas dadas estas diferenças, teria sido excessivo defini-los como um grupo. Antes de descrever a forma como abordámos estes três problemas, é bom definir o conceito de vulnerabilidade.

Foram encontrados numerosos estudos que abordam o tema adotando perspectivas muito diferentes. Trata-se, de facto, de outro conceito polissêmico que, nas últimas décadas, passou da esfera da saúde para a esfera das ciências jurídicas, das ciências económicas e das ciências sociais. O conceito de vulnerabilidade aplica-se tanto a indivíduos como a grupos. As pessoas vulneráveis são aquelas que têm um maior risco de desenvolver problemas de saúde física, psicológica ou social devido ao seu estatuto sociocultural marginalizado, ao acesso limitado a recursos económicos ou a características individuais como o género ou a idade (Sousa, 2022). A vulnerabilidade como categoria política e social ganhou importância a partir do final da década de 1970, com a erosão do sistema de proteção social a favorecer crises sociais cada vez mais frequentes. Por esta razão, o tema da vulnerabilidade é hoje sempre caracterizado pela articulação entre “aspectos micro” e “macroambientais”. O pressuposto subjacente é que os comportamentos e as práticas de risco, que criam as condições para a ocorrência de determinados problemas e ameaças, são condicionados pela interação com dinâmicas estruturais, como a crise económica, e institucionais, como o funcionamento dos serviços de saúde. A vulnerabilidade é, portanto, um processo dinâmico e multidimensional em que há uma interação entre características pessoais e condições sociais e ambientais. Alguns

exemplos de vulnerabilidade acrescida que explicam esta interação são a pobreza, a migração, a institucionalização de crianças e/ ou idosos e a colocação na prisão (Sousa, 2022).

Devido a esta interdependência, existe uma tendência compreensível, mas errónea, na literatura analisada, que equipara a vulnerabilidade à iniquidade ou à desigualdade. Mesmo que se aceite a existência de ligações entre vulnerabilidade e desigualdade, pode ser enganador atribuir o mesmo significado a ambos os conceitos. Uma situação de vulnerabilidade nem sempre corresponde a um problema estrutural (Malagón-Oviedo & Czeresnia, 2015). Por exemplo, as pessoas com problemas de saúde relacionados com a idade não podem ser classificadas numa situação de desigualdade estrutural. Identificar uma categoria de pessoas que sofrem de violência estrutural é talvez mais fácil do que identificar um grupo vulnerável, uma vez que a vulnerabilidade de cada indivíduo é, de certa forma, muito pessoal. É também por esta razão que, ao longo do trabalho de campo, deslocamos o nosso foco da vulnerabilidade da comunidade para as situações específicas de vulnerabilidade que as pessoas que encontramos apresentavam individualmente.

Perante estes problemas, a questão da partida foi, portanto, reformulada, passando a ser aquela que se indica na Introdução: “De que forma a agricultura urbana contribui para a valorização de pessoas em situação de vulnerabilidade?”. Foi então mudado também, em conformidade, o objetivo geral da dissertação: “compreender o papel da agricultura urbana no processo de melhoria das condições de vida de pessoas em situação de vulnerabilidade, através de trabalho de campo e do uso de métodos etnográficos, para descobrir até que ponto essa agricultura é instrumento de superação de dificuldades e de valorização pessoal e comunitária”.

Para cumprir este objetivo foram realizadas entrevistas de carácter biográfico, destinadas a explorar as histórias de vida das pessoas que frequentam o PAAL, de modo a perceber como a agricultura urbana mudou certos aspectos das suas vidas e que efeitos essas mudanças tiveram na sua qualidade de vida e, portanto, nas suas condições sociais, culturais, económicas e ambientais.

Os objetivos adicionais do trabalho foram definir os principais conceitos teóricos utilizados para analisar o conteúdo das entrevistas realizadas e para interpretar a experiência do trabalho de campo. São estes os conceitos de valor e capital social, sentido do lugar e produção do espaço; ecologia cívica e ação social prefigurativa. As hortas urbanas são também recursos importantes para as economias familiares e comunitárias que se encontram sob alguma pressão financeira, razão pela qual analisamos também os aspectos materiais destas iniciativas.

A horta comunitária identificada para o propósito do estudo não se destina a resolver objectivos políticos de grande importância, tais como acabar com a injustiça alimentar ou desafiar formas de violência estrutural. Por isso, um dos objetivos do trabalho é demonstrar a importância de criar locais que reforcem os processos de participação comunitária como um fim em si mesmo. Acreditamos que as hortas urbanas podem ser espaços úteis para melhorar a qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade, mesmo que não apresentem soluções definitivas para superar os seus problemas. Por fim, um objetivo desejado é produzir resultados empíricos que possam ser úteis aos urbanistas interessados em usar a criatividade local para remodelar bairros onde há situações de vulnerabilidade.

Capítulo 2. Metodologia: do racional à operacionalização

Conforme mencionado anteriormente, desde a década de 1970, existe uma grande produção científica composta por estudos teóricos e pesquisas empíricas que visam compreender as diversas funções da agricultura urbana e o perfil dos seus utilizadores. Essa literatura é relevante por duas razões principais. Em primeiro lugar, o material produzido oferece um enquadramento teórico que permite analisar outras realidades. Em segundo lugar, fornece indicações essenciais sobre a metodologia mais adequada para estudar o fenómeno. Embora existam várias investigações realizadas com uma abordagem quantitativa, essas pesquisas costumam atender a objetivos de inquérito, úteis para determinar a localização e quantidade de hortas urbanas e a situação socioeconómica dos cidadãos envolvidos.

Quase nenhuma das investigações quantitativas analisadas conseguiu, no entanto, responder a questões de natureza simbólica, ignorando os diversos significados que as hortas urbanas representam para as pessoas, bem como a valorização comunitária e o capital social que nelas se gera. A revisão da literatura revelou que a maioria das investigações sobre hortas urbanas adota uma abordagem qualitativa e utiliza diversas estratégias, desde por exemplo a etnografia e as entrevistas até a produção de conteúdos audiovisuais. De acordo com Minayo (2008, p. 57), “o método qualitativo é adequado aos estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam” Assim, decidi realizar uma investigação qualitativa devido aos numerosos exemplos de aplicação deste método em investigações com objetivos semelhantes aos meus. Os métodos que utilizei para recolher os dados foram a observação privilegiada de base etnográfica e as entrevistas etnográficas semiestruturadas.

A observação participante é o principal método através do qual os etnógrafos têm procurado compreender as visões do mundo e os modos de vida das pessoas nos seus contextos quotidianos (Crang & Cook, 2007). Este “deep hanging out” (Wogan, 2004) é tradicionalmente caracterizado por tentativas de acesso a uma determinada comunidade, com o objetivo de frequentá-la durante um período de tempo suficiente para compreender o sistema de práticas e crenças simbólicas que a organizam, e depois (ou simultaneamente) retornar à academia para dar sentido a estas experiências, escrevendo um relato do contexto cultural da comunidade em questão. A observação participante é a técnica mais utilizada na investigação qualitativa devido ao seu carácter flexível e negociável: o observador, enquanto investiga, pode modificar o objetivo da investigação e ser modificado por ele.

Como não houve, da minha parte, uma verdadeira participação nas dinâmicas internas do PAAL, optamos por definir a metodologia de observação utilizada como *observação privilegiada de base etnográfica*. Referimo-nos, assim, a um tipo de observação em que o pesquisador tem acesso a contextos, ambientes ou situações que não são facilmente acessíveis a outros indivíduos fora do grupo estudado. Trata-se da recolha de elementos e dados que vão além das entrevistas realizadas, obtidos por meio da observação de situações informais, aproveitando a relação de confiança estabelecida com alguns dos participantes e com o apoio do projeto *ACCTING*. A observação privilegiada não envolve

necessariamente a participação ativa do pesquisador nas atividades do grupo (como ocorre na observação participante), mas sim o acesso a momentos ou espaços que não são observáveis por outros, sendo um "privilégio" em termos de perspectiva ou acesso. O conceito de observação privilegiada não é amplamente formalizado ou descrito de forma padronizada em textos clássicos de etnografia, mas é possível encontrá-lo em discussões sobre as técnicas de pesquisa qualitativa, principalmente em contextos que abordam o acesso a grupos ou situações "fechadas" ou "protegidas" (Emerson et al., 2011; DeWalt & DeWalt, 2011).

No meu caso, abordei uma comunidade difícil de definir, a dos utilizadores de uma horta urbana específica, que, embora possa também representar uma comunidade geográfica, uma vez que os agricultores urbanos vivem quase todos no mesmo bairro, é mais facilmente identificável como uma comunidade de interesse, porque os laços afetivos tendem a manifestar-se exclusivamente dentro dos recintos da horta. Além disso, como os utilizadores da horta urbana frequentam este local em momentos diferentes, a imersão constante sugerida em muitos manuais de antropologia não foi possível. O acesso à comunidade da horta urbana deu-se através dos encontros com os indivíduos, ao longo dos passeios no PAAL, entre as conversações e entrevistas mais ou menos formais que lá ocorreram.

A observação depende da capacidade do observador de interpretar o que está a acontecer e porquê. Centra-se no comportamento das pessoas, numa tentativa de compreender os significados subjacentes às suas ações. A observação parte do princípio de que o comportamento humano exprime valores e crenças mais profundos (Kitchin & Tate, 2013). É por isso que acreditamos que a observação privilegiada de base etnográfica seja a abordagem mais adequada para atingir o objetivo de analisar o processo de valorização de pessoas em situação de vulnerabilidade através da agricultura urbana. Isto só é possível através da compreensão da história pessoal, do sistema de valores e das representações identitárias que cada indivíduo encontrado tem de si próprio e do grupo.

De acordo com Kitchin & Tate (2013), existem duas formas principais de gerar e registar os dados das observações de campo. A primeira é a utilização de uma abordagem estruturada, que consiste em esquemas de codificação (listas de controle pré-determinadas). Em muitos aspectos, um esquema de codificação assemelha-se a um questionário, mas as respostas são interpretadas e registadas pelo observador. A segunda forma de gerar dados qualitativos consiste num relato mais holístico. Neste caso, o observador regista as observações através de notas detalhadas. A narrativa vai além da descrição, detalhando os pontos de vista e as suposições do investigador sobre o que está a acontecer. Para concretizar esta segunda abordagem, decidi manter um diário de campo. O diário permitiu-me anotar cada dia o que observava sobre as pessoas e o campo de estudo, registar quaisquer mal-entendidos e interpretações erradas e descrever a forma como a investigação estava a tomar forma e a mudar.

A revisão da literatura relativa à metodologia revelou duas dúvidas principais sobre a utilização da observação participante, dúvidas que também podem ser aplicadas ao nosso método de observação. A primeira diz respeito à questão de saber se significados profundos podem ou não ser atribuídos a um determinado comportamento. Neste caso poderíamos estar envolvidos num difícil debate sobre o quanto o nosso comportamento é consciente e o quanto é induzido pelo contexto social. A segunda dúvida diz respeito ao

efeito do investigador sobre o comportamento do observado, que pode modificar o seu próprio comportamento para sugerir conclusões específicas ao investigador. A observação também demora muito tempo. Este facto é particularmente relevante no caso da observação participante, em que é frequentemente necessário desenvolver fortes relações de confiança. No meu caso, a observação etnográfica foi limitada pela natureza do projeto: uma dissertação de mestrado, por muito ambiciosa que seja, continua a ter de lidar com recursos (zero) e restrições de tempo (alguns meses). Por isso, a observação privilegiada de base etnográfica foi efetuada em conjunto com as entrevistas, nos momentos em que eu andava pelo parque à procura de uma pessoa disponível para conversar.

Juntamente com a observação privilegiada de base etnográfica, a entrevista tem sido um meio pelo qual os investigadores tentam aproximar-se dos contextos e conteúdos da vida quotidiana de várias pessoas nas esferas social, cultural, política e económica (Crang & Cook, 2007). As entrevistas são trocas verbais em que uma pessoa, o entrevistador, tenta obter informações de outra pessoa. As entrevistas são utilizadas para “mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes”, ou seja, fornecem dados básicos para “uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações” em relação aos atores sociais e contextos sociais específicos (Minayo, 2008). Na revisão bibliográfica relativa à metodologia, encontrei três tipos de entrevistas: estruturadas, não estruturadas e semiestruturadas, que podem ser colocadas ao longo de um continuum.

A forma de entrevista mais adequada para o tipo de dados que pretendia obter é a semiestruturada, pois permite que os participantes respondam abertamente sobre o tópico definido. Valentine (1997, p. 111) explica que, ao contrário da maioria dos questionários, “o objetivo de uma entrevista não deve ser representativo, mas sim compreender como as pessoas experimentam e dão sentido às suas vidas”. A seleção dos participantes é de importância vital nas entrevistas semiestruturadas. Geralmente, as pessoas são escolhidas com base na sua experiência em relação ao tema da investigação. Existem várias estratégias para recrutar participantes para entrevistas semi-estruturadas. Uma prática comum é realizar um questionário simples para recolher informações básicas e, no final do questionário, oferecer aos interessados em participar numa entrevista aprofundada, a oportunidade de deixarem o seu número de telefone (Valentine, 1997). No meu caso, não havia interlocutores privilegiados, pois qualquer pessoa que frequentasse o jardim urbano era considerada um potencial entrevistado. Tentei, então, conversar com todas as pessoas encontradas no parque. As entrevistas tiveram um carácter informal, mas foram orientadas por temas pré-definidos, enumerados e analisados no capítulo anterior.

De acordo com a maioria dos manuais de metodologia analisados, é essencial que a entrevista seja devidamente registrada. A ausência de um registro adequado da conversa pode causar problemas na análise e enfraquecer a validade do estudo. Existem diferentes formas de gravar as entrevistas, dependendo da sua natureza. Uma entrevista presencial pode ser registrada por meio de anotações completas, gravação de áudio ou filmagem. A gravação em áudio permite registrar a entrevista com precisão, palavra por palavra, com um esforço mínimo. Pessoalmente, decidi gravar o áudio da conversa. Isso permitiu-me concentrar-me completamente na interação, em vez de ter que anotar as palavras dos participantes no meu diário. Em seguida, transcrevi as entrevistas assim que possível após a sua realização para facilitar a análise.

A escolha pela realização das entrevistas no Parque Agrícola da Alta Lisboa foi favorecida pelos contactos do Professor Luís Moreno, orientador desta dissertação, que nessa altura ali realizava um outro estudo. Então fui pela primeira vez à horta urbana junto com o professor e fiz a primeira entrevista. Frequentei o parque nos meses de junho, julho e agosto de 2024, realizando um total de 13 entrevistas com duração total de pouco menos de 250 minutos. Como referido anteriormente, as entrevistas foram semiestruturadas e de carácter informal, orientadas por uma série de temas que pretendíamos compreender exaustivamente. Para analisar o processo de valorização das pessoas em situação de vulnerabilidade, todas as entrevistas tiveram uma componente biográfica muito forte. Para garantir o anonimato e a confidencialidade, os nomes dos entrevistados foram substituídos por pseudónimos.

A decisão de explorar as histórias de vida das pessoas encontradas no parque foi decisiva para compreender como elas mudaram no que diz respeito não só à agricultura urbana, mas também às condições socioeconómicas do bairro de residência e registar os efeitos que essas mudanças tiveram na qualidade de vida. Alguns autores utilizam a expressão “entrevista narrativa” para designar uma forma de entrevista realizada por meio de conversas com finalidade de obter uma história de vida ou experiência de vida (Minayo, 2008). A conversa com os utilizadores da horta urbana foi orientada da seguinte forma:

1. Saúde física

Com que frequência participa em actividades de agricultura urbana? Quantas horas por semana dedica às actividades de agricultura urbana? Considera que estas actividades contribuem para a sua saúde física? De que forma? Consome os alimentos que cultiva? Se sim, com que frequência?

Notou alguma mudança na sua alimentação desde que começou a participar na agricultura urbana? A qualidade dos alimentos que consome melhorou desde que participa na agricultura urbana? Como é que melhorou?

2. Saúde mental e emocional

Como é que se sente depois de uma sessão de trabalho na horta? A prática da agricultura urbana ajuda a reduzir os níveis de stress? Sente-se realizado quando vê o progresso das plantas e das colheitas? A participação na agricultura urbana contribui para um sentimento de satisfação na vida em geral? Sente-se mais ligado à natureza através da agricultura urbana? Como é que esta ligação à natureza afecta o seu bem-estar emocional?

3. Relações sociais e comunidade

A participação na agricultura urbana deu-lhe mais oportunidades de interação social? Fez novos amigos ou reforçou os laços existentes através destas actividades? Sente que a agricultura urbana ajudou a reforçar o sentido de comunidade no seu bairro? Surgiu algum evento ou atividade comunitária como resultado da agricultura urbana?

4. Renda e segurança financeira

A participação na agricultura urbana ajudou a reduzir os seus custos alimentares? Consegue quantificar essa redução? Tem a possibilidade de vender ou trocar os produtos que cultiva? Que impacto é que isso tem na sua economia pessoal e familiar?

5. Educação e desenvolvimento pessoal

Apreendeu novas habilidades/competências ou adquiriu conhecimentos através da agricultura urbana? Quais? Essas competências ou conhecimentos foram úteis em outras áreas da sua vida? De que forma? Participou em cursos ou atividades de formação relacionados com a agricultura urbana? Que impacto tiveram essas oportunidades educativas no seu desenvolvimento pessoal ou profissional?

6. Satisfação geral

Foram satisfeitas as suas expectativas em relação à agricultura urbana? Porque sim ou porque não? Quais foram os principais problemas e limitações da sua experiência? Recomendaria a participação na agricultura urbana a outras pessoas? Por que sim ou por que não? Quais são as principais mudanças que notou na sua vida desde que começou a praticar a agricultura urbana? Como descreveria o impacto geral da agricultura urbana no seu bem-estar?

7. Sustentabilidade e meio ambiente

A sua participação na agricultura urbana aumentou a sua consciencialização sobre questões ambientais como a sustentabilidade, o desperdício e as mudanças climáticas? Mudou alguma ação ou hábito pessoal para ser mais sustentável depois de participar da agricultura urbana? Notou melhorias no ambiente desde o aparecimento da agricultura urbana na sua zona?

Capítulo 3. O estudo de caso: contextualização e contributos essenciais

3.1 Uma Síntese da Ocupação da Alta de Lisboa

O estudo de caso que se apresenta, enquadra-se geograficamente na cidade e concelho de Lisboa, em particular na área conhecida como Alto do Lumiar, também denominada Alta de Lisboa.

No meio do século XX, Lisboa passou por uma grande transformação no seu panorama habitacional, marcada pela pressão crescente da população e pela escassez de moradias. Esse processo foi impulsionado por uma série de fatores, como o movimento migratório interno, a chegada de imigrantes das antigas colônias africanas, do Leste Europeu e do Brasil, além da instalação de indústrias nas zonas periféricas da cidade (De Sousa, 2014). Com isso, os habitantes da cidade, em busca de melhores condições de vida, começaram a se deslocar para a periferia, onde surgiram os chamados “bairros de lata” ou “barracas” em áreas periurbanas, como Olivais, Marvila, Benfica, São Domingos de Benfica, Carnide e Lumiar (De Sousa, 2014).

A Alta de Lisboa, também conhecida como Alta do Lumiar, inclui várias zonas, como Musgueira (Norte e Sul), Bairro da Cruz Vermelha, Calvanas, além de áreas como a Quinta José Alvalade, Quinta do Pisany e Quinta do Olival. A Musgueira Norte, por exemplo, recebeu a primeira grande onda de novos moradores em 1963, com a remoção de famílias da Quinta do Narigão. Em 1964, outras famílias foram deslocadas para a região devido ao início das obras da Ponte 25 de Abril, e, no ano seguinte, novas famílias vieram para a zona após um incêndio nas Amoreiras. Ainda em 1965, cerca de 700 famílias foram deslocadas para lá, também por causa das obras da ponte (De Sousa, 2014).

Durante os anos 60, a Musgueira Norte não recebeu nenhuma intervenção significativa por parte da Câmara Municipal de Lisboa (CML) que garantisse condições mínimas de salubridade, segurança ou infraestrutura, como transporte e saneamento. Já a Musgueira Sul foi pensada como um "bairro de transição", acolhendo famílias de diferentes partes do país, principalmente do interior, que migravam para Lisboa em busca de trabalho. Nessas áreas, as moradias foram oferecidas pela CML, mas essa situação transitória se arrastou por 24 anos. Durante esse período, as melhorias nas condições de vida foram feitas principalmente pelos próprios moradores, organizados em associações ou com o apoio de ONGs. Somente depois de décadas, a CML elaborou um plano de realojamento para a região.

O Bairro da Cruz Vermelha, embora tenha sido fundado na mesma época, tem uma história um pouco distinta. Em 1963, 14 famílias desalojadas por um incêndio na Charneca do Lumiar foram realocadas para a área. A grande diferença desse bairro foi a intervenção da Secção Auxiliar Feminina da Cruz Vermelha Portuguesa, que construiu habitações de pedra para receber essas famílias. A mobilização gerada por essa ação levou a um movimento nacional de donativos, com o objetivo de arrecadar materiais de construção para novas habitações. A zona continuou a receber famílias deslocadas de outras áreas de Lisboa (De Sousa, 2014).

Após a Revolução dos Cravos, em 1974, o bairro recebeu uma nova leva de moradores, quase inteiramente composta por portugueses que retornaram das ex-colônias africanas,

assim como famílias de origem cabo-verdiana. Já o bairro das Calvanas, que começou a se formar na primeira metade da década de 1970, também recebeu muitos retornados, além de emigrantes. No entanto, essa nova onda de ocupação foi marcada pela construção de habitações de qualidade inferior, reflexo das dificuldades económicas dessas pessoas. Assim como nos outros bairros da região, o período foi longo sem qualquer intervenção significativa da CML (De Sousa, 2014).

Nos anos 90, a região também recebeu imigrantes portugueses de zonas rurais, em busca de melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, com rendimentos mais baixos. Como resultado, no início dos anos 2000, a Alta de Lisboa se tornou uma das áreas da cidade com maior concentração de barracas, o que refletia as condições precárias de moradia naquela época (K' Cidade, 2010).

3.2 O PUAL a requalificação da Alta de Lisboa: uma parceria Público-Privada

A Alta de Lisboa passou a ser uma zona de requalificação urbana com o objetivo de resolver os problemas habitacionais e socioeconómicos enfrentados pela população local. Embora a Câmara Municipal de Lisboa tenha realizado intervenções pontuais desde a década de 1950, foi apenas em 1987 que se elaborou o Plano de Intervenção a Médio Prazo (PMP), com foco na construção de habitações municipais para realojamento de famílias que viviam em condições precárias, como em bairros degradados ou em construções provisórias (De Sousa, 2014).

Em 1993, com a criação do Plano de Urbanização da Alta de Lisboa (PUAL), por meio do Decreto-Lei nº 163/93, a CML formalizou uma estratégia pública para melhorar as condições de vida da população da área. O PUAL foi uma resposta direta aos constrangimentos habitacionais da zona e propôs a construção de habitação social, além de novas infraestruturas urbanísticas e equipamentos coletivos.

A CML, então, firmou uma parceria público-privada com a Sociedade Gestora da Alta de Lisboa S.A. (SGAL), que ficaria responsável pela execução do projeto de requalificação urbana. Em 1998, foi assinado o contrato entre as partes, e a SGAL passaria a construir condomínios de mercado, em contrapartida pela criação de habitação social para as cerca de 3.500 famílias que ocupavam os bairros degradados da região. A CML forneceu os terrenos necessários e assumiu a interlocução com todos os envolvidos no projeto (Cancela, 2014).

O objetivo do PUAL era integrar socialmente as diferentes populações da zona, através da construção de espaços que favorecessem a convivência e a troca cultural. As habitações para venda livre e para habitação social seriam projetadas de forma similar, sem grandes distinções em suas fachadas, para evitar segregação visual. O projeto também previu a construção de espaços verdes e três parques urbanos, que não só atenderiam à necessidade de lazer e convívio, mas também ajudariam no controle das águas fluviais da área (Martins, 2005; Cancela, 2014). A lógica compositiva do PUAL era essencialmente a de fazer “tábua rasa” das existências rururbanas locais, propondo um traçado inspirado nas novas periferias madrilenas e nas “Avenidas Novas” nacionais, com base no quarteirão como unidade fundamental do desenho urbano. Essa escolha pelo traçado ortogonal da cidade tornava-se incompatível com um traçado mais orgânico,

voltado para a vocação fisiográfica, os solos e as aptidões de uma zona anteriormente dominada por quintas e azinhagas, que constituíam grande parte da base da ocupação urbana informal (Cancela, 2014).

Entre 2001 e 2010, o PUAL se concentrou principalmente na construção das habitações sociais, com o objetivo de realojar os moradores dos antigos bairros de barraca. Entre 2003 e 2006, começaram a ser construídas as primeiras unidades habitacionais para venda livre, e o processo foi parcialmente concluído em 2010 (Moura-Carvalho, 2005).

No começo deste processo, a Alta de Lisboa representava a maior concentração de barracas e moradias precárias de Lisboa, especialmente no final dos anos 90. A população realojada, composta por cerca de 10.000 habitantes, era predominantemente jovem. Quase 1/4 das pessoas realojadas tinham entre 0 e 14 anos, e apenas 12,4% eram maiores de 65 anos. A maior parte da população tinha origem nas zonas rurais ou nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com uma clara predominância de cidadãos de Cabo Verde, Angola e Moçambique. A taxa de desemprego na área era de 22,8%, bem superior à média nacional (7,1%) e da Região de Lisboa e Vale do Tejo (8,1%) no final de 2004. O desemprego de longa duração (mais de 12 meses) era particularmente elevado, com 53,8% dos casos na Alta de Lisboa, acima da média nacional (46,9%) (Fonseca, 2007, em Cancela, 2014).

Embora a requalificação tenha trazido melhorias significativas para a infraestrutura da região, as condições socioeconómicas da população realojada ainda indicam um alto grau de vulnerabilidade e exclusão social (Cancela, 2014). As intervenções da CML e a parceria com a SGAL marcaram uma nova fase no processo de urbanização da Alta de Lisboa, mas a integração plena e a superação das desigualdades sociais seguem como desafios contínuos.

3.3 O papel da AVAAL e o projeto da Parque Agrícola da Alta de Lisboa

A Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa (AVAAL) surgiu no contexto da promoção da “ecologia cívica”, com o objetivo de desenvolver vários projetos, como hortas comunitárias e programas escolares, para valorizar a natureza e o ambiente nas comunidades locais. Fundada em 2009 por Jorge Cancela, arquiteto paisagista, e António Monteiro, residente cabo-verdiano, a AVAAL propôs à Câmara Municipal de Lisboa a recuperação de um terreno público que fazia parte da Estrutura Ecológica Urbana, mas que ainda não havia sido planejado nem ocupado, com a finalidade de criar o Parque Agrícola da Alta de Lisboa (PAAL).

Localizado na antiga Ameixoeira saloia, o PAAL ocupa uma área de aproximadamente 16.500 m², delimitado a oeste pelo Eixo Norte-Sul e a leste pela Rua João Amaral (Figura 1). A ideia para o parque surgiu inicialmente com Jorge Cancela, que, em colaboração com o Programa de Desenvolvimento Comunitário K’Cidade, incentivou os moradores locais a se unirem para reivindicar a utilização do terreno público. Em 2009, a AVAAL foi formalmente criada por membros da comunidade, com a missão de promover a ecologia cívica e engajar os cidadãos na valorização ambiental e no desenvolvimento de espaços verdes urbanos.



Figura 1: Localização do PAAL (adaptada de versão prévia, da fonte indicada, produzida por Luís Moreno, em 2024).

Após várias negociações com a Câmara Municipal e investidores privados, a AVAAL obteve a permissão e os fundos necessários para dar início ao projeto. Em 2013, com o apoio de um subsídio privado, a associação construiu a Horta Acessível, a primeira horta adaptada a deficientes em Portugal, que se tornou um símbolo da visão da AVAAL para uma agricultura urbana inclusiva. Porém, a crise financeira global impediu a continuidade dos financiamentos e atrasou a execução do projeto. Só em 2015, após seis anos de negociações e esforços comunitários, a segunda parte do parque foi finalmente inaugurada.

O PAAL é um exemplo claro de como a AVAAL conseguiu integrar diferentes grupos sociais, especialmente imigrantes de gerações mais velhas, vindos de Portugal, Cabo Verde e Angola, que puderam partilhar suas tradições agrícolas com os jovens moradores da cidade. Ao longo dos anos, a AVAAL se consolidou como uma organização voltada para a conservação da natureza, defesa do património e desenvolvimento de mercados sociais de emprego, sempre com o foco na educação ambiental e na participação pública.

Em particular, a realização do PAAL, teve como objetivos específicos:

- A recuperação de uma antiga quinta (Quinta dos Cântaros) para os seus fins originais de produção agrícola, preservando solos e memórias;

- A possibilidade de voltar a dar aos habitantes locais (e outros) áreas de produção hortícola, muito comuns no bairro antes do realojamento;

- A criação de um equipamento urbano de ar livre complementar às ofertas recreativas e lúdicas exteriores já existentes na Alta de Lisboa (em particular a Quinta das Conchas / Lilazes e Parque Oeste);

- A produção agrícola em modo biológico, como forma de melhorar os conhecimentos ambientais e a qualidade alimentar da população;

A formação em eco-tecnologias e desenvolvimento local;

A operacionalização parcial do denominado “Parque Periférico de Lisboa” (que integra a terceira parte do “Parque Oeste” ou seja a área abrangida pelo PAAL) pelos cidadãos organizados em associação não-governamental de ambiente (AVAAL);

A coesão social e a integração entre as várias classes socioeconómicas que vivem na “Alta de Lisboa”, mas com reduzidos níveis de interação (Cancela, 2014).

O caso do Parque Agrícola é relevante porque mostra como uma iniciativa nascida no seio da comunidade se transformou em política pública, com a articulação entre os poderes públicos e a comunidade em benefício de um objetivo comum. Por um lado, os membros da AVAAL abrem um caminho legal para uma intervenção socioeconómica, pois as suas atividades também abrangem, por exemplo, cursos de formação. Por outro, aquele projecto pode ser conveniente ao poder público local, pois está de acordo com algumas correntes de requalificação ambiental em cidades, numa forma de participação tutelada da sociedade. Coincidência ou não, foi a partir de 2009 que CML iniciou o seu projeto de criação de hortas comunitárias. Ou seja, AVAAL deu início a um processo de formalização institucional de uma prática até então ignorada pelos poderes locais. Este “salto” político, por assim dizer, representa a maneira pela qual o poder local pode ser influenciado pelos desejos e necessidades das pessoas (Luiz & Veronez, 2012).

Tanto o parque agrícola como o AVAAL foram descritos mais detalhadamente anteriormente.

3.4 O que já sabemos sobre o Parque Agrícola da Alta de Lisboa

Como vimos atrás, o reconhecimento atualizado do que se sabe / estado da arte, visa responder a algumas questões básicas sobre o grau de conhecimento sobre o assunto em causa em qualquer investigação, como as indicadas em 5.3 da Parte I do trabalho: o que já se sabe; quais os marcos da investigação e as grandes questões atuais; percurso para a chegada a essas questões; e quais as questões que já têm resposta satisfatória (Cancela, 2014).

Tal como se procedeu anteriormente, também agora foram pesquisadas várias fontes documentais / bibliográficas, com a finalidade de responder a essas questões; as que entendemos como mais relevantes são apresentadas de seguida, por ordem cronológica.

A investigação de Cancela (2014) é indispensável para compreender a génese do PAAL e a sua importância para a população local. A questão central da investigação é compreender como pode uma organização de cidadãos contribuir para a implementação da estrutura ecológica municipal através de uma proposta de agricultura urbana, respeitando as normas legais e urbanísticas vigentes. Para explorar esta temática, foi analisado o processo de criação e construção do Parque Agrícola da Alta de Lisboa (PAAL), um exemplo de como os cidadãos podem atuar de forma ativa na melhoria da qualidade ambiental urbana, com foco na operacionalização *bottom-up* da estrutura ecológica urbana.

O trabalho descreve detalhadamente a experiência da Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa (AVAAL), uma Organização Não Governamental de

Ambiente que, em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa (CML), propôs a recuperação de uma das poucas áreas restantes da Alta de Lisboa, ainda não ocupadas ou planeadas dentro da Estrutura Ecológica Urbana, sob a responsabilidade da SGAL (empresa encarregada da urbanização desta área).

Esse processo teve início com a entrega, em 2009, de uma Manifestação de Interesse à CML, com base no Artigo 46º do Decreto-Lei nº 177/2001, que visava a gestão dos espaços verdes da Alta de Lisboa pelos seus próprios moradores.

A ideia central da manifestação era a criação de espaços dedicados à produção agrícola urbana, uma proposta que levou à constituição formal do PAAL. O trabalho segue, então, o desenvolvimento do processo de criação desse parque, envolvendo diretamente o autor desta investigação, que teve uma participação ativa e multifacetada como técnico, investigador e cidadão interessado. Através da análise dos passos concretos dados ao longo de cinco anos (entre 2008 e 2013), foi possível identificar os principais desafios e estratégias do processo.

A seguir, são descritos apenas alguns momentos-chave dessa trajetória,

1. **Outubro de 2008:** O autor propôs a ideia de criar um espaço agrícola comunitário, foi a primeira abordagem ao programa de desenvolvimento comunitário urbano K' Cidade da Fundação Aga Khan.
2. **Dezembro de 2008:** Troca de emails e reunião com a técnica do K' Cidade, Dra. Zita Carvalho, para alinhar a proposta.
3. **Fevereiro de 2011:** Colocação de uma placa simbólica no terreno, sinalizando o futuro parque agrícola, com grande participação dos moradores, o que reforçou a noção de que os cidadãos podiam efetivamente intervir na criação e gestão de seus espaços urbanos, promovendo a coesão social e o sentimento de pertencimento ao bairro.
4. **Março de 2011:** A AVAAL entrega à Direção da UPAL (Unidade de Planeamento da Alta de Lisboa) o projeto executivo do PAAL, para análise e aprovação técnica.
5. **Setembro de 2011:** Realização de análises de solo no Instituto Superior de Agronomia, focadas especialmente na presença de metais pesados, uma preocupação central devido ao risco de bioacumulação e contaminação nos solos urbanos.
6. **Janeiro de 2012:** Início da construção da "Horta Acessível" no terreno, com a colaboração ativa de voluntários e sócios da AVAAL.
7. **Abril de 2013:** Reunião com cerca de 100 moradores para avaliar o andamento do projeto e discutir futuros passos, incluindo a criação de um abaixo-assinado para pressionar a CML e a SGAL (empresa responsável pela urbanização do Alto do Lumiar) a acelerar a execução das obras.
8. **Julho de 2013:** Comunicação formal da CML à SGAL, autorizando o início das obras, o que finalmente desbloqueia o processo burocrático e permite a execução da infraestrutura a partir de setembro de 2013.

Após um período de aproximadamente cinco anos desde a apresentação da ideia inicial, a proposta do PAAL foi finalmente aprovada e o processo de construção iniciado. Este atraso, embora comum em processos urbanos, expõe as dificuldades enfrentadas por

iniciativas cidadãs quando envolvem múltiplos sistemas e atores, como a CML, a SGAL e a legislação em vigor. É interessante notar que, durante o mesmo período, a Câmara Municipal de Lisboa construiu outras hortas urbanas em várias zonas da cidade, como Telheiras, Campolide e Olivais, o que demonstra que os projetos que partem de uma abordagem *bottom-up* enfrentam um processo de revisão e implementação muito mais longo e complicado.

Cancela conclui que, embora o processo tenha sido longo e burocrático, é possível para um grupo de cidadãos motivados, com persistência e conhecimento técnico, constituir-se como parceiro institucional da CML na operacionalização de uma parte da estrutura ecológica urbana. Os residentes puderam agarrar-se à legislação existente que, apesar de algumas lacunas, fornece um quadro jurídico adequado para a implementação de projectos que os envolvem pessoalmente, como é o caso do PAAL.

A criação de uma política municipal para a agricultura urbana trouxe avanços, mas a gestão de espaços iniciados por cidadãos ainda representa um desafio, uma vez que essas iniciativas precisam ser adaptadas às normas municipais, o que pode levar à perda de especificidade e diversidade nos projetos.

Outro aspecto fundamental para o sucesso da operação foi o envolvimento de outros parceiros da sociedade civil, que contribuíram para a dinamização do projeto e fortaleceram sua implementação. A agricultura urbana e a proposta do PAAL, em concreto, parecem funcionar como um elemento de atração transversal a todas as situações socioprofissionais e económicas, sendo capaz de despertar o interesse de todos os estratos populacionais do bairro, promover a sua proximidade física e a partilha de atividades comuns em espaço coletivo e de gestão coletiva, e, como tal, promover a coesão social, objetivo que ainda era pouco alcançado no modelo territorial do PUAL.

O trabalho de De Sousa (2014) tem como objetivo verificar se as formas coletivas de cultivo (peri)urbano podem constituir alternativas económicas dissociadas dos axiomas capitalistas. Trata-se de uma investigação comparativa, desenvolvida em dois campos de estudo: a Alta de Lisboa, em Lisboa, e o distrito de KaMubukwana, em Maputo. O autor realiza uma análise detalhada da componente associativa da agricultura urbana, abordando as formas de solidariedade entre os membros e o senso de representação que estes possuem em relação à associação. Todas as pessoas entrevistadas durante a pesquisa expressaram satisfação com a forma organizacional da AVAAL. De maneira geral, essa opinião resulta da capacidade dos envolvidos em realizar intervenções de maneira eficaz, bem como da forma como as ações são propostas, discutidas e executadas coletivamente. As pessoas, consoantes as suas habilidades, conhecimentos e recursos, propuseram-se de forma voluntária a contribuir para encontrar soluções e executar tarefas de maneira a dar fim ao problema que lhes afetava enquanto associados.

No que diz respeito à relação entre os membros, há um aspecto que merece destaque. Durante o processo de construção do Parque Agrícola da Alta de Lisboa (PAAL), os membros da associação AVAAL discutiram os critérios de seleção das pessoas que seriam beneficiadas com talhões. O debate centrou-se em como identificar as pessoas com maior necessidade alimentar ou aquelas em condições socioeconómicas mais desfavorecidas, priorizando-as em relação aos demais inscritos. Assim, a maioria dos membros mostrou-se favorável a ceder seus talhões para outras pessoas que consideravam mais necessitadas, seja por questões alimentares ou socioeconómicas.

Em comparação com as autoridades públicas locais, a associação está mais próxima do que se passa no seu território e da realidade das pessoas que nele vivem. Ao não reproduzir a mesma estrutura institucional dos poderes públicos e da democracia representativa, as associações podem acompanhar as mudanças socioeconómicas e territoriais de forma mais precisa e responder mais atenciosamente às questões relevantes. Portanto, as associações ou movimentos associativos funcionam como uma forma de conectar as pessoas, não só através de um problema comum, mas também como uma forma de representar e estruturar as relações entre elas e as autoridades locais.

O caso da AVAAL constitui um exemplo de como os poderes locais podem mobilizar as diversas formas de organizações de pessoas de maneira a difundir formas específicas, caso a caso, de gestão dos espaços (peri)urbanos em matéria da agricultura.

A análise de De Sousa (2014) também buscou investigar os diferentes significados da agricultura periurbana para os agricultores entrevistados. A dimensão afetiva-social emerge como a mais destacada, sendo que a prática agrícola foi frequentemente descrita, pela maioria dos entrevistados, como uma forma de "uso do tempo". Questões alimentares e económicas surgem de maneira subjacente a essas motivações; embora consideradas importantes, raramente foram apontadas como as principais razões para cultivar uma horta. A produção própria de alimentos, como no caso das hortas, não representa uma forma de subsistência para os entrevistados. Além disso, nem todos os agricultores acreditam que a horta seja uma maneira de poupar, através da não aquisição de produtos no mercado.

Outro elemento que surge da pesquisa é a representação da APU como uma forma de ligação ancestral à ruralidade das pessoas. Essa característica pessoal que condiciona os agricultores e as agriculturas da cidade possui diferentes origens, que vão desde o nascer e/ou o crescer no campo, até memórias familiares de pais, mães, avós e avós agricultores e agricultoras.

Mesmo acreditando na influência de uma ruralidade na vida de cada pessoa para caracterizar a AP, todas as pessoas entrevistadas não desprezam o fato de que a expansão da atividade e a sua divulgação estimulam outras pessoas a aproximar-se da agricultura, que não tinham um primeiro contato com a terra, numa lógica de retroalimentação.

A pesquisa conclui que as experiências coletivas de AP não podem ser tomadas como outras formas económicas de produção. No entanto, ao analisar suas características, é possível identificar elementos que as tornam parte de uma economia alternativa, como a auto reflexividade, a solidariedade e a reciprocidade.

Harper e Afonso (2016), discutem os valores culturais atribuídos pelos jardineiros ao acesso à terra para o cultivo coletivo de alimentos no Parque Agrícola da Alta de Lisboa. Desde 2011, as autoras do estudo acompanharam o desenvolvimento do projeto da criação do PAAL, das negociações da AVAAL com a CML e a SGAL, até à construção concreta do parque. O PAAL tem atraído o interesse das investigadoras porque reúne uma grande diversidade de residentes e jardineiros. Inclui jardineiros idosos de Portugal rural e de África, pessoas desempregadas com algumas dificuldades económicas, jovens profissionais urbanos interessados na sustentabilidade e jardineiros deficientes que cultivam alimentos numa horta acessível.

O objetivo da investigação era compreender a forma como um grupo heterogéneo de membros da AVAAL entendia o seu trabalho como ativistas na criação de um parque agrícola urbano e na promoção da “ecologia cívica” no bairro. Os investigadores utilizaram a metodologia do *Photovoice*, uma estratégia de investigação-ação participativa que combina fotografias geradas pelos participantes, discussões e exposições fotográficas, permitindo-lhes estudar questões comunitárias a partir das perspectivas internas do próprio grupo. Os participantes, equipados com câmaras cedidas pelos investigadores, documentaram e exibiram alguns temas críticos inerentes ao seu trabalho como jardineiros-ativistas, pelo que o Photovoice constituiu uma oportunidade para refletirem em conjunto sobre os objetivos e valores da organização. Para efeitos da investigação, as autoras centraram-se em dois temas relacionados com a ecologia cívica: “clandestinidade e conflito institucional” e “sustentabilidade”.

Relativamente ao primeiro tema, a questão mais urgente expressa pelos participantes é a vulnerabilidade das hortas clandestinas que, desprotegidas de vedações, estão sujeitas a roubos e vandalismo. A AVAAL, por seu lado, tenta organizar uma ponte para ligar, por um lado, o desejo dos jardineiros da classe trabalhadora de obter direitos de utilização seguros para ultrapassar a clandestinidade e a vulnerabilidade e, por outro lado, a visão dos jardineiros da classe média sobre os jardins como cuidados para si próprios e para o ambiente.

Em relação ao segundo tema, os pesquisadores descobriram que, embora os membros da AVAAL frequentemente descrevessem suas práticas como sustentáveis em reuniões e conversas informais, eles tiveram dificuldade em representar visualmente a sustentabilidade no contexto urbano. Apenas alguns participantes, em sua maioria mais jovens, tiraram fotografias relacionadas ao tema, e, de forma geral, as imagens sobre “sustentabilidade” geraram menos interesse do que outras. Isso sugere que, apesar de ser um objetivo declarado da associação, a sustentabilidade pode ser uma motivação secundária para muitos membros. Além disso, os membros da AVAAL utilizam o termo “sustentabilidade” de maneira ampla e flexível, associando-o tanto à subsistência económica das famílias quanto à transmissão do conhecimento ecológico tradicional às futuras gerações. Para os ativistas, a sustentabilidade está ligada à segurança alimentar e ao bem-estar das populações de baixos rendimentos, afetadas pela crise económica em Portugal.

O relatório de estágio de Vieira (2017), é uma fonte muito útil para contextualizar o PAAL, para ter uma ideia do funcionamento da AVAAL e para obter informações privilegiadas sobre os vários significados que a agricultura urbana pode assumir. O relatório apresenta, de facto, as diversas atividades realizadas pela associação entre 2015 e 2016 e revê algumas das vicissitudes relacionadas com a construção do próprio parque. Com o objetivo de refletir sobre o papel dos arquitetos paisagistas como potenciadores da coesão social, a autora analisa de forma crítica o trabalho das ONGs ligadas à valorização ambiental, bem como as relações entre as associações e a população local.

De acordo com a autora, a AVAAL, integrada numa comunidade fragilizada pelo processo de realojamento em Lisboa, tem desempenhado um papel importante na promoção ambiental, sustentabilidade e agricultura urbana, visando a coesão social. Um dos pontos fortes da Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa é a sua forte presença local. Através de um trabalho coletivo e próximo, a associação alcançou

resultados positivos, e quanto mais a população local foi envolvida na conceção e na elaboração de um projeto, maior foi a probabilidade de sucesso na sua implementação. A autora identificou alguns pontos frágeis inerentes à associação, são estes, por exemplo, a pouca visibilidade entre as potenciais organizações parceiras, um plano de atividade bastante reduzido e os escassos recursos financeiros. Embora o estudo trate de um caso particular, o exemplo que propõe pode esclarecer certos aspectos comuns a este tipo de associações.

As associações dependem, em grande medida, das ações altruístas dos seus membros, que se dedicam com empenho e paixão ao desenvolvimento de projectos. No entanto, sabemos que este tipo de trabalho, baseado no voluntariado, apresenta desafios. A estrutura organizacional de muitas associações é infelizmente frágil e este é, segundo Vieira, um dos principais problemas da AVAAL. Esta fragilidade deve-se a vários factores, como a falta de tempo dos voluntários, que muitas vezes não podem dedicar-se de forma permanente, ou mesmo a falta de voluntários dispostos a assumir funções de dirigentes. Este tipo de estruturas, pela sua escala e impacto local, necessitam que os seus órgãos dirigentes sejam presentes e fundamentalmente participativos, admitindo uma gestão voluntária quase profissional, de forma a ser possível a elaboração de uma estratégia a curto, médio e longo prazo que vise a sustentabilidade da associação, bem como o cumprimento das metas definidas na sua missão (Vieira, 2017).

As organizações sem fins lucrativos dependem dos voluntários porque o financiamento externo pode ser incerto e escasso, o que limita a possibilidade de contratar recursos humanos e restringe a realização de novos projectos e a escala de intervenção. Outro problema salientado é o fato de a dimensão do parque ser bastante ampla. Sendo um projeto comunitário pioneiro, como afirma Vieira, ele deveria ter sido mais modesto quanto ao número de hortelãos que poderia acolher. O projeto deveria ter tido o carácter de um laboratório, destinado a testar modelos de funcionamento adaptados à realidade e aos objetivos do parque, com o intuito de verificar qual seria o modelo mais adequado. Segundo a autora, o parque consegue dar resposta a um conjunto de valores e serviços ecológicos, socioeconómicos e culturais que contribuem para a qualidade de vida e para a relação entre as estruturas urbanas e rurais da cidade de Lisboa, sem esquecer que, à escala local, é um promotor da inclusão social na Alta de Lisboa. Em conclusão, o principal sucesso do parque é o facto de ser um espaço que serve de incubadora de um modelo de inclusão social para grupos minoritários, promovendo efetivamente a mistura social no bairro que o plano de urbanização tinha proposto mas não conseguiu concretizar.

Novamente Harper e Afonso (2019), numa outra pesquisa realizada no PAAL, analisam como os agricultores e as organizações expressam e debatem os valores alimentares em relação à horta. As entrevistas revelaram uma série de valores alimentares, tais como: conhecimento, auto-abastecimento, lazer, troca de presentes e vizinhança. O sabor é um valor privilegiado pelos hortelões do PAAL. O “bom sabor” dos legumes, comparado aos produtos insípidos dos supermercados, é sinónimo de qualidade e autenticidade. Um valor alimentar fundamental expresso no Parque Agrícola é o direito de cultivar na cidade, descrito como uma “política de seguro” contra o emprego precário (Harper & Afonso, 2019). Tanto os horticultores da classe média quanto os da classe trabalhadora partilham a visão da horta como um espaço de autossuficiência associado à solidariedade e ao acesso à terra compartilhada. O termo “poupar” surgiu repetidamente nas entrevistas das

antropólogas: a poupança aparece nos planos dos horticultores sobre o que plantar, na medida em que consideram o valor monetário de “não comprar” os produtos mais caros. Outro valor importante é o lazer saudável; os hortelões compararam favoravelmente as horas que passavam na horta com o tempo e o dinheiro que outros aposentados desperdiçaram bebendo álcool nos cafés.

A conclusão dos autores é que apenas uma pequena minoria dos horticultores do PAAL se reconhecem como parte de um “movimento alimentar alternativo”. Embora produzam relações de solidariedade mercantis e não capitalistas, o PAAL não é visto como um “movimento alimentar alternativo” consciente pela maioria dos seus participantes. Alguns horticultores mencionaram o “direito à cidade”, a importância de ter um bem comum urbano compartilhado ou a sustentabilidade ecológica ao descreverem seu interesse pela jardinagem, mas a grande maioria falou da horta como um espaço para cultivar seus próprios alimentos de maneira autossuficiente, para sair de casa, manter-se fisicamente ativos e socializar.

Capítulo 4. Análise e resultados

As entrevistas realizadas nos meses de junho, julho, agosto e setembro de 2024 no Parque Agrícola da Alta de Lisboa revelaram-se um instrumento eficaz para atingir os objetivos da dissertação. Em particular, o aspecto biográfico das conversas foi uma excelente ferramenta para compreender como a agricultura urbana afeta a qualidade de vida das pessoas. Começarei, portanto, por mencionar algumas informações importantes obtidas a partir das histórias de vida dos participantes do parque agrícola.

A maioria dos entrevistados não é natural de Lisboa, mas é originária de zonas rurais e migrou para a capital em busca de melhores condições de vida. Isto é interessante porque a horta urbana apresenta-se-lhes como um local para manter viva esta ligação com a agricultura e a terra. Desta forma, promove-se um sentimento de continuidade cultural, tornando o parque num local de memória e pertença. Célio, por exemplo, natural de Alijó, no norte de Portugal, migrou para Lisboa com 13 anos, sozinho, em busca de oportunidades de emprego. Seus pais trabalhavam com agricultura e ele sempre teve uma forte ligação com a terra. Na entrevista, Célio destacou a horta como um local de continuidade de uma tradição familiar. Relembrando a sua infância, refletiu sobre o vínculo com a atividade agrícola como algo que está no ADN de quem viveu no meio rural: “eu já vinha habituado da minha terra, meus pais já tinham horta, eu andava na escola de manhã e a noite já tinha que ir tratar da horta. De maneira que tratar da horta já está no espírito de criança. Não foi uma coisa que eu aprendi já de adulto. Já tinha o espírito comigo mesmo”.

Para Maria Assunção, natural de Viseu, cultivar alimentos parece ser uma maneira de se reconectar com suas origens, quando podia “mexer na terra, andar descalça”. Esse espaço proporciona-lhe uma sensação de pertencimento e continuidade com o seu passado rural, já que “eu fui criada na agricultura”. Hoje, aos 63 anos de idade, voltou a ter um lugar onde poder andar descalça, tocar a terra e sentir-se em harmonia com a natureza.

Do mesmo modo, Mafalda recordou a sua infância no Norte de Portugal, onde a sua família se dedicava à agricultura: “Minha mãe é de lá, meus pais, os dois, são de lá e também viviam do campo... também os pais deles viviam mesmo do campo, faziam grandes plantações de milho, olha o milho... tinham imensos, mas dava espiga, muita maçarola, faziam pão pro ano todo”. Cultivar a terra é agora um reflexo desta tradição familiar, pelo que vive esta atividade com grande envolvimento emocional.

Tatiana, por outro lado, é originária de Cabo Verde e considerou a horta um lugar de ligação com as suas raízes:

Meus pais eram agricultores, tinham tudo... sim eu gosto porque cresci nisto. Sou filha de agricultores, lá em Cabo Verde a agricultura... é um sítio que chove pouco... é um sítio seco, mas mesmo assim o cabo-verdiano vive da sobrevivência da agricultura... nas ilhas, umas ilhazinhas pobres. Então, meus pais quando se conheceram, todos viviam de pequenas agriculturas, familiares... familiar. E foi uma coisa que também... ia pra escola, depois quando a gente vinha da escola ia trabalhar na agricultura, na terra. Olha, este feijão é de Cabo Verde... este também trouxe de Cabo Verde. É feijão-pedra, ele é um feijão que seca, podes comer verde ou seco, é assim, é verde, parece ervilha. Esse também, este feijão que eu tenho aqui, parece feijão frade, mas não é, no Brasil também chamam feijão de corda, mas na minha casa chamamos ‘ngolo.

Quando lhe perguntei se havia uma comunidade cabo-verdiana no parque, respondeu-me com grande orgulho: “tem, onde se vê cana de açúcar... quando vê cana de açúcar é porque é cabo-verdiano... quando vê milho, quando vê cana de açúcar, como nós cabo-verdianos”. Através do cultivo de plantas como cana-de-açúcar e milho, que fazem lembrar Cabo Verde e que ela trouxe de lá, o jardim adquire para ela um valor simbólico, representando um lugar de ligação com as suas raízes culturais e proporcionando um sentido de continuidade na sua vida entre Cabo Verde e Lisboa. As entrevistas revelaram um aspecto importante da agricultura urbana, que pode servir aos migrantes como um espaço de ligação às suas raízes culturais.

No seu trabalho de campo, como vimos, De Sousa (2014) analisa este mesmo sentimento de ligação à terra, concluindo que muitas das pessoas entrevistadas acreditam numa ancestralidade rural das pessoas envolvidas na APU. Essa característica pessoal, que molda os agricultores e as práticas agrícolas urbanas, tem diversas origens, que vão desde o nascimento e/ou crescimento no campo até as memórias familiares de pais, mães, avós e avôs que foram agricultores e agricultoras.

Apesar de acreditarem na influência da ruralidade na vida de cada indivíduo para caracterizar a agricultura urbana, todas as pessoas entrevistadas não deixam de reconhecer que a expansão da atividade e sua divulgação têm incentivado outros a se aproximarem da agricultura, mesmo sem um contato prévio com a terra, criando assim uma lógica de retroalimentação. Este fenómeno se aplica a todos os grupos que praticam a agricultura, seja pelo convívio e bem-estar, seja por motivos económicos de comércio e produção.

Assim, podemos observar uma relação positiva entre a expansão da agricultura urbana e a mudança na percepção dos habitantes das cidades sobre os possíveis significados de “cidade”. A mudança de paradigma, em que a cidade desejável inclui espaços agrícolas comuns, é estimulada pelas pessoas envolvidas na agricultura (peri)urbana, tanto pela sua história de vida (ancestralidade rural) como pelas suas ações como novos residentes urbanos.

A partir das histórias de vida, obtivemos também informações pessoais sobre situações de vulnerabilidade, algumas devido ao trabalho instável ou frequentemente ausente, outras devido a problemas de saúde ou problemas relacionados com a idade. Desta maneira, foi possível compreender as formas como a horta urbana ajuda as pessoas a lidar com as dificuldades. A situação mais recorrente diz respeito ao problema do isolamento que afeta pessoas de idade avançada. Quase todas as pessoas que frequentam o parque são idosos aposentados. Alguns deles têm pensões muito modestas, pelo que continuam a fazer trabalhos ocasionais.

Graças à entrevista com Afonso podemos refletir sobre a importância da horta urbana num contexto de isolamento agravado pela emergência pandémica. Afonso, que começou a trabalhar na horta durante a pandemia de Covid19, demonstrou claramente como esse espaço se tornou um refúgio para ele:

Eu estou aqui há pouco tempo... estou cá há 4 anos. Pronto, eu vim aqui parar com a pandemia, como não tinha nada que fazer, arranjei trabalho... nesta época pá, uma pessoa... É muito importante, e especialmente para pessoas já de uma certa idade é bom ter alguma ocupação e pronto, nunca trabalhei em horta, só há quatro anos é que estou a trabalhar em horta. Então, quando começou a pandemia, eu vinha passear com uma amiga minha, vizinha e amiga, aqui a estes jardins, até lá acima. E ela já tinha horta, aqui ao lado... a última [Figura 2]. Então um dia qualquer diz “ah tenho que ir lá regar a minha horta”. Então vim aqui com ela um dia, dois dias, e depois olha digo assim “ah vou arranjar também

uma coisa desta”. Isto é bestial pá, pra uma pessoa, enquanto anda aqui, está completamente ao leste de tudo... e pronto, vamos tendo algumas coisitas para comer... dá prazer quando estamos à mesa, dizer “olha, isto é da minha horta. Isto é da minha horta”.

Este sentimento, que proporciona equilíbrio emocional e bem-estar, é uma forma de valorização pessoal essencial em qualquer fase da vida, mas particularmente na aposentadoria, quando muitas pessoas podem enfrentar sentimentos de solidão e abandono.



Figura 2: A horta da amiga de Afonso é a que mais me impressionou esteticamente. A senhora, que não consegui entrevistar, é uma das poucas pessoas do PAAL que planta também flores.

Em dois casos específicos, a horta urbana apresentou-se como uma alternativa ao ócio potencialmente prejudicial. Quando questionados sobre o que fazem quando não estão na horta, Célio e Agostinho mencionaram claramente a agricultura urbana como uma atividade que os afasta do consumo excessivo de álcool. Agostinho disse simplesmente que "a horta... eu estou reformado, pra não estar em casa, ou andar nos copos, entretenho-me aqui". Célio trouxe um tom mais descontraído e animado, talvez influenciado por algumas cervejas que já havia consumido naquele dia:

Eu já tenho setenta e... já tô velhinho. Já estou maduro. Assim, mas tenho que continuar a ter a horta porque faz-me mesmo falta. Eu gosto mesmo disto porque se não tiver isto... vou fazer o que? Vou pro café beber mais uma cerveja? Mais uma?? Eu já bebi um bocadinho mais, se calhar, que não devia ter bebido. E se não houver isto, cada vez piora.

A horta, portanto, como mencionado na literatura analisada, oferece uma atividade saudável, mas também se apresenta como uma ocupação que afasta as pessoas de outras

práticas menos saudáveis, um ponto que não havíamos considerado antes de realizar as entrevistas. A entrevista com Célio e Agostinho ajudou a esclarecer um aspecto importante, pois o abuso de substâncias e a dependência são problemas que afetam especialmente pessoas em situação de vulnerabilidade.

Os problemas de saúde representam outra situação frequente de vulnerabilidade que encontramos nas entrevistas. Neste caso, a horta pode proporcionar um alívio simbólico, tanto a nível emocional quanto na partilha de afetos e capital social, mas não é de grande ajuda do ponto de vista físico; pelo contrário, pode até agravar a condição física das pessoas.

Segundo Agostinho, a idade e as limitações físicas, como o problema de saúde no joelho, tornam o trabalho da horta mais pesado, a sua conclusão é que, em algum momento, ele deverá desistir da atividade. Maria Assunção, também mencionou problemas de saúde que a limitam no trabalho físico da horta: "eu tenho tido problemas de saúde, eu não tenho estado a poder ir... foi operada e estou à espera de ser outra vez operada". No seu caso, a ajuda dos vizinhos do parque manteve a sua horta produtiva. "Este (feijão verde) está aqui só porque os vizinhos semearam... como eu não podia, este senhor mais velho aí, é que ele veio aqui semear isto". Este é um exemplo de como, apesar das dificuldades físicas, a horta urbana ajuda a desenvolver o capital social e a fortalecer a ligação comunitária: a interação entre os membros da comunidade de hortelões promove uma rede de suporte social informal.

Tatiana teve um problema de saúde semelhante, embora mais grave, que a obrigou a reformar-se mais cedo.

Eu trabalhava... eu era ajudante de ação direta. Trabalhei 25 anos, trabalhei no supermercado, trabalhei 25 anos a cuidar de deficientes mentais, eu era cuidadora deles. E depois, por causa de um acidente que eu tive, tive que por... colocar prótese no joelho e já não... meu trabalho já não tinha assim muita rentabilidade, era um trabalho que obrigava-me a sair com eles... já a perna não ajudava muito. Tive que reformar porque... para trabalhar naquela situação, com as pernas... depois não conseguia andar, desisti e fiquei em casa. Mesmo assim trabalhei 32 anos.

Tatiana, como vimos, é uma mulher cabo-verdiana de 60 anos que vive no bairro do Lumiar há 40 anos. Ela foi a única entrevistada que analisou o processo de realojamento e a transformação do bairro, conforme descrito na contextualização do estudo de caso. Tatiana falou sobre o impacto desse processo nas condições de vida das pessoas da Alta de Lisboa. Segundo ela, o realojamento teve um efeito negativo na coesão social do bairro, criando outras situações de vulnerabilidade. Ela observou uma fragmentação da comunidade e a perda do sentido de vizinhança que existia anteriormente.

D: A senhora viu este processo também, como mudou o bairro?

T: Nunca morei nas barracas porque sempre morei nas casas inacabadas e depois realojaram-me. [...] Mais precisamente, onde eu moro hoje eram barracas, conheci toda a gente que era das barracas, foram morar comigo no prédio... eu fui morar com eles. Porque as casas onde eu morava... vai nascer um, é ali, tiraram porque vai nascer lá um condomínio, a câmara vendeu á uns ingleses, não sei que... estão a fazer condomínio de luxo

[...]

D: Por isso, Lumiar, este bairro mudou muito, não é?

T: Mudou muito, antigamente parece que era melhor do que hoje. Eu conhecia muita gente, quando tiraram-nós, já não fui ficar juntas... há pessoas que ficaram pra parte [...] um de uma parte um do outro, já não ficou muito bem

D: causou alguns problemas então esta situação do realojamento...

T: uns aos outros éramos vizinhos que ajudávamos os filhos a crescer, todos juntos... mas separamos. Tiraram os prédios, tiraram os prédios e acabou por... cada pessoa ir por seu canto e só se encontra de vez em quando

[...]

D: Quebraram um pouco a comunidade?

T: criamos os filhos juntos, os filhos brincavam com os outros, um tomava conta dos outros quando estavam a brincar, ficavam a dar olho no outro. “Onde é que anda os meus? os seus a brincar”, já agora não é assim

Ao contrário do que era esperado, a mistura social prevista no projeto de requalificação da Alta de Lisboa não se verificou. Isso ocorreu porque o desenho do plano não contemplou a criação de espaços abertos à escala do habitar, onde a relação de partilha e troca entre os diversos atores locais fosse possível. Em vez de diversificar, potencializar e agregar as diferenças, o planeamento uniformizou, homogeneizou, desvalorizou e segregou a comunidade. As relações de proximidade e vizinhança, antes sólidas, transformaram-se em um distanciamento recíproco entre os habitantes, o qual se intensificou com a promoção da habitação de venda livre (Vieira, 2017). A relação entre os velhos moradores que foram realojados e os novos moradores de classe médio-alta tem permanecido redutora e incipiente, em particular a realizada em contacto direto. Na ausência de inclusão social, existe apenas um espaço parcialmente requalificado urbanisticamente, sem que a proximidade geográfica tenha correlação com a proximidade social (Antunes, 2016).

A presença do espaço aberto, desenhado no PUAL e anteriormente apresentado, não contemplou os espaços de proximidade já existentes, os quais poderiam ter sido aproveitados em sua função de potenciadores de sociabilidade. O plano não agregou as diferenças por meio do espaço público, mas, pelo contrário, segregou os moradores ao criar espaços condominiais que afastam os diferentes estratos sociais da convivência próxima na Alta de Lisboa. O Parque Agrícola, sobretudo nos primeiros anos de existência, tornou-se o local de encontro dessas realidades (Figura 3), onde as diferenças se esbatem por meio da partilha de espaço e recursos, uma vez que é um lugar onde as diversidades podem encontrar um terreno comum através da linguagem universal da agricultura.

As entrevistas mostram como os hortelãos encontram na horta uma forma de valorização pessoal e de pertencimento a comunidade do PAAL. Para todos, cultivar é um passatempo saudável que ajuda a se manter ativo, especialmente após a reforma. Durante as entrevistas, Célio e Maria Assunção mencionaram várias vezes ter sido entre os primeiros a participar da horta. Este sentimento de orgulho em afirmar “eu sou dos primeiros a entrar aqui nestas hortas”, reflete como a horta é mais do que um lugar de cultivo. Célio e Maria Assunção se sentem parte de uma comunidade pioneira que se orgulha de ter conseguido criar um lugar de tranquilidade e bem-estar para os moradores do bairro. A horta se apresenta não apenas como um lugar físico de produção alimentar, mas como uma forma de “desestressar, de aliviar a cabeça”. A horta é um lugar de encontros e

interações, onde se desenvolve uma rede de relacionamentos e recursos que ajudam a comunidade a funcionar.



Figura 3: A horta e a vista sobre a pista de atletismo: a proximidade com as atividades físicas da pista de atletismo, logo abaixo, proporciona também um sentimento de bem-estar e entretenimento, como mencionado por algum participante.

O capital social, em sua forma mais evidente, se manifesta nas trocas de produtos alimentares e na ajuda para regar as hortas quando o vizinho não pode ir ao parque. Quase todos os entrevistados mencionaram essas duas dinâmicas como frequentes. O exemplo de Maria Assunção, descrito acima, é apenas um dos muitos. “Eu gosto de trocar sementes, trocar plantas, trocar tudo isso. Quando tenho, gosto de dividir o que tenho... não gosto de andar a pedir”, acrescentou, depois de contar como a horta sobreviveu graças à ajuda dos vizinhos durante sua cirurgia.

Mafalda referiu-me que, em momentos de dificuldade, por exemplo quando há falta de água, os vizinhos ajudam-se uns aos outros, “se o vizinho não tem água vem buscar no meu tambor, se eu não tiver vou ao vizinho... aqui é paz, aqui é paz”.

Nos meses de julho e agosto especialmente, quando muitos hortelãos estão de férias, a ligação à comunidade é expressa através do apoio mútuo entre os membros do parque, que regam as hortas uns dos outros e se ajudam nas tarefas necessárias. Entrevistei Érica enquanto estava cuidando da horta de outro senhor, ela mencionou que “quando uns vão de férias cuidamos... como agora isto não é meu [...] os outros vizinhos da horta fazem o mesmo [...] nos damos todos muito bem e cuidamos um pouco”. Esse tipo de relação baseada na confiança e reciprocidade reflete um forte capital social e enriquecem a experiência de participar da horta. Está-se assim perto do conceito de agricultura cívica,

ou seja, a agricultura e produção alimentar de base local, onde as atividades estão estreitamente ligadas ao desenvolvimento social e económico de uma comunidade (De Sousa, 2014). A agricultura cívica tem, portanto, mais a ver com a dimensão social do que com a agricultura urbana, que é definida pelas características do território em que se exerce. No caso em questão, podemos afirmar que se associam as duas situações.

Ao nível do bem-estar mental e psicológico, ou valorização pessoal, são muitas as situações significativas que registamos. Muitos foram explícitos em relacionar o ato de cultivar e o equilíbrio emocional, salientando a importância do PAAL para o seu bem-estar mental.

Cláudio afirmou que a horta é um “escape para o estresse diário, a gente anda aqui e não se cansa de mais nada, é uma terapia”.

Ao responder se a horta ajuda de qualquer forma na melhoria da sua qualidade de vida, Érica respondeu que “Sim, sem dúvida. Junto o útil ao agradável não é... é saudável por ser desportivo e pra minha sanidade mental é muito importante. O fato de estar aqui e descarregar um pouco também... a má energia na terra, é ótimo, é ótimo”.

Segundo Agostinho, a horta faz tão bem que “a médica aconselhou-me mesmo: ‘você não deixa a horta. Continua, continua que isso faz lhe muito bem’”.

Para a Mafalda, a horta ajuda-a a recuperar as energias de dias stressantes: “vou mais leve pra casa... porque a gente trabalha né, depois o estresse, é um estresse, os autocarros, as filas, aquilo tudo... a gente depois vem aqui um bocadinho, vem aqui um bocadinho. Regar, apanhar erva e depois volta mais leve pra casa. Esta é a vida que eu tenho.

Mafalda sublinhou também a dimensão do bem-estar físico, comparando o trabalho na horta a uma forma de ginásio. “Eu venho a pé, venho a pé e depois cavo e faço aqui o meu ginásio... mas eu venho aqui pra distrair, pra não andar em conflitos com ninguém”. Este local oferece, assim, momentos de evasão da vida urbana stressante, provocando uma sensação de calma e equilíbrio. Jacinto também utilizou a mesma metáfora do ginásio quando lhe perguntei se a horta urbana trazia algum benefício para a saúde física:

Sim, sim. Pra mim isto aqui é um hobby, pra não estar, ou seja, estar em casa depois do trabalho, pelo menos sair. Qualquer coisa pra estar entretido, já ao fim de semana sempre de manhã ocupa sempre um bocado do tempo. Invés de ir pro ginásio, o ginásio é a horta. Gastas dinheiro numa coisa mais saudável. Fisicamente ajuda, ajuda a descontrair os músculos.

Maria Assunção descreveu o ato de “mexer na terra” como uma atividade que lhe dá grande satisfação pessoal. Apesar das suas limitações físicas, ela dedica-se a cuidar do jardim com as suas próprias mãos, o que lhe transmite um forte sentimento de independência e realização: “eu não gosto muito de pedir nada a ninguém. Gosto de ser eu a fazer porque eu sei o que faço e como faço”.

Tatiana também, apesar de ter mencionado a dinâmica produtiva como significativa, valorizou a horta principalmente pelo prazer de cuidar das plantas e pelo sentimento de paz que isso lhe proporciona. “Sempre quando venho levo uma folha de couve, levo uma alface, levo um tomate, sempre qualquer coisinha levo, não é porque estou a beneficiar muito, mas por divertir-me, por sentir-me bem”. Tatiana frequenta o PAAL há nove anos, o que indica um compromisso duradouro com o espaço. O facto de, no início da sua

experiência no parque, ter plantado árvores, que só agora começam a dar frutos, motivava a continuar, mesmo em tempos difíceis:

Já conheço muito, de estares aqui, vem mais... provar estas coisas todas e desistem, vão embora, não ficam por... por causa deste vandalismo, e também já estive para ir embora, mas depois... volto outra vez, penso, digo “não vou embora, vou me divertir”, mas já tive este desanimar. Mandaram pro chão, as canas todas tiradas, ou o milho, tinha cá milho e roubaram tudo [...] Eu estou aqui... tenho ali as minhas plantas que eu plantei desde que cheguei aqui, que também custa-me deixar aqui. Este é chuchu, pelas raízes daqueles... desde que estou aqui plantei, todos os anos colho algum chuchu. Tem outras plantinhas que nunca deram nada, só este ano que estou a apanhar uns abacates.

Este facto, juntamente com os laços estabelecidos com os vizinhos, constitui um vínculo muito forte: “é só minha e sinto-me bem... tenho vizinhos, as vezes converso um bocadinho”.

No Parque Agrícola da Alta de Lisboa, os desafios são constantes. O principal problema é a frequência de roubos e atos de vandalismo que ocorrem dentro do parque. Outros desafios incluem a falta de cuidados administrativos e a sensação de abandono. Assim, o sentimento de bem-estar e valorização descrito anteriormente corre o risco de ser comprometido. Segundo Célio: “Chego aqui e não tinha aqui ferramenta, olha... tinha aqui uma coisa destas... não tinha. Tinha aqui uma enxada... não tinha. E vou comprar mais disto e vou comprar mais daquilo, afinal isto é o que? É uma dor de cabeça... Eu tenho isto para me sentir bem, mas depois tenho mais despesas do que lucro não vale a pena”. Isso revela que a valorização pessoal inicial está a ser prejudicada pelos problemas enfrentados na horta, transformando o espaço numa fonte de frustração. A prática agrícola, que inicialmente proporcionava uma forte valorização pessoal, foi sendo deteriorada pela falta de manutenção e pela frequência de roubos. “Roubaram-me a maioria das cebolas”, “chego aqui, falta-me isto, falta-me aquilo”, são exemplos de reclamações que ouvimos na maioria das entrevistas. A maioria dos participantes atribui, sem ter provas, a responsabilidade pelos roubos à comunidade cigana que vive na zona. Segundo eles, os roubos acontecem pela parte de trás do parque, onde a vedação é feita apenas por uma rede de arame muito fina, que pode ser facilmente cortada.

Para Tatiana, Madalena e Mafalda, trata-se precisamente de actos de vandalismo, destinados a estragar o jardim, e não de actos de roubo por necessidade.

Estragam-me bastante coisas daqui por vandalismo mesmo. Querem nada daqui, não... mas por vandalismo, e depois causam uma revolta muito grande porque a gente... estar a plantar as nossas coisas e estar a ver a crescer e de repente vem quando está tudo estragado. É o que já me aconteceu e que me continua a acontecer. Nós pagamos para estar aqui, devíamos estar mais bem servidos... ou ao menos que cercassem as coisas em condições, porque além do pagar, sentíamos mais um sentido de... não de eles estragar as nossas coisas. O que acontece aqui é isto, mas pronto. (Tatiana).

Dizem que são ciganos que vem daí. Nunca apanhei um, também não estou até as 4/5 da manhã, não é. Digo assim: “ah pá levaram os tomates, levaram pra comer”, mas não. Trincaram, viram que estava verde e mandaram pro chão. (Madalena).

Os ciganos, eles saltam, e cortaram a rede, está lá uma rede ao fundo, cortaram com a tesoura a rede. Eles com a tesoura cortam e entram e depois eu vinha e depois vi ali umas cabeças, “eh, olha aí os cães, solta os cães”, e eles depois fugiram e coiso. Porque nem é o tirar, é o pisar e estragar. Se eles pedirem, as pessoas até davam. “Eh vá toma... queres?”. Se eles pedirem, as pessoas davam. Não é preciso estragar nem coiso, só que eles depois arrancam, estragam, pisam, mandam pro chão e partem. Outra vez, o Rubens tinha ali abóboras e partiram as abóboras todas, não dá pronto. Isto é que é mau, mas fora

disto... a gente dá, se pedirem, a gente dá, não faz mal, mas há sempre aquilo vândalos né. Já dissemos à direção. (Mafalda).

Todos se sentem desprotegidos pela administração da horta que, segundo eles, não está atuando de maneira eficaz na manutenção e segurança do espaço. A falta de cercas, a falta de cuidado geral e a ausência de resposta a pedidos de ajuda contribuem para a desmotivação e o abandono. Célio enfatizou o fato de que o local poderia ser consertado com rapidez e facilmente, ele mesmo poderia ser capaz de arranjar a cerca, mas não há um esforço para isso: “olha eu sou serralheiro, tás a ver, serralheiro trabalha no ferro. Se o senhor falasse comigo e com mais vários a rede já lá estava [...] não era caro, era possível, conversando entre todos... não era eu que ia dizer ‘vou comprar a rede’, mas entre 1,2,3,4,5,6, conseguiríamos”. O problema de segurança, como o roubo das ferramentas, obriga os hortelãos a carregar constantemente seus equipamentos até as suas casas.

Segundo os hortelãos, a gestão ineficiente revela-se, também, em outros aspectos. A relação de Joaquim com a associação que gere a horta, a AVAAL, também é marcada por dificuldades: “com Avaal já telefonei três ou quatro vezes, por falta de água ou por causa dos roubos ou por causa da cerca, por isso... as vezes temos que ser um bocado chatos com eles, não é só pagar e... [...] as vezes eles dizem que vem mais depois não aparecem”. Outro problema que ele revelou diz respeito a falta de infraestrutura adequada, como a falta de iluminação. Jacinto comentou que o jardim poderia estar aberto até às 22 horas, mas sem luz torna-se impraticável utilizar o espaço ao fim da tarde, especialmente no inverno, quando começa a escurecer cedo. Este facto reduz o potencial de utilização da horta, especialmente para as pessoas que trabalham durante o dia e só podem utilizar o espaço ao fim da tarde. Segundo ele, a gestão poderia ser melhorada se fosse entregue à câmara municipal ou à junta de freguesia, indicando que o atual modelo de governança não está atendendo às necessidades dos participantes.

Jacinto e Mafalda também demonstraram preocupação com o aspecto urbano. Para o primeiro, o estado de abandono de certas áreas da horta, com a presença de mato alto e de ratos, podem desincentivar a visita de pessoas externas, como de escolas com crianças ou a participação de novos hortelões. Para Mafalda, a mata alta representa um ponto crítico em termos de segurança contra incêndios, um risco real devido à vegetação seca. Mafalda expressou preocupação com o fato de que, em caso de fogo, o local não oferece acesso fácil aos bombeiros, o que pode ser uma ameaça tanto ao espaço quanto aos participantes. Outro desafio, mencionado por Afonso, é a falta de interação com hortelões mais distantes:

Este é o único problema que há aqui... é falta de segurança e falta de apoio por parte da direção do campo... não dá apoio nenhum a nós. Devia de haver aqui um intercâmbio entre os vizinhos, trocar ideias e não sei que, experiências... mas isto tem que ser coordenado pela direção do parque, não sou eu que vou organizar aqui um evento para as pessoas. [...] E também para as pessoas se conhecerem. Conheço as pessoas que estão à minha volta, embaixo já não conheço ninguém.

Por fim, Maria Assunção lamentou a ocorrência de desentendimentos entre vizinhos, que levam à saída de alguns hortelãos: “há muitos que... muitos vizinhos que têm disputas e depois acabam por largar”. Esta rotação, de pessoas que abandonam e outras que chegam, é outro desafio, porque pode afetar a coesão da comunidade e o capital social construído.

No entanto, o aspeto mais importante e positivo referido pelos participantes é que as hortas urbanas do PAAL fornecem alimentos orgânicos de qualidade. Todos apreciam os produtos cultivados, frutos de um trabalho intenso, mostrando a importância de ter acesso a alimentos biológicos de qualidade, que seriam muito caros se adquiridos no mercado. Analisando o aspecto da produção, vimos a horta como um espaço que coloca os participantes em contacto com a natureza, onde podem cultivar de forma biológica, sem químicos, e reutilizar resíduos orgânicos, como cascas de banana e borras de café, para compostagem. Esta ligação manifesta-se na percepção de que os alimentos têm um sabor diferente, mais saudável e mais autêntico.

Os entrevistados mostram um forte sentimento de orgulho nos seus esforços e de pertença à natureza. De facto, Maria Assunção comentou: “Damos valor às coisas quando as comemos... parece que têm um sabor diferente”. A horta torna-se assim um lugar significativo onde as pessoas observam e valorizam o ciclo de vida das plantas e reforçam a sua ligação com o ambiente. Afonso descreveu o prazer que sente no processo de plantar e colher os seus próprios alimentos e mostrou o cuidado que os participantes dedicam a cada pormenor. “Vamos tendo algumas coisitas para comer... dá prazer quando estamos à mesa, dizer ‘olha, isto é, da minha horta. Isto é da minha horta’. [...] Ali está uma abóbora a crescer, todos os dias a gente vem ver se ela está a crescer, se está maior, como é que está... isto é, como se fosse um filho, nós cuidamos disto ao pormenor”.

Ao mencionar que as culturas são “100 por cento biológicas”, sem recurso a produtos químicos, percebe-se que Maria Assunção associa o espaço a práticas sustentáveis e saudáveis. Por um lado, revelou o valor pessoal que atribui à pureza e simplicidade do contacto com a terra e, por outro, uma forte insatisfação com os produtos alimentares industriais. “O pouco que eu cá tenho é 100% biológico [...] porque não quero químicos, já basta aquilo que a gente compra”. Mafalda também comparou a sua produção com a produção industrial, ao dizer “eh tá cheio de químico né... no supermercado está cheio de químico, começamos a apanhar e a fazer. ‘Oi mãe, o feijão verde está mesmo bom, mesmo bom’. Pronto, porque não tem químicos né... é só mesmo o sol, a terra e o composto que a gente faz em casa”.

Célio também, ao responder se teve alguma mudança na sua alimentação desde que começou com a horta expressou ideias parecidas:

Eu gosto de ter isto porque eu gosto de comer isto da minha própria horta. Não é que tenha alterações... se eu tenho não nota. Agora, claro que gosto de comer um tomate que produzo ali. Comer as minhas cebolas, gosto de ter meu curgete que tenho ali. Gosto de comer meu feijão verde que tenho ali, que é da minha horta e levo quando eu quero e quando me apetece. Assim, não notas alterações, mas claro que há de haver... ou acho que é possível haver.

Na entrevista, Agostinho mostrou também que a horta desempenha um papel de valorização pessoal, a possibilidade de produzir alimentos de qualidade, diferentes dos alimentos industriais (Figuras 4-a,b,c), dá-lhe um sentimento de realização e autossuficiência. “Uma pessoa vem aqui e leva sempre uma coisinha pra casa... é sempre mais gostoso que comprar e ir nas lojas”.



Figura 4-a (legenda abaixo)



Figura 4-b (legenda abaixo)



Figura 4-c (legenda abaixo)

Figuras 4-a,b,c: Exemplos de cultivos encontrados no PAAL: saladas, couves e morangos.

No caso de Érica, que vive sozinha, a horta não só fornece alimentos de qualidade, mas também em grande quantidade. “Basicamente me alimento disto, porque eu não como carne [...] a minha alimentação basicamente é o que a horta dá [...] ajuda nas poupanças alimentares, eu não compro nada de legumes”. Afonso, como Érica, vive sozinho e destacou que, embora não tenha uma produção em grande escala, a colheita é suficiente para ele e, às vezes, até sobra para compartilhar com amigos e vizinhos. Esse tipo de autossuficiência alimentar proporciona uma ajuda económica modesta, mas relevante.

Em geral, para a maioria das pessoas entrevistadas, o cultivo de alimentos na horta contribui para a redução de despesas, embora não seja uma fonte primária de sustento: “não é o suficiente, morreria à fome, fosse só com esse”. A horta não é a solução para as necessidades alimentares, mas ajuda significativamente, especialmente com o aumento do custo dos alimentos no supermercado. Mafalda disse que cultivar os seus próprios legumes lhe permite não gastar em produtos caros e cheios de químicos: “o feijão verde está a três, quatro euros o quilo... começamos a apanhar e a fazer, poupamos dinheiro”. Apesar dos custos da horta, como o preço do aluguer do espaço e a compra de sementes, a atividade permite algumas poupanças.

Agostinho também reconheceu que a horta oferece algum alívio no orçamento doméstico, contribuindo com alimentos frescos e de melhor qualidade para ele e sua esposa. No entanto, ele se mostrou mais realista sobre a limitação em termos de escala, “quantidade não é... pra uma pessoa, duas ou três, dá muito bem.” A horta contribui de forma modesta, mas significativa para a alimentação da família, sendo mais um complemento do que um substituto das compras no mercado. Este aspecto sublinha a dimensão de subsistência da horta, que proporciona poupanças e ajudas complementares, mas não um impacto económico profundo.

Célio mencionou que não busca lucro com os produtos cultivados: “a minha ideia não é vender”. No entanto, ele reconheceu a ajuda económica indireta ao afirmar que quase nunca precisa comprar certos produtos: “feijão verde não compro, cebola este ano não teve grande produção, mas praticamente nunca chego a comprar”. Ao contrário, João destacou que o rendimento económico dos produtos é mínimo, mencionando que paga 160 euros por dois lotes de 40 metros quadrados, mas não consegue gerar o valor correspondente em produtos, especialmente devido aos frequentes roubos de ferramentas e colheitas. João foi muito explícito: “eu não tiro daqui 200 euros”. Apesar do trabalho investido, o retorno em produtos não é então significativo. Madalena também expressou preocupações com os custos destinados à horta. Ela revelou que, apesar do investimento e esforço, a relação custo-benefício da horta não é positiva, especialmente devido aos roubos e à falta de suporte adequado, concluindo que “não, não compensa”.

Chegamos agora ao último tema que encontramos nas entrevistas, o da ecologia cívica e da valorização do ambiente. Procurei saber se a frequência da horta urbana provocou mudanças na vida dos participantes em termos de hábitos alimentares e de comportamentos mais sustentáveis. A ecologia cívica está presente na forma como Érica valoriza o uso sustentável da terra e o cuidado com os recursos naturais. Ela exprime uma consciência alimentar muito forte, mencionou que foi educada a não desperdiçar alimentos e que continuou esta prática na sua vida adulta. “Eu fui criada assim, a não desperdiçarem. Também porque eram 12 irmãos, tem que calcular que não havia muita

abundância então não havia como estragar, não é”. Na entrevista, ela mencionou um projeto que está a desenvolver com as crianças da escola onde trabalha, no qual, através de uma horta escolar, lhes ensina a importância de cultivarem os seus próprios alimentos, mostrando um esforço para promover a sustentabilidade entre as gerações futuras:

Nós cultivamos com eles, claro fazemos questão que sejam eles a plantarem a regarem. Quando chega a altura de apanhar, apanhamos e depois eu na receção vendo e compramos brinquedos pra eles. Vendemos aos próprios pais e depois compramos brinquedos pra eles... é fantástico. [...] Eles mal saem da escola, já estão ‘mãe tens que comprar um tomate’ ahahah, ‘que é da nossa horta, fui eu que apanhei’. [...] Acho que é um programa... um cuidado que todas as escolinhas deviam ter.

Maria Assunção comentou com angústia o desperdício de alimentos na sociedade. "O desperdício até dói, como é que as pessoas conseguem estragar tanta coisa? Dói mesmo". Ela também sublinhou a importância da agricultura biodiversa, de experimentar com novas culturas e adaptar-se às mudanças climáticas que ela observa. "Mas é difícil trazer coisas hoje em dia, [...] não deixam trazer nas alfândegas. [...] O nosso clima está a mudar, não é, não tem nada a ver como era aqui uns anos atrás, mas lá está, é bom que a gente também tenha coisas a serem importadas”.

O sentimento ecológico mais presente é, no entanto, o amor pela natureza e pelas atividades ao ar livre, comum a todos os participantes no PAAL. Os hortelãos aprendem a fazer compostagem através de um curso oferecido pela AVAAL. A maioria valoriza a prática por permitir a reciclagem de restos de alimentos e melhorar a qualidade do solo das hortas. A prática da compostagem e a preferência por métodos naturais refletem um profundo respeito pela natureza e uma tentativa de minimizar o impacto ambiental.

Conclusão

Chegámos ao fim da investigação e resta-nos refletir sobre a consciência adquirida durante o trabalho e os conhecimentos que dele resultaram, bem como identificar as nossas limitações e futuras intenções de pesquisa. A primeira conclusão refere-se à escolha metodológica. As entrevistas semi-estruturadas de carácter biográfico revelaram-se eficazes como instrumento de investigação, permitindo um conhecimento "por dentro" das dinâmicas do parque agrícola. As entrevistas exploraram a história de vida dos participantes. Teria sido oportuno apresentar mais pormenores biográficos, mas não foi possível fazê-lo por razões de tempo e espaço, pelo que se anexa a transcrição das entrevistas.

Esperamos que este trabalho sirva de inspiração para as câmaras municipais interessadas por estes fenómenos, mantendo uma visão multifuncional dos vários benefícios e vantagens da agricultura urbana. O primeiro conceito evidente que emerge da interação com os participantes do parque é precisamente a multifuncionalidade da agricultura urbana. Ao longo dos anos, este conceito tornou-se central no contexto ocidental, onde os impactos económicos, sociais e ambientais da crise global parecem estar a tornar-se cada vez mais críticos. Para fazer face a estes problemas, a agricultura urbana deixou a dimensão da informalidade e adquiriu novas funções, tornando-se uma verdadeira tendência cultural e um recurso político-social. A multifuncionalidade significa que, para além da produção de alimentos, a agricultura urbana pode alterar a paisagem, contribuir para a gestão sustentável dos recursos, conservar a biodiversidade e manter a vitalidade económica e social das zonas onde se insere. O seu aspecto multifuncional e flexível torna-a adaptável a qualquer contexto urbano, representando uma excelente resposta a uma variedade de problemas. Sendo a agricultura urbana multifuncional, a sua análise permite diferentes abordagens de observação e de objetivos. Para permitir uma maior pluralidade de percepções, algumas vezes condizentes e convergentes entre si, tentamos compreender as motivações dos participantes sem depender de categorias fixas mas através da observação do que está a acontecer no terreno.

A minha experiência no Parque Agrícola da Alta de Lisboa permitiu-me aprofundar e estudar um campo de experimentação sobre o qual se podem reformular novas trajetórias políticas e cenários futuros. As modalidades de criação do Parque são excepcionais a este respeito. A existência do PAAL demonstra que é possível que um grupo de cidadãos empenhados na melhoria do seu bairro e da sua qualidade de vida desenvolva uma parceria institucional com a CML num funcionamento parcial e localizado da estrutura ecológica municipal. Para que os recursos sociais de que as pessoas necessitam para não se exporem a situações de vulnerabilidade ou para se protegerem de danos estejam imediata e democraticamente disponíveis, é necessário que haja esforços institucionais nesse sentido. Ao mesmo tempo, porém, é necessário que os próprios indivíduos tenham a capacidade e a oportunidade de definir as suas necessidades e negociar as formas de intervenção.

O crescente interesse pela agricultura urbana, amplificado pelos meios de comunicação, tornou-se um tema relevante na agenda política de diversas cidades, regiões e países. Assim, embora a expansão das hortas municipais em Lisboa seja vista como um modelo positivo e benéfico tanto para a cidade quanto para os seus habitantes, observa-se que as

ações do poder público local no campo da agricultura urbana (AU) espontânea ainda carecem de maior envolvimento político. Essas ações, muitas vezes, acabam desviando o conceito original de agricultura urbana, transformando-a em um instrumento para fins políticos e eleitorais. Uma possível solução para melhorar essa situação seria a criação de legislação e competências locais que favorecessem a agricultura urbana, com a execução dessas intervenções sendo realizada em colaboração com a sociedade e suas formas organizadas (De Sousa, 2014).

É de salientar que o PAAL, do ponto de vista político, representa a concessão de um terreno público que, anteriormente, estava sob a responsabilidade da empresa encarregada da gestão da Alta de Lisboa e que agora é administrado por uma organização composta por cidadãos. Alguns entrevistados referiram-se à apropriação de terrenos públicos como um direito. Esse sentimento, por sua vez, leva-nos a refletir sobre a distinção entre terrenos públicos e privados. A redefinição do direito de acesso ao solo público, inserida no debate mais amplo do 'direito à cidade', num contexto em que a Câmara Municipal representa a gestão do bem comum, coloca em questão o papel das autarquias locais na gestão do território, permitindo a atribuição de espaços para fins socioeconómicos, como a agricultura urbana.

No decurso do desenvolvimento desta dissertação, como referido, o foco inicial na comunidade foi acompanhado por um interesse nas histórias de vida dos indivíduos que a compõem. Em sintonia com a longa tradição da investigação participativa, consideramos a geografia comunitária como um quadro no qual podemos situar um conjunto de actores empenhados na resolução de problemas sociais prementes, como a exclusão social e a degradação ambiental, representativos da sociedade contemporânea. A utilização de “comunidade” no título refere-se, assim, à natureza inclusiva e heterogénea das ações empreendidas por estes actores, cuja interação produz novas práticas e novas perspectivas para provocar mudanças sociais.

Temos consciência de que há ainda muitas questões a discutir, nomeadamente as que dizem respeito à AU, como o acesso à terra, as experiências num contexto de crise económica e as diferentes e possíveis formas, individuais e colectivas, que a AU pode assumir. Ao mesmo tempo, as nossas limitações foram muitas, como o tempo dedicado à pesquisa de campo e os recursos necessários para a sua realização. Por esta razão, o nosso enfoque foi num único estudo de caso, em detrimento de todas as outras possíveis opções sobre este tipo de experiências que existem na cidade. Isto deixa-nos algumas ideias para futuras investigações. A primeira proposta seria a realização de um estudo qualitativo comparativo sobre o impacto da produção agrícola urbana na vida de pessoas em situação de vulnerabilidade em diferentes áreas geográficas de Lisboa.

Para concluir, volto ao conteúdo das entrevistas. Todas elas revelam um profundo sentimento de ligação à horta, que proporciona uma significativa valorização pessoal e comunitária. A colaboração com a comunidade e o apoio mútuo são aspectos importantes, que criam laços sociais e proporcionam lazer. A horta é um espaço vital para os hortelões, uma forma de se manterem fisicamente e mentalmente ativos. No entanto, o apoio económico e o capital social que a horta proporciona têm vindo a perder a sua importância devido à deficiente gestão e aos roubos, que afetam o bem-estar e a eficácia do projeto. Para muitos, a horta é um espaço de reencontro com as suas raízes agrícolas e/ou culturais. A independência e o sentimento de realização pessoal que ganham com o cultivo de

alimentos são cruciais para a sua autoestima. Ao mesmo tempo, a horta facilita as interações sociais através da troca de produtos, promovendo um sentido de comunidade.

Em resumo, as entrevistas revelam como a agricultura urbana pode ser um veículo poderoso para construção de sentido do lugar, valorização pessoal e comunitária, solidariedade, práticas de ecologia cívica, ajuda económica modesta e criação de capital social. As áreas agrícolas e florestais das periferias urbanas, absorvidas pela expansão urbana, contribuem para a sustentabilidade dos territórios e das zonas urbanas, para além das funções tradicionais de lazer, recreio e enquadramento estético e paisagístico. Estas relações entre o meio natural e o urbano são, no planeamento urbano, um contributo para a melhoria da funcionalidade da vida urbana, para a qualificação das condições de vida dos seus habitantes e um fator que favorece o repensar dos novos modos de entender e viver as cidades contemporâneas. Na nossa sociedade, segmentos cada vez maiores da população enfrentam situações de vulnerabilidade. Diante dessa realidade, mesmo que não possamos transformar as relações de poder que perpetuam o sistema de exploração económica e social de poucos em detrimento de muitos, podemos buscar soluções criativas para melhorar a qualidade de vida das pessoas que sofrem. Uma resposta eficaz pode ser, justamente, o desenvolvimento de projetos de agricultura urbana.

Referências Bibliográficas

- Adagó, M. I. M. (2015). *Os Alimentos Que Vêm Dos Vazios. As Hortas Urbanas Dispersas e Serviços de Ecossistema. Caso de Estudo Dos Bairros da Freguesia de Marvila*. [Dissertação Mestrado, ISA - Universidade de Lisboa]. <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10400.5/9243>
- Alaimo, K. Reischl, T. M., & Allen, J. O. (2010). Community gardening, neighborhood meetings, and social capital. *Journal of Community Psychology*, 38(4), 497–514
- Andrade, E. N. F. de. (2018). O julgamento valorativo em John Dewey. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, 3(6), 65–88. <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/5932>
- Antunes, G. (2015). *Da Musgueira à Alta de Lisboa - Recomposição Social e Urbana*. Lisboa. Chiado Editora
- Arosamena, G. (2012). *Agricultura urbana. Espacios de cultivo para una ciudad sostenible*. Barcelona. Ed. Gustavo Gili
- Audate, P. P., Cloutier, G., & Lebel, A. (2022). Role of urban agriculture in the space-to-place transformation: Case study in two deprived neighborhoods, Haiti. *Cities*, 127(5)
- Badami, M.G., & Ramankutty, N. (2015). Urban agriculture and food security: A critique based on an assessment of urban land constraints. *Global Food Security*, 4: 8–15
- Baker, L. E. (2004). Tending cultural landscapes and food citizenship in Toronto's community gardens. *Geographical Review*, 94(3), 305-325.
- Ballesteros, G. (2012). *Agricultura Urbana: una herramienta para reducir la insostenibilidad de las ciudades*. Madrid. Grupo de Estudios y Alternativas Gea21
- Barata-Salgueiro, T. (2019). Posfácio – conhecer os vazios na cidade. Em E. Brito-Henriques, C. Cavaco, & M. Labastida (Eds.), *Ruínas e Terrenos Vagos: explorações, reflexões e especulações* (pp. 84-87). Lisboa. Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/38771>
- Barron, J. (2017). Community gardening: cultivating subjectivities. *Space, and justice, Local Environment*, 22(9), 1142-1158
- Bellows, A. C., & Nasr, J. (2010). On the past and the future of the urban agriculture movement: reflections in tribute to Jac Smit. In *Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development* 1(2):17-39
- Bourdieu, P. (1977). *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge University Press.
- Bourdieu, P. (1986). The forms of capital. In J. G. Richardson (Ed.), *Handbook of theory and research in the sociology of education* (pp. 241–253). Greenwald Press.
- Bugnone, S. T. (2021). *Definizione di un progetto sistemico di agricoltura urbana a Torino attraverso l'analisi del fenomeno a livello mondiale*. [Dissertação Mestrado. Universidade de Torino]
- Butler, L. M., & Maronek, D. M. (2002). *Council for Agricultural Science and Technology*. Iowa
- Cancela, J. (2009). Urban Agriculture in city planning process. Experiences from Portugal. In *Acta of Urban Agriculture in city planning process, 45º ISOCARP Congress*
- Cancela, J. (2014). *A Agricultura Urbana na Operacionalização da Estrutura Ecológica Municipal – O Estudo de Caso do Parque Agrícola da Alta de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Urbanismo. Faculdade de Arquitectura – Universidade de Lisboa, Lisboa
- Carolan, M., & Hale, J. (2016). “Growing” communities with urban agriculture: Generating value above and below ground, *Community Development*, 47(4), 530-545. DOI:10.1080/15575330.2016.1158198

- Cavaco, C., Oliveira, I., Santos, J., & Labastida, M. (2019). Especular. Em E. Brito-Henriques, C. Cavaco, & M. Labastida (Eds.), *Ruínas e Terrenos Vagos: explorações, reflexões e especulações* (pp. 59-83). Lisboa. Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/38771>
- Cavallo, A., Di Donato, B., Guadagno, R., & Marino, D. (2016). Agriculture in the Mediterranean Urban Phenomenon: Rome Foodscapes as an Infrastructure. In *Agriculture in Urbanizing Society* (pp. 213-230). VHL University of Applied Sciences.
- Colombo, L. (2002). *Fame. Produzione di cibo e sovranità alimentare*. Milano. Jaca Book
- Colombo, L., & Onorati, A. (2009). *Diritti al cibo! Agricoltura sapiens e governance alimentare*. Milano. Jaca Book
- Crang, M., & Cook, I. (2007). *Doing Ethnographies*. SAGE Publications Ltd
- Crush, J., Hovorka, A. D., & Tevera, D. (2011). Food security in Southern African cities: The place of urban agriculture. *Sage Journals* 11(4): 285–305
- Da Costa, A. E. (2021). O “Belo” e o “Bom” em Lisboa Notas sobre parques hortícolas, hortas espontâneas e práticas artísticas. *Cidades*. Vol 4
- Da Silva, T., & Monte, M. (2014). Hortas Urbanas em Lisboa: da Importância Histórica ao Processo de Formalização Actual. In M. Pinheiro & C. Vaz (Org.), *Cidade e Espaço*. City and Space (pp. 43-58). Lisboa. Centro de Estudos de História Contemporânea – Instituto Universitário de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10071/8323>
- Davico, L., & Mela, A. (2002). *Le società urbane*. Carocci. Roma
- De Sousa, L. V. (2014). *Experiências de agricultura (peri)urbana coletiva: outras experiências económicas?*. [Tese de Doutoramento - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra]. <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/26989/1/Experi%C3%A2ncias%20de%20agricultura.pdf>
- DeWalt, K. M., & DeWalt, B. R. (2011). *Participant Observation: A Guide for Fieldworkers*. Walnut Creek. AltaMira Press
- Despommier, D. (2010). *The vertical farm: feeding the world in the 21st century*. New York. Thomas Dunne Books/St. Martin's Press
- Dezio, C. (2016). Agricultura urbana: gli orti metropolitani come strumento di ricucitura del tessuto ecologico, urbano e sociale. *Recupero e Conservazione*, 133
- Elvas, S. S. (2009). *Sentimento de Comunidade e seus contributos no bairro da Horta Nova. Lisboa*. [Dissertação Mestrado, ISPA]. <https://repositorio.ispa.pt/entities/publication/41fd7677-efd7-44e6-aa8a-20a29a0effa7>
- Emerson, R. M., Fretz, R. I., Shaw, L. L. (2011). *Writing Ethnographic Fieldnotes*. Chicago. University of Chicago Press
- Emery, M., & Flora, C. (2006). Spiraling-up: Mapping community transformation with community capitals framework. *Community Development*, 37, 19–35. DOI:10.1080/15575330609490152
- Fadigas, L. (2020). *Urbanização, Espaços Verdes e Sustentabilidade – Do Jardim à Agricultura Urbana*. Lisboa: Edições Sílabo
- FAO, International seminar on urban and peri-urban agriculture, 2019: <http://www.fao.org/urban-agriculture/en/>
- FAO. (2012). *FAO Statistical Yearbook 2012. World Food and Agriculture*
- FAO. (2014). *Small-scale aquaponic food production*. FAO Fisheries and Aquaculture technical paper. Roma
- Firth, C., Maye, D., & Pearson, D. (2011). Developing “community” in community gardens. *Local Environment*, 16(6), 555-568

- Foster, J. F. (1981). John Dewey and Economic Value. *Journal of Economic Issues*, 15(4), 871-89
- Friedland, R. (1992). Space, place and modernity. *A Journal of Reviews: Contemporary Sociology*, 21(1), 128-167
- Gibson-Graham, J. K. (2008). Diverse economies: performative practices for “other worlds”. *Progress in Human Geography*, 32, 613–632. DOI:10.1177/0309132508090821
- Gibson-Graham, J. K., Cameron, J., & Healy, S. (2013). *Take back the economy: An ethical guide for transforming our communities*. MN: University of Minnesota Press, Minneapolis
- Glover, T. D. (2003). The story of the Queen Anne Memorial Garden: Resisting a dominant cultural narrative. *Journal of Leisure Research*, 35(2), 190-212. DOI:10.1080/00222216.2003.11949990
- Gonçalves, R. G. G. (2014). *Hortas Urbanas. Estudo do caso de Lisboa*. [Dissertação de Mestrado, ISA, Lisboa]. https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10400.5/6809/1/VERS%C3%83O%20DEFINITIVA_Tese%20de%20Mestrado_Rita%20Gon%C3%A7alves.pdf
- Goralnik, L., Lucero, R., Polanco, V. G., & Hammon, A. (2022). Growing Community: Factors of Inclusion in Refugee and Immigrant Urban Gardeners. *Land* 12(1): 68
- Grainer, A., Dematteis, G., & Lanza, C. (2016). *Geografia umana. Un approccio visuale*. Novara. De Agostini Scuola SpA
- Guerlain, M. A., & Campbell, C. (2016). From sanctuaries to prefigurative social change: creating health-enabling spaces in East London community gardens. *Journal of Social and Political Psychology*, 4(1), 220-237. ISSN 2195-3325
- Gutman, P. (1987). Urban agriculture: the potential and limitations of an urban self-reliance strategy. *Nutrition and Urban Agriculture Food and Nutrition Bulletin* 9(2), 1-6
- Harper, K., & Afonso, A. (2016). Cultivating Civic Ecology: A Photovoice Study with Urban Gardeners in Lisbon, Portugal. *Anthropology in Action* 23(1). DOI:10.3167/aia.2016.230102
- Harper, K., & Afonso, A. (2019). Food Values in a Lisbon Urban Garden: Between Sabor, Saber, and the Market. *Food Values in Europe*: 17-32. DOI:10.5040/9781350084803.0008
- Harvey, D. (1992). *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo. Loyola
- Haskell, S. (2021). How the Covid-19 Pandemic Affects Food Deserts. *Institute for Food Laws and Regulations*. Michigan State University
- Izquierdo, L. (2014). Il ruolo dell’agricoltura urbana nelle relazioni tra istituzioni e cittadini nell’Europa contemporanea. In M. Malatesta, D. Rigato, V. Cappi (Eds.), *Politica e territori nel mondo contemporaneo*. Bologna: Dipartimento di Storia Culture Civiltà - DiSCi. ISBN 9788898010158.
- Kingsley, J., & Townsend, M. (2006). Dig In’ to Social Capital: Community Gardens as Mechanisms for Growing Urban Social Connectedness. *Urban Policy and Research*, 24(4), 525–537
- Kitchin, R., & Tate, N. J. (2013). *Conducting Research in Human Geography: Theory, Methodology and Practice*. Routledge. New York
- Kluckhohn, F. R., & Strodtbeck, F. L. (1961). *Variations in value orientations*. Evanston, IL: Row. Peterson
- Koensler, A., & Meloni, P. (2019). *Antropologia dell’alimentazione. Produzione, consumo, movimenti sociali*. Roma. Carocci Editore
- Krasny, M. E., & Tidball, K. G. (2009). Applying a resilience systems framework to urban environmental education. *Environmental Education Research*, 10(10), 465–82

- Krasny, M. E., & Tidball, K. G. (2012). Civic ecology: a pathway for Earth Stewardship in cities. *Frontiers in Ecology and the Environment*, 10(5), 267-273
- Kulaka, M., Gravesba, A., & Chatterton, J. (2013). Reducing greenhouse gas emissions with urban agriculture: A Life Cycle Assessment perspective. *Landscape and Urban Planning*, 111, 68-78
- Le Corbusier. (1925). *Urbanisme*. Paris. G. Crés & Cie.
- Lefebvre, H. (1991) [1974]. *The production of space*. Nicholson-Smith (trans.). Hoboken, NJ: Blackwell
- Lefebvre, H. (2001). *O Direito à Cidade*. São Paulo. Centauro
- Lovell, S., & Johnston, D. (2009). Creating multifunctional landscapes: How can the field of ecology inform the design of the landscape?. *Frontiers in Ecology and The Environment*, 7(4), 212-220
- Lucia, F., & Pulighe, G. (2015). Water use and urban agriculture: estimation and water saving scenarios for residential kitchen gardens. *Agriculture and Agricultural Science Procedia*, 4: 50-58
- Luiz, J., & Veronez, L. (2012). Os Espaços das agriculturas urbanas na Grande Lisboa: trajetórias transversais a cidade. *VII Congresso Português de Sociologia*. Porto
- Malagón-Oviedo, R. A., & Czeresnia, D. (2015). The concept of vulnerability and its biosocial nature. *Interface (Botucatu)*, 19(53), 237-249
- Mancebo, F. (2018). Urban Agriculture for Urban Regeneration in the Sustainable City. Em R.C Grifoni, R. D'Onofrio, M. Sargonili (Eds.), *Quality of life in Urban Landscapes. In Search of a Decision Support System* (pp. 311-317). The Urban Book Series. Springer
- Marat-Mendes, T., & D'Almeida, P. B. (2021). A presença de hortas na cidade de Lisboa. In Daniela Araújo & Mário Nascimento (Coords.), *Hortas de Lisboa: da idade média ao século XXI* (pp. 120-128). Museu de Lisboa, EGEAC, E.M. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/26092/1/bookPart_85582.pdf HortasUrbLx_2021.pdf
- Matos, F. (2011). *Pensando a resiliência e a sustentabilidade das cidades: experiências na Iniciativa de Transição em Telheiras (Lisboa)*. [Relatório de Estágio de Mestrado, IGOT - Lisboa, Universidade de Lisboa]. https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/5871/1/tm_filipe_matos.pdf
- McMillan, D. W., & Chavis, D. M. (1986). Sense of community: A definition and theory. *Journal of Community Psychology*, 14(1), 6-23
- Mélice, A., & Marat-Mendes, T. (2018). Formas urbanas contemporâneas: o caso das hortas urbanas nos municípios de Cascais e Lisboa. Em T. Calix, A. S. Fernandes, S. Sucena, N. Travasso, B. Moreira (Eds.), *A produção do território: Formas, Processos, Desígnios*. (pp. 176-191). Porto. Universidade do Porto. <https://docplayer.com.br/187751572-A-producao-do-territorio-formas-processos-designios.html>
- Minayo, M. C. S. (2008). *O desafio do conhecimento*. São Paulo. Hucite
- Moran, N., & Aja, A. (2011). *Historia de los huertos urbanos. De los huertos para pobres a los programas de agricultura urbana ecológica*. I Congreso estatal de agricultura ecológica urbana y periurbana. SEAE, Elx
- Morgado, M. A. R. (2016). *Hortas Domiciliares na Freguesia da Ajuda: Mapeamento, Significados e Necessidades*. [Dissertação Mestrado, ISCSP - Universidade de Lisboa]. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/12786>
- Mougeot, L. J. A. (2000). Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks. In N. Bakker, M. Dubbeling, S. Guendel, S. U. Koschella, H. De Zeeuw (Eds.), *Growing Cities, Growing Food, Urban Agriculture on the Policy Agenda* (pp. 1-42). Deutsche Stiftung für internationale Entwicklung (DSE). <https://hdl.handle.net/10568/63737>

- Nettle, C. (2014). *Community gardening as social action*. Abingdon. Routledge
- Petropoulou, C. (2013). Alternative Networks of Collectivities and Solidarity-Cooperative Economy in Greek cities: Exploring their theoretical origins. *Journal of Regional Socio-Economic Issues*. Vol.3. Issue 2
- Poplin, D. E. (1979). *Communities*. Macmillan Publishing. New York
- Putnam, R. D. (2001). *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. New York. Simon and Schuster
- Quon, S. (1999). *Planning for urban agriculture: A review of tools and strategies for urban planners*. Cities Feeding People Report 28, International Development Research Centre. Ottawa
- Sakai, P., Bliss, T., Woodcock, S., Goldring, A. (2020). Growing a resilient food system in Leeds. *Policy Leeds 1*(28). University of Leeds
- Shannon, J. et al. (2021). Community geography: Toward a disciplinary framework. *Progress in Human Geography*, 45(5), 1147-1168
- Smit, J., & Nasr, J. (1992). Urban agriculture for sustainable cities: using wastes and idle land and water bodies as resources. *Environment and Urbanization*, 4(2)
- Sousa, E. (2022). *A vulnerabilidade acrescida em saúde comunitária*. ESEL. Lisboa
- Sousa, R. (2018). Morfologia da Agricultura Urbana em Lisboa: Caso de Estudo de Chelas. Em T. Calix, A. S. Fernandes, S. Sucena, N. Travasso, B. Moreira (Eds), *A produção do território: Formas, Processos, Desígnios*. (pp.192-226). Porto. Universidade do Porto. <https://docplayer.com.br/187751572-A-producao-do-territorio-formas-processos-designios.html>
- Tedesco, S. (2013). *Avaliação das práticas de gestão da rega e da fertilização nas hortas urbanas de Lisboa: experimentação e modelação contributos para uma agricultura urbana ambientalmente sustentável*. [Dissertação Mestrado, ISA - Universidade de Lisboa]. <https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10400.5/5652/1/TESE.pdf>
- Telles, G. R. (1987). *Lisboa: Entre o Passado e o Futuro*. Lisboa. UNISYS e Fundação Calouste Gulbenkian.
- Telles, G. R. (1996). *Um novo conceito de cidade: a paisagem global*. Matosinhos. Contemporânea
- Telles, G. R. (1997). *Plano Verde de Lisboa*. Lisboa. Colibri
- Tidball, K., & Krasny, M. (2007). From Risk to Resilience: What Role for Community Greening and Civic Ecology in Cities?. Em *Social Learning: Towards a Sustainable World*, 149-164. Wageningen Academic Publishers Editors
- Valentine, G. (1997). Tell me about... using interviews as a research methodology. In R. Flowerdew & D. Martin (Ed.), *Methods in Human Geography: A Guide for Students Doing a Research Project* (pp. 110-127). Routledge. London
- Van der Ploeg, J. D. (2009). *I nuovi contadini. Le campagne e le risposte alla globalizzazione*. Roma. Donzelli Editore
- Van der Ploeg, J. D. (2014). Peasant-driven agricultural growth and food sovereignty. *The Journal of Peasant Studies*, 41(6), 999-1030
- Van Veenhuizen, R. (2006). Introduction. In René Van Veenhuizen (Ed.), *Cities farming for the future: Urban agriculture for green and productive cities* (pp. 1-17). International Development Research Centre / IDRC.
- Varela, P. M. F. (2015). *Novas Raízes na Cidade: Sociabilidades nas Hortas Urbanas de Caboverdianos na Amadora*. [Dissertação Mestrado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa]. ISCTE-IUL. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/10750>

- Varela, P. M. F. (2020). Hortas urbanas de cabo-verdianos: sociabilidades e resistência quotidiana nas margens de Lisboa. *Análise Social*: 534-559. DOI:10.31447/AS00032573.2020236.03
- Vieira, H. L. F. (2017). *Da Agricultura Urbana à Coesão Social. Estudo de Caso – Parque Agrícola da Alta de Lisboa*. Universidade de Évora, Escola de Ciências e Tecnologias, Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento / Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa, Relatório de Estágio de Mestrado em Arquitetura Paisagista, 102 p. + anexos. <http://hdl.handle.net/10174/20997>
- Wellman, B., & Leighton, B. (1979). Networks, Neighborhoods and Communities: Approaches to the Study of the Community Question. *Urban Affairs Review*, 14, 363-390
- Wogan, P. (2004). Deep Hanging Out: Reflections on Fieldwork and Multisited Andean Ethnography. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, 11, 129-39
- Wright, F.L. (1991 [1958]). *La città vivente*. Torino. Einaudi
- Zanetti, O. (2007). *Guerrilla Gardening. Geographers and Gardeners, Actors and Networks: Reconsidering Urban Public Space*. Queen Mary University of London.